

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

• v. 12 n. 2 • Maio-Agosto de 2022 •

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.

Comitê e Equipe Editorial: Jorge Leite Júnior, Svetlana Ruseishvili, Jacqueline Sinhoretto, Beatriz Patriota (editora assistente) e Patrícia Amorim Weber (editora assistente).

Conselho Editorial:

Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas) Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba- Argentina) Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique) Celi Scalon (Universidade Federal do Rio de Janeiro) Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/ Universidade Federal de São Carlos) Daniel Cefai (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales - France) Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas) Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales- France) Howard Becker (Pesquisador Independente - EUA) Irllys Barreira (Universidade Federal do Ceará) José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas) Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná) Ricardo Mariano (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo) Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. – v. 12, n. 2, maio - agosto (2022) -, - São Carlos: DS e PPGS-UFSCar, 2022.

Quadrimestral

ISSN Eletrônico: 2316-1329

1. Ciências Sociais; 2. Sociologia; 3. Antropologia; 4. Ciência Política

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Indexadores: DataÍndice; Latindex; Diadorim; CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; OASISBR - Portal Brasileiro de Acesso à Informação Científica; SEER UFSCar - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Disponível também através dos portais Portal de Periódicos da CAPES, Sumarios.org (nacional) e LA Referencia, RCAAAP, REDIB, Web of Science, Libreria Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales CLACSO, Scientific Indexing Services (SIS) e BI-BLAT - Bibliografía Latinoamericana en revistas de investigación científica y social (internacionais).

Endereço:

Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia
UFSCar

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676
São Carlos – SP 13.565-905 Brasil
Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673
e-mail: revcontemporanea@gmail.com

Sumário

Artigo especial

- Venturas e aventuras: os 15 anos do programa de pós-Graduação em Sociologia da UFSCar467
MARIA DA GLÓRIA BONELLI, JACOB CARLOS LIMA, MARIA INÊS MANCUSO E MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA

Artigos

- Combate na zona de dissertação483
MICHAEL BURAWOY
- O conceito de artificação como transformação505
BEATRIZ PATRIOTA PEREIRA
- “A perna esquerda era uma massa de carne e ossos esmagados, presa por milagre ao resto do corpo”: os excluídos como monstros no neorealismo português 529
DANIEL MARINHO LAKS
- “Ganhar” e “perder” casa: as (i)mobilidades de mulheres nas periferias paulistas 545
ISABELA VIANNA PINHO, THALLES VICHATO BREDÁ E FERNANDA KAGAN MALLAK
- A origem nórdica do cearense e os efeitos da branquitude no estado do Ceará*569
THIAGO SILVA DE CASTRO
- O Centro de Atenção Psicossocial e o discurso antimanicomial 597
ROBERTA DE OLIVEIRA SOARES E MARCOS CÉSAR ALVAREZ

Resenhas

- Engajamento intelectual e dissonâncias políticas..... 619
DENI IRENEU ALFARO RUBBO E DANIELLE TEGA
- Zora Neale Hurston e Olualê Kossola: o encontro entre a diáspora forçada e diáspora voluntária 631
CAROLINA NASCIMENTO DE MELO

Contents

Special Article

- Ventures and adventures: 15 years of the Graduate Program
in Sociology at UFSCar.....467
MARIA DA GLÓRIA BONELLI, JACOB CARLOS LIMA, MARIA INÊS
MANCUSO E MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA

Articles

- Combat in the dissertation zone.....483
MICHAEL BURAWOY
- The concept of artification as transformation505
BEATRIZ PATRIOTA PEREIRA
- “The left leg waste a mass of flesh and crushed bones, linked by
miracle to the rest of the body”: the excluded as monsters
in portuguese neorealism529
DANIEL MARINHO LAKS
- “Winning” and “losing” a house: the (im)mobility of women
in São Paulo outskirts.....545
ISABELA VIANNA PINHO, THALLES VICHATO BREDA E FERNANDA
KAGAN MALLAK
- The *nordic origin* and the effects of whiteness in the state
of Ceará/Brazil569
THIAGO SILVA DE CASTRO
- The Psychosocial Care Center and the anti-asylum discourse.....597
ROBERTA DE OLIVEIRA SOARES E MARCOS CÊSAR ALVAREZ

Book reviews

- Intellectual engagement and political dissonances619
DENI IRENEU ALFARO RUBBO E DANIELLE TEGA
- Zora Neale Hurston e Olualê Kossola: The encounter between forced
diaspora and voluntary diaspora631
CAROLINA NASCIMENTO DE MELO

Artigo especial





VENTURAS E AVENTURAS: OS 15 ANOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFSCAR

Maria da Glória Bonelli¹

Jacob Carlos Lima²

Maria Inês Mancuso³

Maria Aparecida de Moraes Silva⁴

Resumo: o artigo apresenta a história dos 15 anos do PPGS / UFSCar e faz uma reflexão sobre suas linhas de pesquisa e desafios futuros.

Palavras-chave: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, linhas de pesquisa, desafios futuros

VENTURES AND ADVENTURES: 15 YEARS OF THE GRADUATE PROGRAM IN SOCIOLOGY AT UFSCar

Abstract: *the article presents the history of the 15 years of PPGS / UFSCar and reflects about its lines of research and future challenges.*

- 1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/ UFSCar) – São Carlos – Brasil – gbonelli@uol.com.br - <https://orcid.org/0000-0003-3877-9825>
- 2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/ UFSCar) – São Carlos – Brasil – jacobl@ufcsr.br - <https://orcid.org/0000-0001-6475-9575>
- 3 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/ UFSCar) – São Carlos – Brasil – inesmancuso.ds@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-6290-1232>
- 4 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/ UFSCar) – São Carlos – Brasil – maria_moraes@terra.com.br - <https://orcid.org/0000-0002-0019-7806>

Keywords: *Graduate Program in Sociology at UFSCar, lines of research, future challenges.*

AVENTURAS Y PERIPECIAS: LOS 15 AÑOS DEL POSGRADO EN SOCIOLOGÍA DE LA UFSCar

Resumen: el artículo presenta la historia de los 15 años de PPGS/UFSCar y hace una reflexión sobre sus líneas de investigación y retos de futuro.

Palabras clave: Posgrado en Sociología de la UFSCar, líneas de investigación, retos de futuro.

Antecedentes e primeiros anos

O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar foi criado em um contexto de expansão e consolidação da graduação e pós-graduação das Ciências Sociais no Brasil.

Antes da formação do sistema de universidades federais, universidades e faculdades isoladas, públicas, confessionais ou privadas foram se instalando no país. Nas Ciências Sociais, a década de 1930 marca a abertura dos primeiros cursos, que, no geral, até a reforma universitária de 1971, mantinham duas denominações e propostas relativamente distintas: o curso de Sociologia e Política, aberto pela então Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933, com um bacharelado e visando à formação de pesquisadores e quadros para a burocracia estatal; o curso de Ciências Sociais, aberto pela USP, também em São Paulo, voltado à formação de professores. Até o golpe civil-militar de 1964, mais de vinte cursos funcionavam no país, com ambas as denominações.

No Estado de São Paulo, dentro da então política de interiorização do Ensino Superior e Pesquisa, algumas faculdades isoladas foram abertas. Entre 1957 e 1959, foram criadas e instaladas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Assis, Araraquara, Marília e Presidente Prudente (Lei n. 3895, de 7 de junho de 1957, ALESP⁵). Em 1958, a faculdade é oficialmente instalada em Rio Claro com os cursos de História Natural, Geografia, Pedagogia e Matemática, aprovados pelo MEC em janeiro de 1959. A Lei n. 7.749, de 28 de janeiro de 1963 da ALESP, dispôs sobre a organização didática e administrativa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro com os cursos de Matemática, Física, Química, História

Natural, Geografia, História e Ciências Sociais (o curso de História não chegou a ser instalado). A Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara abriu o curso de Ciências Sociais em 1963, mesmo ano em que foi aberto também na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (FAFI). A partir de 1976, essas faculdades passaram a integrar a recém-constituída Universidade Estadual Paulista (UNESP). Com a instalação da UNESP, os cursos e os departamentos de Pedagogia e Ciências Sociais de Rio Claro foram deslocados para Araraquara.

Na pós-graduação, a FESP (ex-ELSP) e a USP foram os dois únicos cursos na área até 1971. Houve uma experiência nesse período, na ESALq-USP, em Piracicaba, mas que teve vida curta. Em 1966, passou a funcionar o Mestrado em Ciências Sociais Rurais com as áreas de concentração em Administração, Economia e Sociologia Rural e, em 1975, Economia Rural e Sociologia Rural se tornaram mestrados separados. Este último foi extinto em 1981 por conflitos políticos internos (Lima, 2019: 15).

A Unicamp, recém-fundada, abriu seu Mestrado em Sociologia em 1971, seguida pela UNESP-Araraquara, em 1980. A década de 1970 foi marcada pela expansão da pós-graduação no país, sendo que na área de Sociologia (que inclui os programas de Ciências Sociais) foram abertos 15 mestrados. O primeiro doutorado no interior do estado de São Paulo foi o de Ciências Sociais da Unicamp, em 1985, seguido pelo da UNESP de Araraquara, em 1993 (Lima e Cortês, 2013).

Podemos situar a origem do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na UFSCar com a vinda do professor José Albertino Rodrigues, em 1977. Não existia até então um departamento de Ciências Sociais e, sim, o Departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação, o qual concentrava os professores de humanidades e Ciências Sociais, no qual ele participava. Juntamente com a professora Elza de Andrade Oliveira, organizou, no início de 1978 (of. CECH 22/78) o Núcleo de Pesquisa e Documentação com um projeto amplo denominado “Sociedade e modo de vida interiorano” (com vários subprojetos incluídos) voltado aos estudos dos modos de vida em sete cidades médias paulistas. Em 1981, a professora Maria Aparecida de Moraes foi convidada, em 1981, a supervisionar a pesquisa de campo em geral e em Jaboticabal. Vários pesquisadores foram convidados e coordenaram a pesquisa nas outras cidades, ou assessoraram o projeto. Assim, o Núcleo se constituiu como a base do surgimento do Departamento de Ciências Sociais, em 1987, e do Programa de Pós-Graduação, em 1988 (Mancuso, 2021). A graduação em Ciências Sociais teve início em 1992.

A pós-graduação foi organizada inicialmente, em 1988, como Mestrado em Ciências Sociais e, em 1991, foi reformulado com área de concentração em Sociologia e Política e, com a criação do Doutorado, em 1999, tornou-se Programa

de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO), com três áreas: Sociologia, Política e Antropologia.

A década de 1990 foi marcada, nas universidades federais, por restrições orçamentárias que dificultaram seu funcionamento adequado ou mesmo suas possibilidades de expansão. A partir de 2003, discutia-se, no âmbito da ANDIFES, um programa de expansão das universidades federais que culminou, em 2007, com a aprovação do Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, instituído pelo Decreto Presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007, visando à expansão do acesso e a garantir a permanência no Ensino Superior. Mesmo antes de sua aprovação, no governo que assumiu em 2003, começou a progressiva liberação de vagas de concurso público para contratação de docentes, que tinham sido congeladas, em certa medida, durante a década de 1990.

O Departamento de Ciências Sociais recebeu, em 2006, seis vagas para concurso, sendo quatro para professores adjuntos e duas para professores titulares. Em reunião do colegiado do DCSO, em fevereiro deste ano, as áreas de Antropologia e Política decidiram ficar com as quatro vagas de adjuntos, que possibilitariam o aumento do corpo docente dessas áreas, e à Sociologia cabiam as duas vagas de titulares. Naquele período, a passagem para professor titular significava o desligamento do quadro e a prestação de um novo concurso. Apenas a Sociologia tinha professores com o perfil para prestarem o concurso de titular, ao mesmo tempo que era a área com maior esforço docente, oferecendo disciplinas para todo o *campus*. Disponha, então, de oito docentes, e as demais áreas, sete.

As duas áreas – Ciência Política e Antropologia – comunicaram, então, que, com as novas vagas, o PPGCSO teria que ser reformulado, permanecendo apenas com um Doutorado comum, sendo que cada área deveria abrir seus mestrados disciplinares. O grupo de professores da Sociologia se reuniu e avaliou que não valeria a pena abrir um mestrado disciplinar e permanecer em um Doutorado em Ciências Sociais. A área contava com uma massa crítica suficiente para abrir um programa completo com mestrado e doutorado. Havia um conjunto de professores externos ao DCSO que atuavam do PPGCSO e que, majoritariamente, atuavam na Sociologia, que foi se constituindo em uma área de concentração do programa. A equipe que discutia o novo programa e a elaboração do APCN – aplicativo para proposta de curso novo da CAPES – entrou em contato com esses professores, e obteve sua adesão à proposta⁶.

6 Foram eles: Maria Aparecida de Moraes Silva, Cibele Saliba Risek, Tania Pellegrini, Anete Abramowicz, Oswaldo Mario Serra Truzzi, Paul Freston e Rosemeire Scopinho.

O APCN foi montado e discutido com os colegas, com uma preocupação de ser enxuto em suas linhas de pesquisa e com a ambição de se tornar um programa de excelência, uma vez que contava com nomes de forte inserção acadêmica nacional e internacional, vários pesquisadores do CNPq e integrantes dos principais fóruns do campo. A área de Ciência Política acompanhou a Sociologia, apresentando um APCN com mestrado e doutorado. Com isso, o PPGCSO ficou apenas com o Doutorado em Antropologia, e foi aberto um mestrado disciplinar. Em 2009, teve início o Doutorado em Antropologia e, a partir de então, o PPGCSO foi desativado, não abrindo mais seleção de alunos, apenas acompanhando os alunos remanescentes.

O APCN da Sociologia foi encaminhado em 2006 e aprovado pela CAPES, mantendo a nota 5 do PPGCSO que integrava o comitê de Sociologia na CAPES. Aos alunos e professores foi possibilitada a escolha entre permanecer no PPGCSO ou se transferir para os novos programas.

Em 2007, o PPGS contou com a coordenação pró-tempore de Maria da Glória Bonelli e Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, dando encaminhamento à seleção de mestrado e doutorado e à eleição da coordenação efetiva com o funcionamento integral do programa. A secretaria foi exercida pela técnica administrativa Ana Suficel Bertolo, que veio do PPGCSO para o PPGS, dando todo o suporte na transição dos programas e nas normas de funcionamento, onde permaneceu até sua aposentadoria.

Embora a organização desse novo programa tenha se dado nas disputas internas das Ciências Sociais por suas especificidades disciplinares em busca de consolidação, o clima mais amplo na UFSCar refletia as expectativas de expansão e de democratização do acesso, tendo o Reuni como referência. Mesmo que fosse necessária a pressão e a mobilização dos grupos para o reconhecimento de sua contribuição e a conquista de demandas institucionais, várias delas foram obtidas: a expansão de seu corpo docente e discente, recursos para pós-graduação, prédio, equipamentos, bolsas de mestrado, doutorado, bolsa REUNI, de pós-doutorado, pesquisador sênior, visitante, programas de internacionalização e de cooperação interinstitucionais. Foi também um contexto que deu início à política de ação afirmativa na UFSCar, aprovada em 2007, para o primeiro ingresso de alunos de graduação, em 2008. Isso se refletiu na mudança do perfil discente na universidade e nas pesquisas desenvolvidas, levando-se em conta a nova realidade social nos diferentes *campi*, com reflexos na pós-graduação. O PPGS começou em 2007 com 12 docentes permanentes e quatro colaboradores. Em 2009, agregaram-se ao DS-PPGS três novos professores com as vagas abertas pelo REUNI – Jacqueline Sinhoretto, Gabriel Feltran e Rodrigo Constante

Martins. Outros concursos foram realizados no também recém-criado DS – Departamento de Sociologia – e os novos docentes foram sendo integrados progressivamente ao PPGS⁷.

Entre 2008 e 2010, o PPGS foi coordenado por Maria da Glória Bonelli e Jacob Carlos Lima, na vice-coordenação. Em sequência, a coordenação esteve a cargo de Valter Roberto Silvério e Jacob Lima, entre 2010-2012; Maria Inês Mancuso e Jacqueline Sinhoretto entre 2012 e 2013; Jacqueline Sinhoretto e Richard Miskolci, entre 2014-2015; Rodrigo Martins e Fabio Sanchez, em dois mandatos, 2015-2019; Gabriel Feltran e Priscilla Medeiros, entre 2019-2021; e, a partir de então, Priscilla Medeiros e André Ricardo de Souza. Desde 2012, a secretaria do programa está sendo exercida pela técnica administrativa Silmara Dionízio.

Contextos de desenvolvimento do PPGS

Inserido em um contexto mais amplo, nesses quinze anos desde a criação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, muita coisa mudou para a universidade pública brasileira, para a pós-graduação, e, em particular, para a área de Sociologia. O PPGS vivenciou, a partir de 2014, alguns episódios de conflitos internos que foram sanados graças à solidez da proposta. Foram momentos tensionados por diferentes forças, muitas delas advindas de contextos externos. De todo modo, não houve fratura do programa, tendo em vista a ação coletiva de resistência em defesa da proposta e de seus objetivos. Foi um momento em que os docentes exerceram sua função pedagógica de maneira ímpar, ainda que os atropelos fossem muitos.

Esses episódios foram representativos das mudanças políticas do período, marcado pelas manifestações, a partir de 2013, do impeachment, em 2016, e a ascensão da extrema direita. O momento de investimento na universidade pública retrocedeu, as batalhas morais midiáticas (Miskolci, 2021), o ativismo on-line, os cancelamentos, as fake news e os ataques à universidade pública tinham vindo para ficar. A disciplina de Sociologia passou a ser combatida pelos empreendedores morais de plantão (Becker, 1963) na reorganização de forças políticas reacionárias no país.

O conjunto dessas mudanças se refletiu no Programa, em especial no período em torno da eleição presidencial de 2018, com a intensificação das investidas

7 Foram eles: Jorge Leite Jr., André Ricardo de Souza, Fábio Sanchez e Fabiana Luci de Oliveira; seguidos por Aline Pires, Priscilla Medeiros, Luana Motta e Svetlana Rushevilli. Também foram integradas como pesquisadoras visitantes Isabel Georges e Isabelle Hillekamp, ambas do IRD – Institute de Recherche pour le Développement – França.

bolsonaristas contra a Sociologia. O impacto na procura de novos candidatos ao mestrado e doutorado nessa disciplina e outras afins mostrou um refluxo, que persistiu com a crise da pandemia.

A universidade pública vive hoje um aprofundamento da crise de corte de verbas pelo governo federal. Assim, no presente momento, o PPGS lida com essa nova realidade, de reversão de investimentos na Educação Superior Pública, de retomada de atividades presenciais depois de um longo período pandêmico, e de enfrentamento da tentativa de desqualificar a disciplina.

Várias intercorrências cruzaram a trajetória do PPGS nesses 15 anos, revertendo um cenário nacional favorável noutro muito desfavorável. A fragilização do Estado de Direito no país, a fragmentação do sentimento de pertencimento profissional entrecortado pelas identificações dos sujeitos, os golpes contra a Ciência e a Sociologia nos últimos anos e o esvaziamento do *campus* universitário tiveram seu impacto, demandando seu enfrentamento.

A pesquisa no PPGS

O PPGS acumulou iniciativas ao longo de sua existência que lhe deram capital acadêmico e energia para atravessar as tempestades. Desenvolveu programas de nucleação, de solidariedade e de fortalecimento da pós-graduação em cooperação com outros programas.

Em seu primeiro ano de funcionamento integral, o PPGS conseguiu aprovar um PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica, com a UFAM e a UFAC, coordenado por Norma Valencio e composto, na UFSCar, pelos professores Jacob Carlos Lima e Rosemeire Scopinho.

Entre 2011 e 2014, liderou o programa internacional CAPES/CONEAU (Brasil – Argentina) – Centros Associados para o Fortalecimento da Pós-Graduação, entre o PPGS, como instituição promotora, e a Maestría en Sociología, da Universidad Nacional de Córdoba, como instituição receptora, coordenado por Maria da Gloria Bonelli e Martha Landa. Durante quatro anos, participaram das missões de trabalho dez docentes do PPGS⁸; pela Maestría, participaram cinco docentes⁹, além de cinco pós-doutorandos e cinco doutorandos em missões de estudo no PPGS.

8 Valter Roberto Silvério, Richard Miskolci, Jacqueline Sinhoretto, Gabriel Feltran, Rodrigo Constante Martins, Oswaldo Truzzi, Fabiana Luci de Oliveira, Jorge Leite Jr., André Ricardo de Souza e Maria da Gloria Bonelli.

9 Carlos Lista, Maria Inés Bergoglio, Patricia Scarponelli, Maria Alejandra Ciuffolini e Marta Landa.

Em 2016, teve início o DINTER – Programa de Doutorado Interinstitucional, do PPGS com a UNEMAT, *campus* Cáceres, sob a coordenação de Valter Roberto Silvério, pela UFSCar, como instituição promotora, e Paulo Alberto dos Santos Vieira, pela UNEMAT, como instituição receptora. O programa contou com 20 discentes, tendo titulado 19 doutores em Sociologia, até 2021. Vários docentes orientaram os projetos de doutorado no PPGS, além de terem ministrado disciplina em Cáceres¹⁰. Esse projeto contribuiu com a qualificação de servidores e docentes, nucleando condições acadêmicas para criar um mestrado com foco na formação discente e na investigação em questões regionais relativas à Sociologia.

O PPGS atuou também na formação de docentes pesquisadores, tutorando pós-doutores por meio de seu Programa de Pós-Doutorado, seja com o benefício de bolsa ou não. Dois bolsistas de pós-doutorado foram contratados pelo Departamento de Sociologia e incorporados ao PPGS¹¹. O corpo docente do PPGS foi sendo renovado para além dos contratados pelo DS, evidenciando sua dinâmica e incorporando diversas gerações de pesquisadores.

Nos primeiros anos, o PPGS se organizou em três linhas de pesquisa e três laboratórios. À linha de pesquisa “Estrutura social, poder e mobilidades” se vincula o Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades – LEST. À linha “Cultura, diferenças e desigualdades” se vincula o Centro de Pesquisas sobre Cultura, Diferenças e Desigualdades – CPCD. À linha de pesquisa “Urbanização, ruralidades, desenvolvimento e sustentabilidade ambiental” se vincula o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastre – NEPED.

Como ocorre ao longo do tempo, novos credenciamentos e descredenciamento resultam na renovação da composição da equipe de professores-pesquisadores, e isso se reflete na reorganização interna do programa. Assim, em 2017, houve uma ampliação das linhas de pesquisa, com a abertura da linha “Estado, conflitos, justiça e políticas sociais”. Em 2022, o PPGS está discutindo novamente a readequação, visando a melhor distribuição do atual corpo docente e respectivos laboratórios e núcleos, aglutinando-os em três linhas de pesquisa. Nesse momento, o programa conta com 20 docentes permanentes e 3 colaboradores, contribuindo com o ensino, a pesquisa, a gestão, a representação acadêmica e a extensão universitária.

Uma das características positivas, desde o início do programa, foi a constituição de grupos de pesquisas vinculados aos docentes. Isso, além da maior

10 Os docentes, Valter Roberto Silvério, Maria Inês Mancuso, Maria da Gloria Bonelli, Fabio Sanchez, Fabiana Luci de Oliveira, Rodrigo Constante Martins e Gabriel Feltran.

11 Rodrigo Constate Martins e Aline Suelen Pires.

proximidade com os alunos, possibilitou maior integração destes ao programa, e a interação entre os diversos grupos por meio de atividades conjuntas promovidas pelo PPGS, promovendo uma sociabilidade necessária para as pressões inerentes à elaboração de pesquisas mais autônomas.

Os seguintes grupos-laboratórios e núcleos estruturam o programa: LEST-M – Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades; Sociologia das Profissões; NEREP – Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política; NaMargem – Núcleo de Pesquisas Urbanas; CPCD – Centro de Pesquisas sobre Cultura, Diferenças e Desigualdades; Texturas da Experiência: Sociologia e Estudos da Diáspora Africana; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; SexEnt - Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Entretenimento e Corpo; NAMCULT – Núcleo de Estudos em Ambiente, Cultura e Tecnologia; TRAMA: Terra, Trabalho, Migração e Memória; RURAS – Ruralidades, Ambiente e Sociedade; Dissenso – Coletivo de pesquisa em sociologia política; GEVAC – Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos; Núcleo de Estudos em Direito, Justiça e Sociedade; LMI-SAGEMM – Laboratório Misto Internacional Social: activities, gender, markets and mobilities from below (Latin America).

Em termos de cooperações internacionais, convênios, intercâmbios e redes globais de pesquisa, o PPGS ampliou essa circulação, com pesquisadores visitantes em São Carlos, com as bolsas de pesquisa no exterior e os pós-doutorados de seu corpo docente, além das bolsas sanduíches de doutorado desenvolvidas pelos discentes ao longo do período. O programa aglutina vários projetos de pesquisa financiados no Brasil e no exterior, contando com 13 docentes que possuem bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq.

O PPGS recebe regularmente alunos estrangeiros para o mestrado e o doutorado de países como Argentina, Peru, Colômbia, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe; Guiné, Moçambique e Angola, além de alunos e professores em missões curtas de países como França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, Colômbia, Argentina, Rússia, entre outros.

A produção do PPGS em livros, capítulos de livros, artigos e periódicos avaliados pelo Qualis, somada ao conjunto de atividades acadêmicas no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e na integração da pós-graduação com a graduação, resultou na progressão do programa ao conceito 6, confirmando o reconhecimento dos pares que avaliam a Pós-Graduação em Sociologia na CAPES. Tal resultado foi obtido no triênio 2011-2013, sendo confirmado nas avaliações posteriores. Para esse resultado contribuíram docentes, discentes e a gestão do programa, com o apoio da secretaria.

O PPGS conta com dois periódicos: Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, que é quadrimestral e está no volume 12; Áskesis – Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, que é semestral e está no volume 10.

Os docentes do PPGS atuaram e atuam em múltiplas instâncias: nos comitês de avaliação da CAPES; na coordenação de área da CAPES e da FAPESP; no comitê assessor do CNPq e sua coordenação; na Sociedade Brasileira de Sociologia, na ANPOCS, e nas representações, organização de sessões e de grupos de trabalho em associações acadêmicas internacionais.

As mudanças no corpo discente

A primeira seleção discente, para 2008, contou com 20 vagas para mestrado e 10 para doutorado. A seleção para 2022 ofertou 15 vagas de mestrado e 15 vagas de doutorado. Para a seleção de 2018, o PPGS inseriu em seu edital uma política de ação afirmativa que está em vigor. No total, o programa já recebeu 436 discentes, sendo 230 discentes de mestrado (35 ingressos pela reserva de vagas) e 206 de doutorado (33 ingressos pela reserva de vagas). O total de evasões entre 2009 e 2021 foi de 27. O total de defesas é de 183 para o mestrado e 136 para o doutorado.

Embora o corpo discente permaneça no programa por um tempo menor, em média, 30 meses no mestrado e 56 meses no doutorado, com vários estudantes tendo acompanhado só um dos contextos mencionados anteriormente, é impossível não se vivenciar hoje os impactos de tais mudanças. Elas são resultantes do reconhecimento da excelência do programa, como também decorrem de episódios caluniosos, da tentativa de desqualificação da Ciência, da radicalização política e da violência de extrema-direita, dos ataques à universidade pública e do corte de verbas por parte do governo federal.

O mestrado e o doutorado do PPGS respondem à demanda da área de Sociologia no âmbito regional e nacional, acolhendo também alunos provenientes de outras áreas de formação, quando aprovados na seleção. A procura discente pelos cursos do PPGS até a progressão para o conceito 6 era em torno de 58 candidatos para o mestrado e 30 para o doutorado. Essas inscrições vinham, na maioria, de outras regiões do Estado de São Paulo, seguidas de candidatos de outros estados da federação e estrangeiros, e, em menor proporção, de alunos provenientes da UFSCar.

Essa composição muda com a progressão na avaliação do PPGS e, posteriormente, com a reversão no cenário político nacional. Com a expansão do sistema

de pós-graduação, a criação de novos cursos e mais ofertas de vagas nos estados, principalmente de mestrado, a demanda de candidatos para vagas nos dois níveis se tornou mais próxima. A média de inscritos para a seleção de mestrado nos últimos seis anos foi de 49,3 e para o doutorado de 48,5.

Vários egressos do PPGS compõem o corpo docente das universidades públicas, como na Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de Tocantins, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Federal de Alagoas, Instituto Federal de Alagoas, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Amapá, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Estadual do Recôncavo Baiano, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Universidade Estadual do Mato Grosso, Universidade Estadual Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade do Estado do Pará, Universidade Estadual do Piauí e de universidades do exterior, como a Universidade Rovuma/ Moçambique, Universidade de Birmingham/ Reino Unido. Também são professores nos institutos federais criados com o REUNI, e professores substitutos em universidades públicas. Vários egressos lecionam em instituições de Ensino Superior privadas, entre elas a PUC-GO, Centro Universitário da Fundação Hermínio Ometto – Araras/SP, a Faculdade de Casa Branca, a Faculdade de Ciências da Saúde de Barretos Dr. Paulo Prata e a Faculdade Seune/Alagoas. Estão inseridos em instituições públicas que realizam pesquisas, como o Núcleo de Estudos da Violência/USP, CEMADEN, a FIOCRUZ e são bolsistas de pós-doutorado no Brasil ou no exterior. Atuam em prefeituras e órgãos públicos, como a Secretaria da Saúde do Estado de Mato Grosso, em instituições privadas como o SESC, SENAC, TV Trace Brazuca, em organizações sem fins lucrativos, como o PNUD Brasil, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Casa de Acolhimento Transformar e no ensino médio, lecionando Sociologia, entre outras ocupações.

Considerações finais: os múltiplos desafios

Há expectativas de que as eleições de 2022 possam dar outra direção política ao Estado, mas é pouco provável que o Brasil se transforme em um país democrático, inclusivo, aberto às diferenças depois da aguerrida conversão de forças eleitorais em apoio a um candidato de extrema-direita. Entretanto, mobilizar a Sociologia e sua produção para avançar nessa direção é mais viável quando o

governante respeita o Estado de Direito, a diversidade, a justiça social e a sobrevivência das pessoas, do que quando propaga valores e práticas fascistas.

Tendo o PPGS vivido ambos os contextos em sua trajetória, a experiência acumulada aponta para as formas como a Sociologia e a Universidade Pública se mobilizam nos distintos cenários. Tanto num quanto noutro compete ao programa levar adiante suas atribuições orientado pela excelência no ensino, pesquisa, extensão e gestão, bem como pela defesa do acesso ao ensino universitário gratuito, reconhecendo as diferenças em seu conjunto.

As alterações ocorridas no corpo docente trazem a preocupação com sua distribuição entre as linhas de pesquisa, e a relevância de o programa buscar atrair professores para aquelas com menor presença de pesquisadores, visando a recompor sua distribuição interna. A mesma atenção cabe às diferenças no que tange à sua presença na docência do PPGS.

Quanto ao corpo discente, uma direção a seguir é contornar o impacto do corte de verbas e da propaganda anticientificista, estimulando a atração de novos candidatos a partir do curso de graduação, e a preservação do alunado no programa, reduzindo a evasão alimentada pela pandemia. Diante dessas dificuldades objetivas para os estudantes se manterem na universidade, a mobilização por um contexto político mais favorável e o planejamento dos recursos para acolhê-los se reforçam como caminhos possíveis.

Em termos de perspectivas para o PPGS, muitos são os desafios. Entretanto, o que o delineamento do balanço desses quinze anos aponta é que a presença de novas gerações à frente do programa, somada à mútua colaboração entre as gerações, têm resultado na excelência do programa, bem como em uma base sólida para superar os obstáculos e avançar na produção compartilhada de conhecimentos. Isso reflete tanto a renovação de ideias e de propostas quanto a contribuição dessa experiência mais longa, potencializando o novo – as diversas vivências na Sociologia, suas especializações e perspectivas – com o que foi acumulado pelos colegas que estão hoje menos à frente do programa em si, envolvidos com outras dimensões do fazer sociológico que reforçam o alto nível acadêmico do programa.

A expressiva contribuição discente estampada na memória e no presente do PPGS, e a constante cooperação da secretaria são visíveis na progressão do programa. Também são a força que se multiplica para a superação do atual contexto político-econômico tão adverso, visando à comemoração dos 20 anos do PPGS em uma situação geral mais construtiva no país, na Sociologia, na universidade. A contribuição do programa não se restringe à excelência acadêmica, mas ao avanço do conhecimento direcionado ao enfrentamento

das disparidades sociais, e à construção de uma sociedade mais justa. Neste sentido, tendo em vista o desmanche que vivenciamos, a cooperação com práticas sociais voltadas aos grupos mais vulneráveis se torna urgente, podendo se organizar por meio da realização de projetos que integrem a graduação e a pós-graduação em atividades destinadas ao ensino básico, e em especial aos mais desvalidos, entre outros.

São Carlos, setembro, 2022

Recebido em: 10/ 09/ 2022

Aprovado em: 15/ 09/ 2022

Como citar este artigo:

BONELLI, Maria da Glória; LIMA, Jacob Carlos; MANCUSO, Maria Inês; SILVA, Maria Aparecida de. Venturas e aventuras: os 15 anos do programa de pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 2, maio - agosto. 2022, pp. 467-479.

Artigos





COMBATE NA ZONA DE DISSERTAÇÃO¹

Michael Burawoy²

Tradução: Sébastien Antoine³ e Érika Sabrina Felix Azevedo⁴

Resumo: Neste artigo, originalmente publicado em 2005 na revista *The American Sociologist*, Michael Burawoy propõe uma autoanálise de 30 anos de sua prática de orientação na UC Berkeley. Destacando a dimensão desigual de poder, estruturando a relação entre orientador e orientado, Burawoy desvenda caminhos para uma sociologia da orientação sociológica, abrindo a caixa preta das interações, ritos e interesses envolvendo a produção de uma dissertação – e convindo assim outros e outras a seguir o mesmo caminho reflexivo, tanto nos Estados Unidos como no Brasil.

Palavras Chaves: Pós-graduação. Estilos de Orientação. Desequilíbrio de Poder. Vida Acadêmica. Dissertação.

COMBAT IN THE DISSERTATION ZONE

- 1 Por suas observações, comentários desafiadores e encorajamento, gostaria de agradecer Wendy Espeland, Zsuzsa Gille, Lynne Haney, Sean Ó Riain e Sandra Smith, assim como Ira Silver e David Shulman, editores desta edição especial, e Larry Nichols, editor do *The American Sociologist*.
- 2 Departamento de Sociologia – University of California: Berkeley – California – Estados Unidos – burawoy@berkeley.edu – <http://burawoy.berkeley.edu/> – <https://orcid.org/0000-0002-7195-7278>
- 3 Escola das Ciências Políticas e Sociais (PSAD) – UCLouvain – Louvain-la-Neuve – Bélgica – sebastien.antoine@uclouvain.be – <https://orcid.org/0000-0002-1014-5268>
- 4 Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife – Brasil – erika.azevedo@ufpe.br – <https://orcid.org/0000-0002-8304-4281>

Abstract: *In this article originally published in 2005 in The American Sociologist, Michael Burawoy proposes a 30-year self-analysis of his supervising practice at UC Berkeley. Highlighting the power imbalance structuring the relationship between supervisor and supervisee, Burawoy unveils paths for a sociology of sociological supervising, opening the black box of the interactions, rites and interests surrounding the production of a dissertation – inviting others to follow the same reflective path, both in the United States and in Brazil.*

Keywords: *Graduate School. Styles of Orientation. Power Imbalance. Academic Life. Dissertation.*

COMBATE EN LA ZONA DE DISERTACIÓN

Resumen: En este artículo publicado originalmente en 2005 en *The American Sociologist*, Michael Burawoy propone un autoanálisis de 30 años de su práctica de orientación en la UC Berkeley. Destacando la dimensión desigual del poder que estructura la relación entre el supervisor y el supervisado, Burawoy desvela caminos para una sociología de la orientação sociológica, abriendo la caja negra de las interacciones, ritos y intereses que acompañan la producción de una disertación – invitando así a otros a seguir el mismo camino reflexivo, tanto en los Estados Unidos como en Brasil.

Palabras clave: Estudios de postgrado. Estilos de orientación. Desequilibrio de poder. Vida académica. Disertación.

Parece que as dissertações surgem por uma concepção imaculada. Ninguém lhe diz como escrevê-las; ninguém lhe diz como supervisioná-las. É uma produção inefável e única – um produto conjunto sobre o qual nada podemos dizer, cuja fruição é tão miraculosa quanto a separação do Mar Vermelho. A dissertação é muito central para a carreira sociológica, e ainda assim tão inexplorada. Parece que temos um interesse em colocar a dissertação além da análise sociológica, como se isso pudesse colocar em perigo o próprio processo criativo. Para ter certeza de que há a tradição, os murmúrios, as focas, o *Sturm and Drang*, a fúria e a devoção, a comédia e a tragédia, mas eles só contribuem ainda mais para a mistificação. Passar da anedota à análise, à socioanálise, é profundamente ameaçador, uma transgressão de alguma linha sagrada.

Mas por que o medo? Por que será tão chocante sujeitar a zona de dissertação ao olhar sociológico? É impossível ser desapaixonado por uma relação

na qual cada lado está profundamente investido, emocionalmente e intelectualmente, às vezes preso em combate mortal, às vezes dançando em completo uníssonos? Ou será que vamos descobrir que não somos os autores individuais de nosso próprio trabalho? Ou que vamos desmascarar a mitologia da busca desinteressada da verdade? Ou que vamos revelar o poder simbólico que está no cerne do processo? Ou que, removendo o véu no campo do poder, demonstraremos as estratégias carreiristas que estão por trás de nosso jogo de dissertação? Ou será que não podemos simplesmente objetivar uma relação tão pessoal, tão santificada?

Se a sociologia é a força do esclarecimento que afirmamos ser, então devemos ser capazes de enfrentar nosso próprio olhar penetrante. Não há razão para nos isentarmos das armas que tão alegremente brandimos sobre os outros. Após 25 anos orientando dissertações, assim como uma vida inteira escrevendo sobre trabalho, sinto-me obrigado a arriscar a exposição, nem que seja para incitar os outros a fazer o mesmo. Expor-me, espero, deixará os outros também expostos, movendo-os para avaliar suas próprias experiências e talvez até escrever sobre elas, seja qual for o lugar em que estejam localizados no processo de dissertação ou mais amplamente no campo da sociologia.

Supervisão e o acadêmico independente

Antes de dar o mergulho, eu preciso resolver uma questão terminológica. Há uma série de expressões usadas [em inglês] para se referir ao processo de trabalho de dissertação – *mentoring*, *advising*, *directing*, mas eu prefiro *supervising*. A “mentoria” veicula [a ideia de] uma relação de um indivíduo moldando outro, enquanto eu quero colocar maior ênfase no processo de produção. O “aconselhamento” é melhor, mas também se concentra no indivíduo. Isso implica que o orientado é livre para aceitar ou rejeitar o conselho. Mistifica-se o que é central para a relação, ou seja, o poder. A “direção” se move na direção do poder, mas a supervisão captura melhor o olhar que forma o trabalho no produto reconhecível e congelado que chamamos de dissertação. Mas, como deve ser claro, a supervisão nunca fica incontestável. É uma batalha, um combate, muitas vezes subterrâneo, até o fim e além, muitas vezes tanto com o supervisor internalizado quanto com o supervisor real. Ao fazer a analogia com um processo de trabalho, não se deve esquecer que o supervisor da dissertação, ao contrário do supervisor do trabalho assalariado, tem interesse na criatividade do supervisionado, transformando o supervisionado em outro supervisor, ou seja, um interesse não em desqualificação, mas em promover o produtor direto em todos

os sentidos da palavra. Mas isso não significa que não haja luta. Longe disso, já que, por trás da produção, há também a expropriação do lucro simbólico.

Ao tentar-me a contribuir para esta edição especial do *The American Sociologist*, Ira Silver lembrou um mantra que eu, aparentemente, pronunciei frequentemente durante um seminário de trabalho de campo que fiz na *Northwestern University*: “meu trabalho é convencê-lo de que vale a pena seguir suas ideias”. Isso, de fato, é o que eu digo a mim mesmo (e obviamente a outros também) sobre mim mesmo: “estou aqui para lhe dar confiança para perseguir suas ideias, ou pelo menos aquelas que considero dignas de serem perseguidas”. Em um bom dia, é isso que acredito que faço. Essa é a minha verdade oficial, a verdade declarada. Tentei torná-la uma pedagogia semi completa, mesmo que ainda incipiente, o que Michael Polanyi poderia chamar de “conhecimento pessoal”. Mas, como eu descobri dolorosamente na preparação deste ensaio, essa não é a única verdade. É uma verdade que vem de uma posição e disposição definidas e que vai gerar em meus leitores contra-verdades, protestos de outras posições e disposições. Inevitavelmente, ao apresentar publicamente minha visão da supervisão, o que penso que estou fazendo, estou convidando uma gama de percepções e apreciações muito diferentes, e algumas críticas muito duras.

Deixe-me preparar o palco. Eu ensino em *Berkeley*, onde o *ethos* sempre foi incentivar os estudantes de pós-graduação a desenvolver seus próprios projetos independentemente da pesquisa do corpo docente. Nós o chamamos de modelo “acadêmico independente” em oposição ao modelo de “formação de aprendizes” no qual os estudantes trabalham, elaboram a pesquisa de seu supervisor. Vejo a distinção da seguinte forma: os acadêmicos independentes se tomam como ponto de partida, enquanto o aprendiz procura o mestre para iniciar e então dirigir sua pesquisa. Os acadêmicos independentes devem ser seus próprios artesãos enquanto o aprendiz pertence a uma oficina, assim como o cientista da natureza pertence a um laboratório. No primeiro, o foco é a produção do produto e depois a produção do produtor; no segundo, a ordem é invertida: o treinamento do sociólogo vem em primeiro lugar. Dos estudiosos independentes, normalmente vêm dissertações como livros de autoria individual, talvez o melhor trabalho científico que você jamais irá completar; fora da formação de aprendizes, emergem artigos de autoria conjunta, razão prévia para uma carreira que só começa realmente após a dissertação.

O modelo do acadêmico independente sempre prevaleceu em *Berkeley*. Desde que atingiu a maturidade, nos anos 50, recrutando futuros ilustres [pesquisadores] como Reinhard Bendix, Leo Lowenthal, Erving Goffman, Bill Kornhauser, David Matza, Philip Selznick, Franz Schurman, Hal Wilensky,

Seymour Martin Lipset, Herbert Blumer, Neil Smelser e Guy Swanson, o departamento se considerou pioneiro em novas áreas. Ele encorajou a floração de mil flores, que foi como sobreviveu aos anos sessenta e suas consequências. O resultado é uma ampla tolerância à diversidade no estilo sociológico, tanto em teoria quanto no método, que se estende ao corpo discente na pós-graduação. Não há nenhuma tentativa de elaborar uma classificação injusta dos estudantes, nem mesmo de padronizar listas de leitura para exames de qualificação⁵. Tudo é feito sob medida para o indivíduo. Significativamente, não temos sequer uma defesa de dissertação pública, esse selo de consenso profissional e de credenciamento. A aprovação final é negociada independentemente com os membros do comitê de dissertação, com o supervisor assumindo o papel principal. Esse é o contexto com base no qual eu lanço minhas reflexões pessoais sobre o processo de dissertação.

O Processo de Trabalho de Dissertação

Em seu memorável apêndice de *The Sociological Imagination*, C. Wright Mills descreve o ofício do trabalho intelectual como evitando procedimentos rígidos, cultivando a imaginação sociológica pela devoção da vida ao trabalho, e rompendo os limites da convenção disciplinar. Ele pinta o quadro do erudito renascentista, desligado de qualquer contexto social, exceto aquele que está sendo investigado e para o qual ele ou ela está atrelado. Esse é o ofício da sociologia, mas sem uma sociologia do ofício. É um conto de fadas que um intelectual alienado conta a si mesmo sobre sua vida de perseguição. É um conto que nenhum sociólogo pode engolir.

Independência não significa isolamento. Os estudantes de doutorado estão inseridos em muitas comunidades, em grupos de sócios – grupos de apoio de estudantes de pós-graduação, grupos de dissertação, grupos de amizade, amigos e parentes – mas também em grupos de referência, desde o futuro professorado que eles esperam ingressar, até a companhia de Deus, que os guia por este processo ao mesmo tempo penoso e milagroso. Os agradecimentos das dissertações revelam a riqueza social da vida dos estudantes de pós-graduação sem a

5 [Nota de Tradução – NdT] Nas universidades de pesquisa dos Estados Unidos, os exames de qualificação de doutorado (*PhD Qualifying Examination*) acontecem depois de ter cursado todas as disciplinas obrigatórias do programa de pós-graduação. O exame é baseado numa lista de leitura composta de 30-40 livros, na forma de provas escritas e/orais, demonstrando o domínio das áreas da disciplina relacionadas com o projeto de pesquisa – que só poderá ser iniciada após completar com sucesso o exame. No departamento de sociologia da UC Berkeley, essa lista de leitura é composta em negociação entre o doutorando e três membros do comitê de examinação, selecionados seguindo as suas respectivas áreas de expertise.

qual a finalização seria uma proposta ao mesmo tempo diferente e difícil. Nesse sentido óbvio, a dissertação é, de certa forma, sempre mais do que um produto individual, mais do que um produto conjunto de orientador e do orientado. De fato, como veremos, ela está inserida em um campo de forças muito mais amplo.

A biografia também é importante, mais importante do que deixamos transparecer, na determinação da escolha fatídica do tema da dissertação: você estuda a Irlanda porque é irlandês; você estuda a mão de obra filipina porque conheceu as lutas dos trabalhadores filipinos; você estuda como os latinos sobrevivem à pós-graduação porque você mesmo é um dos poucos latinos; você estuda os trabalhadores domésticos porque sua mãe era uma; você estuda a escolaridade porque seus pais eram professores; você estuda os trabalhadores da construção civil porque você foi um grande parte de sua vida; você estuda os dilemas da busca de emprego porque sua família sofreu o desemprego; você estuda a satisfação no emprego porque você teve uma existência insatisfatória como um advogado corporativo; você estuda o trabalho porque você foi um líder sindical; você estuda o autismo porque você cresceu com um irmão autista. Risque um tópico e você provavelmente encontrará pelo menos um traço biográfico. Mas existem outras fontes também: cursos formadores, livros brilhantes, professores impactantes, causas políticas e paixões morais. O acadêmico independente tem rédea livre para escolher a direção da pesquisa, independentemente de qualquer supervisor que, de qualquer forma, precisa ainda ser escolhido. Uma vez que um tópico emerge, ele tem de ser esculpido em uma pergunta, um problema, um quebra-cabeças – ele tem de ser tornado interessante para outros sociólogos e não apenas para si mesmo. É aí que entra a literatura.

A literatura não é dominada só por si mesma. Não é apenas uma demonstração ritual que permite a você passar como um acadêmico conhecedor. Para ter certeza quando eu não estou familiarizado com a substância concreta de um tópico, o que muitas vezes acontece, você tem que demonstrar seu domínio da literatura relevante. Mas o envolvimento com a literatura serve um propósito mais profundo: convencer primeiro a si mesmo e depois aos outros de que você está realmente lidando com um problema de algum peso, algo significativo para uma comunidade de acadêmicos. É um problema que irá preocupar você, desde vários anos até uma vida inteira. Você tem que convencer os colegas sociólogos de que uma questão não foi tratada adequadamente, ou que um problema foi deixado intocado ou que um quebra-cabeças não foi resolvido. Daí o pânico quando você descobre que alguém está trabalhando em um tema estreitamente aliado, o qual, em princípio, deveria ser algo a ser celebrado. Acontece quase invariavelmente que você pode explorar as nuances da diferença e um aparente

desastre se transforma em uma oportunidade de ouro. Em resumo, você usa a literatura para investir sua dissertação com significado comunitário, de modo que ela esteja destinada a se tornar parte do corpo acumulado de conhecimento sociológico.

Assim, podemos dizer que existem dois corpos teóricos: aquele que você não gosta e aquele que você gosta; aquele que você critica para rejeitar e aquele que você critica para melhorar; aquele que é superficialmente relevante, mas inadequado à tarefa que você se propôs e aquele que, com ampliação e reconstrução, tem o maior potencial para lidar com sua pergunta. Você quer concentrar suas energias críticas nas teorias para as quais você vai contribuir e não naquelas que você descarta. Assim, você nunca começa do zero, *tabula rasa*, como se os dados dissessem tudo e como se ninguém nunca tivesse feito nenhuma pesquisa em sua área antes. Você se coloca em uma linhagem científica e não como um gênio fora da história, mais dentro que fora de um campo de contestação acadêmica.

Seguindo essa lógica, o projeto de dissertação é apenas superficialmente e parcialmente sobre o *design*, que geralmente evolui com a própria pesquisa, mas sobretudo sobre convencer a si mesmo e aos outros de que você está em cima de algo importante, digno de seu compromisso total. Deve-se ter certeza de que o projeto de dissertação demonstra sua capacidade de enfrentar o problema definido, que você tem a metodologia, os antecedentes e a devoção para realmente resolver o problema. De fato, a proposta já é uma tentativa preliminar não só de formular, mas também de resolver o problema. O projeto é, portanto, não apenas uma argola burocrática a ser saltada, um rito de passagem, mas é o primeiro rascunho de sua dissertação, a primeira tentativa do produto final. Aqui você já especula sobre o que vai encontrar, mas faz isso não para estar certo, o que seria desinteressante, mas para estar errado, para se surpreender. Como supervisor, estou lá para esticar e imbuir o projeto com sua imaginação, em vez de promover uma ladainha de hipóteses. Esse não é um momento para jogar pelo seguro, mas um momento para ousar pensar, ousar assustar, um momento para definir um compromisso duradouro. É o seu voto de casamento.

Você não deixa o projeto para trás, mas leva-o consigo para o campo, quer seja uma pesquisa por questionário ou uma pesquisa de arquivo, com entrevistas ou observação participante. Com seu projeto como sua lente, você vê coisas que de outra forma seriam ignoradas. Ela se torna seu guia, seu mapa, sua bíblia pessoal, mas não é fundido em pedra. É um instrumento maleável que se expande e se auto transforma com os dados que você coleta. Ele se torna seu acordeão. A própria pesquisa se torna um experimento contínuo pelo qual o

projeto é reescrito, expandido e elaborado. Se o projeto for encontrado em falta, se quebrar sob a pressão da evidência, se não fizer mais sentido, então uma nova edição revisada terá que ser escrita. A qualquer momento de sua pesquisa, você deve saber, seja qual for a tentativa, de que se trata sua dissertação, suas principais reivindicações e seu significado. Desde o início, sua dissertação deve ter um título, um título variável que capte, de forma tão sucinta quanto possível, sua reivindicação geral, seu código genético. É um guia perpétuo, um lembrete do que você está fazendo. Você não pode esperar até que os dados estejam dentro, e então erguer laboriosamente o edifício, tijolo por tijolo, como se ele mesmo se construísse por si mesmo. Desde o início, e até mesmo desde antes do início, você já está sempre escrevendo sua dissertação em diálogo com uma comunidade de cientistas visível ou invisível.

As dissertações não são romances, que mantêm o leitor adivinhando o que vem a seguir, para ser revelado apenas no final. Não. As dissertações são mais como provas matemáticas nas quais as alegações são expostas clara e sucintamente no início, para que o leitor possa seguir a prova passo a passo. Ao contrário do romance vitoriano, não há nenhuma virtude em extensão. Muito pelo contrário: quanto mais longa for, mais exigente será a estrutura para manter tudo em forma. Lembro-me de uma das primeiras dissertações que supervisionei e que continuavam, de um volume para o outro. Eu estava desamparado e o estudante também. Fermentava em sua mente há anos e depois saiu incontrolavelmente. Agora eu tenho uma regra: as dissertações têm de ter menos de 350 páginas. Se for mais longo, você provavelmente não está claro sobre o que quer dizer ou está sendo repetitivo, e certamente ninguém vai querer lê-la.

Portanto, quando se trata de escrever capítulos, não se deve seguir o exemplo da Torre inclinada de Pisa, com cada capítulo uma interpretação intrigante daquela que veio antes, uma sucessão de epiciclos soltos que acaba caindo por terra. Em vez disso, você passa muito tempo projetando e redesenhando o todo. Como supervisor, eu quero saber como cada capítulo se encaixa no argumento total. Na verdade, só aceitarei um capítulo se ele for acompanhado por uma sinopse em constante mutação do conjunto da dissertação e um pequeno sumário de cada capítulo – o andaime emergente que mantém o projeto unido. Quero saber o ponto da situação a fim de avaliar a contribuição do capítulo que estou lendo. A dissertação não deve correr em diferentes direções, como uma galinha sem cabeça. Meu papel é o de reter continuamente os capítulos em uma relação sistemática uns com os outros.

Isso afeta a forma como escrevo comentários. Os colegas costumam escrever comentários detalhados nas margens dos capítulos de dissertação. Eu quase

nunca faço isso, preferindo oferecer interrogações contínuas da lógica interna da dissertação, qualquer coisa até 40 interrogações datilografadas por dissertação. À medida que fui envelhecendo, o número de comentários foi crescendo mais numeroso e menos volumoso. Eu costumava fazer comentários detalhados se estendendo por página e páginas, sobrecarregando e até paralisando você. Às vezes, você nunca mais voltava. Foi um pouco desonesto da minha parte reclamar de seu passo atrás, pois suspeito que meu bombardeamento visava estabelecer minha autoridade, minha credibilidade como jovem sociólogo – com pouca reflexão sobre o que poderia ser útil para você.

Portanto, agora, quando se trata de comentários, sou menos avassalador, menos conforme a verdade instantânea do que a lenta redução do erro. Eu não tento aperfeiçoar um capítulo, uma dissertação de uma só vez, mas penso em uma campanha de retificação com aproximações sucessivas que começa com o andaime – um resumo detalhado do capítulo – e se concentra lentamente ao longo do tempo nos detalhes do edifício. Na tentativa de manter o todo em vista, eu fetichizo títulos e subtítulos de capítulos. Conforme os capítulos vão surgindo, o andaime se ajusta e com ele todos os outros capítulos, de modo que no final o andaime e o edifício se tornam indistinguíveis, e o andaime se dissolve no edifício que então fica sozinho, resplandecente, reluzente.

Para além da díade

Você escreve apenas uma dissertação, mas é possível que você supervisione muitas. Você pode aprender a supervisionar, primeiro talvez aos pés de um virtuoso, sendo a segunda pessoa em um comitê – embora, dessa forma, você possa acabar fazendo todo o trabalho e obtendo pouco reconhecimento. É mais do que provável que você aprenda como eu aprendi: com base em seus próprios erros. No início de sua carreira, você está tão inseguro do caminho de supervisão a ser tomado que muitas vezes não está claro quem está supervisionando quem. Nesses primeiros anos, o “aluno internalizado” pode ser severo e censurador, castigando cada comentário, cada movimento seu. Somente lentamente você ganha vantagem sobre esses demônios internos, à medida que ganha confiança em seus julgamentos, sugestões e direções.

Muitas vezes, eu me pergunto sobre a fonte de minha própria confiança para dar aos estudantes a confiança em suas ideias. Acho que me foi imposto nos seminários de observação participante que eu costumava organizar quase todos os anos. Aí eu tinha um semestre para levar os estudantes a partir do nada, através de uma proposta, a coleta de dados, revisão de literatura e, com base nisso,

para os sucessivos rascunhos de um trabalho que refina e envolva um problema definidor – uma dissertação em miniatura. Como supervisor de dissertação, é minha posição que me impõe a responsabilidade de desvendar e tematizar apenas uma ideia; é sua necessidade desesperada de ordem que torna minha intervenção imperativa; é minha autoridade e sua necessidade de acreditar em mim que me faz acreditar em mim. Quanto mais frequentemente o faço, mais confiança desenvolvo em meu próprio julgamento, mais confiança você desenvolve em mim como supervisor e, portanto, mais provável que as coisas funcionem. Pascal disse: ajoelhe-se e acredite; então, supervisione e encontrará a ideia. O perigo, é claro, é que eu me torno muito confiante e perca a crisálida, brotando em sua imaginação semiconsciente.

Embora, como supervisor de dissertação, eu assumo o papel principal, não estou sozinho nesse processo. A supervisão, em teoria e na prática, é uma responsabilidade compartilhada. Passo inúmeras horas comparando notas com meus colegas sobre seu progresso ou regressão, transmitindo minhas frustrações e escutando as frustrações dos outros. Às vezes, quando você tem confiança para lidar com perspectivas conflitantes, posso entrar em batalhas públicas com outro membro do comitê sobre o real significado ou direção de sua dissertação. Algumas vezes, as batalhas são mais subterrâneas. Normalmente, conspirarei com colegas no privado para desenvolver uma estratégia concertada e uma frente comum para assegurar a gestação e o crescimento de sua dissertação. Quando for oportuno, posso convocar uma reunião do comitê de dissertação, mas com pleno conhecimento de que, se o tempo não for maduro, tal reunião pode facilmente levar à confusão e ao desespero.

Depois de toda a construção da confiança em uma ideia, essa convergência incerta de dados e teoria é um assunto frágil, sempre à beira da ruptura. As ideias têm o hábito de se transformar em pó. Por isso, posso ser bastante protetor – alguns diriam superprotetor –, blindando você contra os olhos críticos de meus colegas. Até que você tenha confiança em suas ideias, até que esteja em casa com elas, convencido por elas, é necessário remar na ponta rasa e, se necessário, com um cinto salva vidas à postos. Se eu tiver sucesso, no final, o poder é transferido à medida que você ganha confiança em suas próprias ideias e você decola, subindo como uma águia fina.

Antes de decolar, sem confiança em suas ideias ou discordando da minha avaliação do que você está fazendo, você pode procurar o apoio de outras autoridades do corpo docente que não seguraram suas mãos por meio [desse] processo agonizante. Mas suas observações de fora do jogo, feitas nos momentos

apressados dos *office hours*⁶, podem ter um impacto devastador. Sujeito a uma barragem de perguntas inocentes para as quais você não está preparado, você é lançado fora de equilíbrio. Você é interrogado: como você pode comparar os movimentos dos trabalhadores no Brasil e na África do Sul, ou a organização do trabalho na Coreia do Sul e nos Estados Unidos? Como você pode comparar o Congresso Nacional Africano e a Organização de Libertação da Palestina? Como comparar o jogo na África do Sul e em Nevada, o planejamento econômico na Turquia e na França, ou a segurança de Estado no Zimbábue e na Irlanda do Norte? Como você ousa comparar a limpeza étnica sérvia na Bósnia com a ocupação israelense da Palestina? Com que frequência já ouvi o canto das proverbiais maçãs e laranjas?⁷ Essa queixa muito facilmente perde o foco: a magia sociológica está precisamente comparando o incomparável, comparando maçãs e laranjas, transformando ambas em pêras! Quanto mais contraintuitiva a comparação, mais profunda e ousada é a sociologia.

Esses desafios bem intencionados de meus colegas podem suscitar novas direções, despertar novos *insights*, mas também podem alimentar suas inseguranças crescentes e minar sua autoconfiança – a autoconfiança necessária para escrever uma dissertação ambiciosa. Resta a mim, seu supervisor, pegar as peças e juntá-las novamente, para que você possa se recuperar e seguir em frente. Em momentos cruciais, minha paixão, meu compromisso é importante para levá-lo adiante. Mas tenho que ter cuidado para não exagerar no compromisso. Tenho que ser capaz de ver um novo movimento, uma nova estratégia, uma nova direção, um novo cristal. Para isso, é necessário que eu lhe dê espaço para reclamar, para desafiar e contestar minha direção. Você deve poder entrar em combate sem parecer desleal ou desconfiado. Você deve poder ser capaz de me dizer que estou simplesmente errado. Ou, como um estudante já me disse: “você está louco”. A brincadeira, a resistência, a contestação, a luta contínua que tanto choca os estudantes mais respeitosos, e às vezes choca até a mim mesmo, faz parte de uma liberdade e flexibilidade essencial que mantém sua dissertação no caminho certo. O fato de ficar tão raramente fora de controle sugere que ambos os lados reconhecem não apenas o quanto é necessária, mas também a confiança fundamental sobre a qual ela se baseia.

6 [NdT] Nas universidades estadunidenses, as *office hours* são horas de orientação individual ou coletiva organizadas semanalmente pelo corpo docente como parte das suas atividades de ensino.

7 A expressão inglesa “to compare apple with/and orange” destaca a dificuldade, ou até a impossibilidade, de comparar duas coisas demasiadas distintas. Burawoy joga com essa expressão frutícola propondo uma solução ao dilema da comparação, tornando as duas frutas (maçã e laranja) uma só (pera) usando a teoria sociológica para criar um comum denominador.

Mas, felizmente, nunca é só você e eu no combate. Nós nunca estamos sozinhos, ou pelo menos eu tento garantir que nunca estamos sozinhos. Além do comitê de dissertação composto de professores, há muitos grupos de apoio que você desenvolve por conta própria com colegas estudantes. Eu também conto com um grupo – entre cinco e dez estudantes, dependendo de quem está por perto na época e de quem quer participar – provenientes daqueles cujas dissertações eu estou supervisionando. Eles desenvolvem um raro compromisso com o trabalho um do outro. Nós nos encontramos a cada duas semanas para um jantar coletivo no meu apartamento. Uma pessoa apresentou um capítulo uma semana antes e todos já enviaram uma página ou duas de comentários alguns dias antes da reunião. A pessoa na situação “difícil” prepara as respostas e lidera a discussão. Ao final da noite, se as coisas correrem de acordo com o planejado, teremos retirado o quadro branco e rearranjado toda a dissertação – do prefácio à conclusão. Ou talvez o dissertador esteja em uma fase mais preliminar, ainda no campo; então, discutimos como avançar em direção ao andaime.

É impressionante a rapidez com que todos entram a bordo do projeto, como os comentários convergem em questões que levam além do capítulo apresentado para o corpo da dissertação. A rapidez da disposição do estudante de pós-graduação para se separar é colocada em repouso à medida que nos fixamos no trabalho um do outro, ao erguer a dissertação em fundações resistentes. Certamente, no dia seguinte, pode não parecer tão ereto, as peças não encaixam tão bem como pensávamos, mas, pelo menos, o todo foi mapeado e você se sentirá mais enraizado, pronto para continuar. Quando você vê o todo, então você vê igualmente o que precisa ser consertado, reparado. Mas você também acredita na dissertação, em sua viabilidade. Não há nada como um quadro para conquistar a realidade.

O benefício lateral do grupo de dissertação é que cada um de nós aprende o que significa montar uma dissertação, de modo que, na verdade, você está participando não apenas de sua própria dissertação, mas do desenvolvimento de várias outras. Você aprende como fazer comentários construtivos e como responder a eles, como conduzir um seminário sobre seu próprio trabalho. Você aprende que os outros estão passando pelas mesmas agonias que você e aprende as diferentes maneiras de lidar com elas. Isso é uma excelente preparação para quando você mesmo estiver supervisionando estudantes.

Estilos de Supervisão

Como você pode ver, há mais de uma maneira de supervisionar o acadêmico independente. Quando olho para trás nas dissertações que supervisei, penso

em mim como a parteira, que nutre e entrega o que já está lá. Isso, ao que parece no final, é auto engano, negação, ou simplesmente perda de memória. Se eu sou parteira, então sou muitas vezes o mestre da cesariana. A parteira é uma forma conveniente de esconder de mim mesmo um parto muito áspero, como eu digo, mais parecido com um combate. Meus co-autores da *Etnografia Global*, todos os estudantes que fizeram as suas dissertações comigo, passaram por um momento particularmente difícil. Estudantes brilhantes com mentes próprias são difíceis de encurralar entre duas capas de um livro que lavra um campo comum. Eles me chamaram de Bela Karolyi por causa do treinador das bem sucedidas ginastas americanas nas Olimpíadas de 1996 – famoso por seu tratamento patriarcal, muitas vezes despótico, de suas alas adolescente, levando-as a desempenhar além de suas capacidades. Ele não pararia em nada, e nem eu, aparentemente. Para fazer com que você produza, eu convengo e suborno, bajulo e castigo. À medida que você alcança padrões cada vez mais altos, a barra também se eleva – até que você não aguento mais e me diga para assinar [a autorização de defesa]. Portanto, talvez eu deva chamar [a minha maneira de fazer] de *modelo coach* de supervisão, cuidando do produtor, mas apenas para produzir o produto.

Meus colegas geralmente têm uma abordagem mais suave. Lembro-me de compartilhar pensamentos sobre supervisão com uma das minhas colegas mais antigas. Fomos surpreendidos pela abordagem um do outro – ela do meu instrumentalismo e eu do seu maternalismo. Ela se via *in loco parentis*, cuidando das muitas necessidades de seus alunos, conhecendo detalhes sobre suas vidas e sobre a dela. Eu, por outro lado, só me preocupo com a dissertação e o resto terá que cuidar de si mesma, a menos, é claro, que interfira no progresso acadêmico. Você é apenas o instrumento para realizar sua dissertação e não a dissertação como um meio de realizar a si mesmo. Há aqui um componente de gênero inescapável. Não é apenas que minha colega seja do sexo feminino e, portanto, adote uma abordagem mais expressiva e holística, embora seja assim que possa parecer, mas também que os estudantes esperem, e até mesmo exijam, que as mulheres cuidem tanto de sua vida pessoal quanto da sua vida profissional. Muitas vezes, é um apelo por solidariedade, uma estratégia de poder, uma arma dos fracos. Comigo, tais exigências são mais suscetíveis de aparecer como uma declaração de vulnerabilidade, um movimento arriscado. A dimensão de gênero na supervisão é interativa, mas dentro de um contexto de disposições e expectativas mais amplas.

Os modelos parental e treinadores não são, de forma alguma, exaustivos dos estilos de supervisão. Há também a *abordagem do campo de treinamento* – disciplina militar dura. Esse foi o modelo em meus próprios anos de pós-graduação em Chicago. No final do primeiro ano, tivemos que fazer exames preliminares

para eliminar os desajustados que não podiam regurgitar a tradição local. Mesmo se poucos foram realmente expulsos (e não tenho certeza de como sobrevivi), o próprio esforço, o exercício disciplinar contaminou a atmosfera para todos. Para aqueles que passam o julgamento, bem, então eles entram no reino da dissecação da liberdade, o maravilhoso mercado livre de ideias, em que todos estão jogando em pé de igualdade. Afunde-se ou nade com suas próprias botas, a menos que tenha a sorte, como eu tive, de encontrar um ramo ao qual se agarrar.

A abordagem do campo de treinamento pode levar a outro modelo popular – popular tanto entre os estudantes quanto entre os professores – que é *supervisão fictícia*, em outras palavras, negligência benigna. Não é tão ruim quanto parece. Em um dia ruim, acho que meus orientados ficariam melhor sem mim, e alguns certamente ficariam. Talvez eu seja muito prepotente, muito seguro de meu próprio julgamento sobre a direção de sua dissertação. Alguns estudantes, afinal, prosperam com a autonomia. Eles simplesmente querem ser deixados sozinhos para prosseguir com seu próprio projeto com um mínimo de interferência. Tudo o que eles querem é meu apoio moral. Na verdade, eles querem uma variante específica de orientador-fictício – o líder de torcida que está sempre de plantão para despertar entusiasmo e apoio, dizendo-lhe que você pode fazê-lo.

Mas não esqueçamos que o corpo docente muitas vezes fica muito feliz com tal modelo de *laissez faire*. Nem é intelectualmente exigente nem consumidor de tempo. Era tudo demasiadamente comum em Berkeley quando cheguei em 1976, um legado das guerras dos anos 60. Hoje em dia, o departamento é mais profundamente profissionalizado; portanto, tal irresponsabilidade é inaceitável. Talvez as dissertações tenham sido mais criativas nos anos 70, mas isso resultava também de um discipulado em crise, precisando muito de uma injeção de novas ideias. A supervisão fictícia pode ter beneficiado aqueles que se sentiam em casa no meio acadêmico, mas não foi uma escolha para os muitos que foram deixados de lado. A supervisão fictícia pode deixar os estudantes se afogarem.

Embora os professores se inclinam para um estilo ou outro, eles também têm que adaptar seus modelos aos estudantes com os quais trabalham. Alguns modelos exigem mais adaptação do que outros. Como treinador, reconheço que alguns de vocês são simplesmente não treináveis e eu desisto, adotando a supervisão fictícia. O combate não vale a pena. Mesmo entre aqueles que respondem melhor às minhas exortações e instigações, há muita variedade. Afinal de contas, ao tentar levá-los à melhor forma possível, para realizar todo o seu potencial, é preciso avaliar seus pontos fortes e fracos, não forçar demais, mas não reter tampouco. O mais importante de tudo é levar em conta o que, por falta de um termo melhor, poderíamos chamar de “capital cultural”, ou seja, o ajuste entre suas experiências

e disposições de um lado e o *ethos* e as expectativas do departamento do outro. Em termos gerais, e sendo todas as outras coisas iguais, aqueles que descendem de parentesco acadêmico se ajustam mais facilmente. Eles têm um *habitus* pré-fabricado que torna tudo natural e normal. Aqueles que vêm de origens muito diferentes de bairros populares e de guetos, aqueles que vêm dos setores marginalizados da sociedade, aqueles de origem religiosa ou militar cujos valores entram em choque com o *ethos* um tanto liberal da sociologia – e por tanto tempo as mulheres –, todos vocês têm um tempo muito mais difícil.

Dorothy Smith resumiu suas experiências como estudante de pós-graduação em *Berkeley* no final dos anos 50 e início dos anos 60 como “uma mulher urinando em um banheiro masculino”. Mas ela nunca deixou de urinar, independentemente do sofrimento que isso implicava. E o resultado foi uma sociologia feminista pioneira – entre os trabalhos mais originais a sair de *Berkeley*. Hoje as mulheres são a maioria das estudantes de pós-graduação e quase metade do corpo docente, beneficiárias das lutas travadas pela geração de Dorothy Smith. É claro: ainda há um momento de gênero. Os homens ainda escondem suas vulnerabilidades por trás de uma bravata que eu posso facilmente confundir com excesso de confiança. Pode ser mais fácil reconhecer as cicatrizes, as feridas ocultas de classe e raça entre as mulheres.

O treinador deve reconhecer e identificar a fonte do sofrimento, e trabalhar para que você, o orientado dissidente, sinta-se mais em casa, pelo menos com sua dissertação – trabalhando com você atentamente, pacientemente e individualmente para prepará-lo para a luta armada da vida acadêmica. Tenho de aprender a ouvir, a fazer perguntas, a observar e, sobretudo, a ser paciente. Supervisionar é como fazer trabalho de campo, observação participante mais uma vez. Tenho de trabalhar com base em seus pontos fortes, de suas vantagens comparativas, de seus *insights* sobre as cegueiras, os silêncios da sociologia convencional. Tenho de lhe dar a confiança extra que você precisa para fazer a contribuição que a sociologia precisa muito, para ajudá-lo a explorar a disjuntura entre a experiência vivida e a disciplina acadêmica. Aqui estamos juntos em combate contra os estereótipos e truísmos de nossa disciplina, expandindo os horizontes do que pode ser questionado, em combate para defender perspectivas externas. Na verdade, é o forasteiro, o imigrante, a mulher, o gay, o afro-americano, o intelectual alienado, colocando à superfície sua exterioridade, que tantas vezes fizeram os avanços da sociologia. A sociologia tem um lugar para todos se apenas eu puder sustentar sua coragem de encontrar e reivindicar esse lugar. Ainda sou um novato em fazer um lar para os “desajustados” que se sentem desconfortáveis no meio acadêmico, mas é a coisa mais importante que eu posso fazer.

Comerciantes de Poder Simbólico

Até agora, meu relato tem estado no nível da lógica da prática, da análise de senso comum que falo sobre mim mesmo. Estou convencido pelo modelo do treinador, mas você, que trabalha comigo, pode estar menos convencido. De tempos em tempos, uma explosão rasga o véu da ideologia para revelar a violência simbólica sobre a qual ela repousa. Há a garantia do consentimento para a supervisão, mas há também o mascaramento do poder assustador que torna tudo isso possível – a dupla verdade da produção. Diante de uma rejeição após outra, sejam artigos submetidos, pedidos de financiamento recusados ou ofertas de emprego nunca recebidas, você se volta desesperadamente para o treinador para ter confiança para continuar. Ou, desesperadamente deprimido sobre seu progresso, paranóico sobre minhas intenções, minhas motivações, minhas acusações não ditas, você se retira da vista, afastando-se como um gato constrangido. Apenas um conjunto de comentários negativos sobre um capítulo, ou um comentário irrefletido, pode enviá-lo para uma queda livre. É quase como se eu possuísse sua vida.

Há os ritos mesquinhos da pós-graduação: esperar fora do meu escritório, fazer a fila ou se inscrever para um compromisso, esperar por comentários ou notas, por cartas de recomendação. Não há nada como a regulamentação de tempo para estabelecer quem está no controle. Talvez eu seja mais receptivo que alguns de meus colegas, e isso me faz parecer um pouco melhor, mistificando assim a realidade prevaiente, a constância da dominação. Enquanto fora do meu escritório, você troca palavras: “ele está de bom humor hoje?”. Quando se trata de gerar medos e ansiedades, nada é mais eficaz do que soprar quente e frio. Eles costumavam me chamar de Padrinho; talvez ainda o façam, às vezes benevolente, às vezes autocrático. E depois há os ritos institucionais – os exames de qualificação –, quando os ungidos se sentam em julgamento para determinar se você pode ir adiante ou não. Mesmo se você sempre o faz, ainda é uma exposição dolorosa.

Quando eu mesmo era um estudante de pós-graduação, tudo isso veio como um choque. Em meu primeiro trimestre na Universidade de Chicago, em 1972, acabado de sair do barco da Inglaterra, lembro-me das celebrações de uma doutoranda em antropologia que tinha acabado de defender com sucesso sua dissertação. Ela arregalou os estudantes reunidos com um relato passo-a-passo de suas pequenas vitórias por meio de uma provação de dez anos, e agora ela estava sentada em uma cadeira, com as pessoas ao redor contemplando com admiração, aturdidas, duvidando que jamais alcançariam essa imponente altura. O carisma da consagração! Meu ponto é o seguinte: o poder está tão incorporado na relação de supervisão que se torna natural e inevitável, tomado por certo

e, com o tempo, quase despercebido. Ou, se for percebido, é porque os limites do comportamento aceitável foram violados, como nos casos de assédio sexual, defletindo a atenção do poder embutido na própria norma.

Que poder é esse, esse poder simbólico? É o poder de reter ou conceder *reconhecimento*. Seja qual for o estilo, o supervisor está no *business* de conferir honra, assim como o padre elogia as boas obras e admoesta as más obras. Em troca, você abertamente reverencie, admire, respeite seu supervisor, embora, em particular, você possa dar vazão a uma ladainha de reclamações. O supervisor paira fortemente em sua psiquê. Um grupo de meus orientados uma vez se reuniram para discutir suas relações comigo. Eles ficaram chocados com a proximidade que tinham de sua relação com seus pais – buscando de mim, por exemplo, a aprovação que nunca obtiveram dele. E isso talvez explique por que os homens são mais propensos a experimentar a relação como uma relação conflituosa – apesar de eu ter tido algumas relações bastante tempestuosas com mulheres [também]! A transferência é profunda na zona de dissertação.

Essa não é uma troca igual, pois você precisa mais da minha aprovação do que eu preciso da sua. Não importa quão exuberante e dedicado você seja, não importa o quanto você me suga: é impossível compensar a assimetria. Você não tem mais ninguém a quem recorrer se eu retirar o apoio e o reconhecimento. Você não pode me rejeitar facilmente para outra pessoa do corpo docente – isso arriscaria a humilhação pública, você se tornaria uma pessoa desprezível. No entanto, é preciso dizer que a única estudante que trocou de supervisores contra mim, no início de sua carreira de dissertação, seguiu para uma carreira muito ilustre. Ainda assim, essa não é uma relação de trabalho assalariado em que o trabalhador é formalmente livre para mudar de empregador. Isso é servidão; muitas vezes, servidão pela vida. E, em ambos os lados, escravidão mútua. Com certeza, você pode solicitar o reconhecimento de outros professores ou mesmo começar a construir uma oficina independente de capital acadêmico na forma de artigos publicados, apresentações em conferências. Mas a âncora para o futuro ainda está comigo: seu todo-poderoso supervisor.

O perigo é que eu abuse do meu poder e viole sua confiança. Mas então provavelmente me encontraria sem nenhum orientado. Felizmente, não é preciso ser um assediador sexual ou plagiador se quiser que os estudantes deixem-o em paz. Há regras e limites definidos para o uso do poder simbólico cuja violação é rápida e amplamente divulgada. Embora haja uma profunda desigualdade de poder, quando a relação funciona bem, tanto o supervisor quanto o orientado ganham reconhecimento um do outro. Essa pode ser de fato a base de uma reverência e amor mútuos, que, no entanto, operam no e pelo poder.

Fabricação de Capital Acadêmico

Os supervisores podem estar simplesmente satisfeitos com um trabalho bem feito; eles podem se emocionar ao participar da resolução de um quebra cabeça, a fazer avançar um programa de pesquisa, a ver uma dissertação evoluir do nada. Eles podem gozar a glória do reconhecimento e da dedicação de seus alunos, mas também podem buscar reconhecimento além, de seus próprios pares e colegas e do estabelecimento profissional, para seu ensino. O campo acadêmico é peculiar, pois os produtores são também os consumidores – aqueles que buscam o reconhecimento são as mesmas pessoas que o concedem! Que complexidade! Assim, os professores podem construir sua reputação entre os colegas de seu departamento como alguém que a próxima geração de sociólogos respeita, embora isso às vezes possa ser uma bênção mista! Podemos reivindicar retornos sobre o reconhecimento recebido por nossos alunos – e, na verdade, podemos construir conexões fictícias com seus sucessos para nos trazer um pouco de herança simbólica. Os orientados se tornam então um investimento de tempo e energia para lucros que podem ser negociados como capital acadêmico para todos os tipos de benefícios simbólicos no campo disciplinar mais amplo. É claro que o “valor monetário” imediato de uma dissertação não se aproxima de um artigo avaliado, mas os artigos geralmente afundam sem deixar rastro, enquanto os estudantes vivem e talvez gerem mais estudantes. Os artigos não o cumprimentam nas reuniões da *American Sociological Association*, mas também não lhe pedem cartas de recomendação.

Os professores têm interesse, portanto, em acumular seu próprio capital por meio da construção do capital acadêmico de seus alunos, assegurando que suas dissertações sejam originais, mas não muito originais, que eles reconheçam as contribuições de outros sociólogos, colocando-se sobre os ombros de gigantes. Os professores têm interesse em seus alunos publicando artigos, a moeda mais segura do capital acadêmico, mas também apresentando trabalhos em conferências, ganhando prêmios e assim por diante. É claro, há sempre aqueles que são tão inseguros ou dominantes a ponto de ver o sucesso de seus alunos como uma ameaça ao seu status. Do outro lado, se tudo mais permanecer inalterado – mas raramente fica –, os estudantes têm interesse em se apegar aos professores com maior capital acadêmico, que então empregarão esse capital para ajudá-los a obter empregos – seja por meio de suas cartas ou de seus contatos. O sucesso de um estudante no mercado de trabalho se torna uma vantagem cumulativa para o supervisor e, em menor medida, para o comitê supervisor. Estudantes passam a ser conhecidos pelo nome de seu orientador, ou seja, o aluno de fulano. Ou, mais amplamente, os

estudantes são bens simbólicos trocados entre departamentos, assim como Levi-Strauss viu as mulheres como bens simbólicos trocados entre clãs.

É difícil não participar desse jogo de reconhecimento acadêmico se levarmos a sério a inserção de seus alunos. Lembro-me da primeira aluna que supervisionei – a que se tornou uma eminente feminista –, saindo no mercado de trabalho [acadêmico]⁸ com desprezo cavalheiresco pela sociologia, destruindo suas chances nos principais departamentos e sabotando permanentemente o pequeno capital acadêmico que eu tinha acumulado! Eu não sabia muito mais; eu ainda estava sem *tenure*⁹. Gosto de pensar que o corpo docente júnior de hoje é mentorado na arte da supervisão, na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho. Essa experiência traumática mudou minha abordagem de modo que, quando minha segunda estudante obteve sua primeira entrevista, eu lhe disse que ela tinha de fazer um *job talk*¹⁰ de treinamento comigo. Ainda me lembro do seu olhar de desdém – que insulto. Quem era eu para dizer a ela para fazer um treinamento de *job talk*! Com o tempo, desenvolvi uma ideia do que é um bom *job talk*, o que se faz e o que não se faz num *job talk*, as pequenas coisas, os códigos de vestuário, e assim por diante. Com o tempo, a estratégia no mercado de trabalho [acadêmico] se tornou parte da sabedoria do departamento, transmitida de uma geração de estudantes para a próxima. Em Berkeley, os estudantes de pós-graduação organizam seus próprios treinamentos para *job talks* e seus comentários são tão astutos quanto qualquer outro que eu tenha ouvido.

As apostas são altas de todos os lados. Ansiedade e preocupação são maiores se, inexplicavelmente, você não conseguir nenhuma entrevista. Como treinador, tenho que manter o moral e assegurar que sua vez virá se você persistir. E o

8 [NdT] Nos Estados Unidos, a seleção de professores não é realizada por vias de concursos, mas na base de um processo de contratação individual, colocando as universidades em concorrência pelo recrutamento dos candidatos mais desejados. O mercado de trabalho acadêmico estadunidense é então fortemente hierarquizado, e organizado ao redor das conferências anuais das diversas associações científicas e disciplinares nacionais. Depois de uma primeira salva de entrevistas com candidatos pré-selecionados – geralmente no local da conferência –, uma lista mais restrita composta de 2 ou 3 candidatos é constituída. Em seguida, cada candidato é convidado individualmente ao custo da universidade para um dia de visita do campus, incluindo encontros individuais com potenciais futuros colegas e apresentação para o conjunto do departamento durante o exercício do *job talk*.

9 [NdT] A *tenure* americana corresponde a uma nomeação definitiva como pesquisador-docente num departamento específico, depois de um período probatório de contratação de 4-5 anos. A *tenure* só pode ser garantida na base de uma avaliação meticulosa do conjunto das atividades de serviço, ensino e pesquisa (incluindo, geralmente, a publicação de um livro) por parte de pareceristas externos à universidade e especialistas da área de atuação científica do candidato.

10 [NdT] O *job talk* é o momento chave do processo de seleção acadêmico nos Estados Unidos: consiste numa apresentação do candidato, destacando suas linhas de pesquisa e projetos futuros para um público composto dos membros dos docentes do departamento e, geralmente, dos estudantes de pós-graduação.

treinador geralmente está certo. Quando você consegue uma entrevista, então o investimento de capital está em exibição, sua reputação e a minha estão em jogo. Não é à toa que o orientador revisa o *job talk* inúmeras vezes. Sou conhecido por treinar *job talk* por telefone, por chamá-lo de países estrangeiros, ou mesmo por invadir sua casa – tudo para moldar e verificar o *job talk*. Não faz muito tempo, eu me vi gritando com um estudante à beira do que eu considerava autodestruição, levando-me para baixo com ele, implantando o conceito de *habitus* de uma forma que o teria feito um alvo fácil nas entrevistas. É claro, é na preparação e na entrega de um *job talk* que você aprende de que trata realmente sua dissertação e seus problemas. É emocionante, e às vezes avassalador, ter outros sociólogos, estranhos, respondendo a suas ideias.

O campo acadêmico não é tão simples quanto isso. Há locais estratégicos de onde certos tipos de dissertações são mais aceitáveis. Como qualquer outra disciplina, existem campos beligerantes que não contratarão estudantes inimigos, campos engajados em lutas para definir o terreno da disciplina. Quantos anos se passaram antes que certos departamentos sequer entrevistassem um estudante associado a mim – descartado como marxista ou etnógrafo, ou pior ainda, uma combinação dos dois? Posso pensar que não estou administrando uma oficina, mas aqueles que avaliam os estudantes com quem trabalho têm preconceitos definidos sobre o que estão recebendo. Tão decisivo quanto as guerras disciplinares, porém, é a classificação dos departamentos, que inflaciona ou esvazia o capital acadêmico de seus alunos, e o próprio sistema de classificação é quintessencialmente reputacional, baseado nas avaliações do corpo docente. Todas as coisas sendo iguais, os departamentos maiores produzem o maior número de estudantes e assim aumentam sua classificação. Dentro da classificação, desenvolve-se um sistema de castas, cujas camadas superiores são definidas pelo intercâmbio de descendentes, assim como os ricos e os super ricos desenvolvem estratégias matrimoniais para manter sua concentração de riqueza.

Se a competição pelo capital acadêmico impulsiona o campo disciplinar e, portanto, as relações de poder simbólico, será que isso deprecia o “valor científico” da sociologia? Será que o “valor de troca” da dissertação, o capital acadêmico que ela concede ao autor e ao observador, corresponde a seu “valor científico”? Será que a busca do reconhecimento, dos lucros simbólicos e políticos, desnaturam a ciência, distorcem a verdade, desacreditam a visão da dissertação? Ou que o poder é uma condição necessária para a produção criativa? Será que o poder é produtivo? Será que a necessidade de reconhecimento de outros é um motivador de excelência ou de mediocridade? De fato, pode-se dizer que, como os leitores das dissertações são colegas sociólogos, o processo não é corrompido

pelos desejos venais de mercantilização, por satisfazer alguma exploração comercial ou alguma conversa política de vendas políticas. Ainda assim, isso é dar muito crédito aos sociólogos, projetando-os como uma comunidade de consenso, isolando-os do mundo além, enquanto que é, naturalmente, uma comunidade dividida em luta pelo que constitui um bom trabalho, uma comunidade que defende seus limites com outras disciplinas, uma comunidade fechada em uma universidade sitiada, uma comunidade competindo para clientes e patronos.

A sociologia pública curto-circuita todas essas tensões. Estando atenta às preocupações e valores dos não-acadêmicos, ela desafia o controle dos guardiões de nossa profissão, que a vêem como o cavalo de Tróia de “padrões em declínio”, “politização” e “valores alheios”. Ela abandona o acúmulo de capital acadêmico para outras formas de reconhecimento. Ela despertou tanto interesse porque apela para nossos ideais comuns, particularmente entre aqueles menos bem colocados na profissão. Aos estudantes de pós-graduação, é dito que eles não conseguirão emprego se elaborarem suas dissertações para alcançar públicos. E, é claro, há alguma verdade nisso. No entanto, as dissertações podem ser tanto científicas, dirigidas aos colegas, como também, ao mesmo tempo, abordam problemas significativos de hoje – embora parece que poucos departamentos podem se dar ao luxo, ou sentem que podem se dar ao luxo, de permitir que seus alunos sigam esse caminho.

Qualquer que seja sua dissertação, no entanto, não há razão para adiar incursões na sociologia pública até a *tenure*, até que se esteja velho e cínico, curado pelos labirintos da normalização. De fato, muitos estudantes nunca sobreviveriam à pós-graduação se não mobilizar sua sociologia em direções públicas, embora muitas vezes mantidas em segredo de seus supervisores. As sociologias profissionais e públicas não são inimigas, mas parceiros mutuamente revigorantes. A sinergia pode ser encontrada não apenas em Marx, Weber, Durkheim, Du Bois e Addams, mas, com um pouco de arranhão, ela também pode ser encontrada nos grandes profissionais: Merton, Lazarsfeld, Stouffer, Shils e Parsons. A questão, afinal, não é sociologia pública por si só, embora seja assim que é apresentada, mas quem deve ser autorizado a praticá-la, quem deve ser autorizado a converter seu capital acadêmico em capital político.

Fazendo a curva reflexiva

Quando olho para trás em meus 25 anos de supervisão, penso em todos aqueles estudantes com quem tive o privilégio de trabalhar, como eles me ensinaram tanto, empurraram meu próprio trabalho para canais inesperados,

colocaram-me em caminhos que, de outra forma, eu nunca teria tomado. Embora eu não ache que tenha aceitado estudantes específicos porque aprenderia algo em particular com eles, esse sem dúvida tem sido o resultado. Lembro com deleite e admiração as revelações de que tive conhecimento à medida que as dissertações se desdobravam – as novas perspectivas sobre o significado e a organização do trabalho, as ousadas comparações entre nações que brilharam em cada uma delas, a recuperação de dimensões ocultas e inesperadas do socialismo, a redefinição e ubiquidade do político, novas explorações do gênero e da classe, novas abordagens dos movimentos sociais atentos às sociedades em que eles surgem e assim por diante.

Não é apenas a excitação intelectual, mas há uma paixão pelo próprio jogo, por ver uma dissertação até seu fim, superando os obstáculos mais variados. Quando os estudantes terminam, eu tenho *flashbacks* ao início de sua carreira – nossas primeiras reuniões, suas primeiras pesquisas, um trabalho surpreendente, suas decepções iniciais, crises de desespero, confrontos perturbadores, becos sem saída que agora são esquecidos – e até o momento em que suas dissertações de repente se cristalizam magicamente, e depois saltam para a frente (ou não). São as incertezas e os desafios desse jogo que me sugam e, ao mesmo tempo, obscurecem as desigualdades e privilégios, normalizam o mercado do poder simbólico, sobre o qual o jogo repousa.

A vida acadêmica pode ser tão imersiva que raramente se pensa em submetê-la a uma análise sociológica, para revelar a lógica da prática e, depois, por trás da prática, desvendando a produção mágica do produtor e do produto. Escrever este ensaio, portanto, revelou muito o que era imperceptível ou mesmo desconhecido para mim. Foram seis meses dolorosos, à medida que tenho lutado para descobrir as relações sociais de supervisão, assim como, sem dúvida, pode ser doloroso ler – ter relações de supervisão desmascaradas pela arte desencantadora da sociologia. Mas é isso que fazemos aos outros. Por isso, devemos fazê-lo a nós mesmos.

Recebido em: 14/03/2022

Aprovado em: 27/04/2022

Como citar este artigo:

BURAWOY, Michael. Combate na zona de dissertação. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 2, maio - agosto. 2022, pp. 483-504.



O CONCEITO DE ARTIFICAÇÃO COMO TRANSFORMAÇÃO

Beatriz Patriota Pereira¹

Resumo: O conceito de artificação surgiu recentemente na Sociologia da Arte. Este artigo visa contribuir com as discussões existentes acerca do conceito. Assim, ele começa traçando um breve paralelo entre as diferentes perspectivas teóricas para, em seguida, focar na vertente de Heinich e Shapiro, apresentando sua teoria de forma mais aprofundada. A artificação, enquanto um processo de transformação de algo que não era tido como arte em arte, abrange certas condições e, dependendo do contexto, enfrenta incentivos ou obstáculos. Serão estudados os operadores pensados para analisar o processo de artificação.

Palavras-chave: Artificação. Arte. Definição da Arte. Transformação da Arte.

THE CONCEPT OF ARTIFICATION AS TRANSFORMATION

Abstract: *The concept of artification has recently emerged in the Sociology of Art. This article aims to contribute to the existing discussions about the concept. Thus, it begins by drawing a brief parallel between the different theoretical perspectives, to then focus on the strand of Heinich and Shapiro, presenting their theory in more depth. Artification, as a process of transforming something that was not considered art into art, encompasses certain conditions and, depending on the context, faces incentives or obstacles. Operators designed to analyze the artification process will be studied.*

1 Programa de Pós-Graduação em sociologia (PPGS/UFSCar) – São Carlos – Brasil – bia.patriota@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-9725-3271>

Keywords: *Artification. Art. Definition of Art. Art Transformation.*

EL CONCEPTO DE ARTIFICACIÓN COMO TRANSFORMACIÓN

Resumen: El concepto de artificación ha surgido recientemente en la Sociología del Arte. Este artículo pretende contribuir a las discusiones existentes sobre el concepto. Así, comienza trazando un breve paralelismo entre las diferentes perspectivas teóricas, para luego centrarse en la vertiente de Heinich y Shapiro, presentando su teoría con mayor profundidad. La artificación, como proceso de transformación en arte de algo que no se consideraba arte, encierra ciertas condiciones y, según el contexto, enfrenta incentivos u obstáculos. Se estudiarán operadores diseñados para analizar el proceso de artificación.

Palabras clave: Artificación. Arte. Definición de Arte. Transformación del arte.

Introdução

A definição da arte é socialmente construída e legitimada. Ela é negociada com base na construção de saberes, por meio de relações de poder. Eco (2016: 13) entende a arte pelo conceito de formatividade, em que cada formação é “um ato de invenção, uma descoberta das regras de produção segundo as exigências da coisa a ser feita”. Com base na formatividade, afirma-se a artisticidade intrínseca de cada operação humana. Assim, a obra de arte contaria sobre a personalidade e a espiritualidade do artista considerando o modo irrepetível e personalíssimo como ele a formou.

A arte se nutre da sociedade em que está inserida; nela estão presentes “os modos de pensar, viver, sentir de toda uma época, a interpretação da realidade, a atitude diante da vida, os ideais, as tradições, as esperanças e as outras de um período histórico” (Eco, 2016: 34). Para entender a arte, Eco (2016) volta ao pensamento marxista, que buscava esclarecer a relação entre base econômica e os vários episódios de costumes e de vida para explicar os reflexos ideológicos desse processo (Marx e Engels, 1998).

Para explicitar historicamente é preciso investigar e colocar em evidência o modo como determinado fenômeno artístico é estreitamente ligado a uma determinada sociedade e às leis (e não contingências) de seu desenvolvimento; o modo como essa determinada sociedade é a premissa (a base) da manifestação de uma dada direção no desenvolvimento da arte e como a investigação desta correlação explica estas mudanças (Eco, 2016: 36-37).

A arte se apresenta por uma polaridade, na qual a obra aparece como combinação de vários elementos: as estruturas, concorrendo numa superestrutura: “Quando se fala de organismo artístico se entende um fenômeno particular de comunicação, no qual determinada experiência histórico-social coletiva é levada, por meio da mediação determinante e personalizante de um formador, a uma pregnância particular” (Eco, 2016: 444).

Esse movimento oferece a contração orgânica de uma experiência. Uma definição geral da arte teria limites: de uma definição marcada pela historicidade, de uma definição que se modifica em outro contexto histórico; de generalizar uma série de fenômenos concretos que possui uma vivacidade de determinações que se perdem necessariamente na definição. Mas ela é indispensável para tentar criar um ponto de referência para aqueles discursos que são propositalmente históricos, parciais e limitados. Ao falar de arte, mesmo para negar sua possibilidade de definição conceitual, surge a exigência da definição.

Sua definição se realiza em um “movimento dialético contínuo que atravessa toda a história da arte e constitui a essência do fenômeno arte, capaz de influir na própria reflexão estética que se constrói sobre o fenômeno” (Eco, 2016: 126). O movimento dialético se realiza em um movimento de tríplice negação, em que ocorre a “transmutação das várias ideias da arte em diferentes contextos culturais” (Eco, 2016: 129). Assim, as definições são históricas e se relacionam a valores culturais e sociais. A experiência artística costuma superar o que era definido e celebrado anteriormente e se revisar com base em novos modos de operar e fruir. A arte, para Crane (2009), é uma atividade coletiva baseada no compartilhamento de convenções artísticas que definem o que é considerado arte em um período e como pode ser produzida.

A arte assume novas formas com o surgimento de modos de operar o artístico que podem contradizer as definições passadas sobre arte e beleza. Apesar do movimento dialético de redefinição da arte e da impossibilidade de construir uma definição que se enquadre no decorrer da história, contando os riscos de generalização e os problemas da historicidade, a exigência da definição do que é arte se faz presente desde uma ação incorporante, quando ocorre a incorporação de valores e contextos atuais. Eco (2016: 272) afirma que “a arte não é o Absoluto, mas uma forma de atividade que estabelece uma relação dialética com outras atividades, outros interesses, outros valores”; é uma estruturação de valores em que a obra se relaciona com seu contexto cultural. Greffe (2014, não paginado) acrescenta que “o objeto criado de propósito para se tornar uma obra de arte só é reconhecido como tal em um contexto histórico e social determinado, e somente se ele é submetido a uma interpretação teórica e filosófica capaz de justificar o interesse que ele atrai”.

Arte e artificação

A arte é o resultado de processos sociais, datados e situados, e não um *corpus* de objetos definidos uma única vez e por todos os que representam instituições e disciplinas consagradas. Para Shiner (2012, não paginado), as últimas manifestações das atividades artísticas estão além da arte tradicional e institucional, sendo o processo de artificação um exemplo desse fenômeno.

Como um neologismo, o termo artificação é uma forma nominativa do verbo “artificar”, o que implica que a arte em questão é um tipo de qualidade ou característica, similar a beleza em embelezamento. Consequentemente, artificação sugere que a qualidade de “arte-cidade” pode ser aplicada ou administrada em algum objeto, ação, instituição ou situação.²

Sant’Anna (2017: 09) pontua que o conceito de artificação veio tanto da Antropologia quanto da Sociologia e “implica articulações interdisciplinares, o que reforça a ideia de que a questão da ‘arte’ em nossa sociedade tornou-se tão complexa que é necessário o socorro de outras disciplinas que não apenas a estética”, sendo diametralmente oposto ao conceito de antiarte ou não arte disseminado por Marcel Duchamp.

A artificação estuda como, quando, onde e por que certo fazer ou saber ingressa no sistema das artes. Os deslocamentos espacial e simbólico são vistos como elementos definidores do seu sentido e do seu valor. As categorias antropológicas de legitimação e sociológica de institucionalização são fundamentais para se estudar o movimento dos objetos e sujeitos artísticos no interior do sistema das artes, junto com uma valorização econômica e simbólica.

Do ponto de vista histórico, as instâncias legitimadoras de uma obra de arte variam. Pode, num certo momento no Ocidente, ter sido a Igreja Católica, noutro momento a burguesia, noutro momento a universidade e/ou museu. Devemos reconhecer, porém, que na modernidade as instâncias legitimadoras se multiplicaram, o que torna mais diversificada a classificação do que seja arte e não arte (Sant’Anna, 2017: 17).

Passando por instâncias oficiais, “a classificação de trabalhos artísticos depende de uma estrutura burocrática/ideológica que autorize a autoria”

2 As a neologism, the term “artification” is a nominative form of the verb “to artify” which implies that the “art” in question is a kind of quality or characteristic, similar to the “beauty” in beautification. Consequently, “artification” suggests that the quality of “art-ness,” can be applied to or infused into some object, action, institution or situation.

(Sant'Anna, 2017: 18-19). As atividades artísticas, em comum, baseiam-se no princípio de que quem as pratica detém um saber e/ou uma técnica, domina uma habilidade ou sabe operar materiais e transformá-los artisticamente.

Na arte moderna e contemporânea, a multiplicidade de teorias sobre arte gerou conflitos e criou a antiarte ou pós-arte, rompendo com as normas dadas anteriormente, a tal ponto que a norma passou a ser a ruptura. Heinich (1998) fala de transgressão e arte. A transgressão passou a ser um valor em si. Em um movimento dialético, o artista transgride, a sociedade aceita a transgressão e a oficializa; o artista cria uma transgressão mais radical, mas a sociedade aceita de novo, desmoralizando a transgressão. Então, caímos num paradoxo da arte contemporânea: não há mais transgressão.

A arte contemporânea cria outro paradoxo: vive de se matar e, simultaneamente, indica uma vitalidade econômica. As artes plásticas movimentam um montante de dinheiro inédito. E, no plano da autoria, narcisismos típicos da sociedade do espetáculo dominam. A questão dos direitos autorais ganha maior destaque depois que se decretou a morte do autor.

A arte conceitual privilegia o discurso, o pensamento e as intenções: “A própria obra se tornou desnecessária. Ou seja, os discursos sobre a obra era a própria obra” (Sant'Anna, 2017: 44). A arte passou a ser uma ideia ou intenção, um deslocamento de sentido, definindo sua sentença de morte.

A artificação seria o contrário da desartificação duchampiana. Ao negar o *metiér* e ao pregar a indiferença, Michel Duchamp nega a ideia de valor. Na artificação, a diferença é criada pela obtenção de um saber específico, valorizando sua especificidade. Dessa forma, a questão da artificação se oporia à insignificância. Anteriormente à não estética duchampiana, o objeto artístico era sobretudo um signo carregado de significados. A insignificância não possibilita a comunicação. O artista precisa explicar sua obra e sua intenção.

O conceito de artificação provoca uma revisão do conceito de arte em geral. Justamente quando a morte da arte é decretada, atividades apareceram requerendo o estatuto artístico. E, para ser considerado arte, um objeto precisa funcionar simbolicamente, ter um sentido, passar por um processo de simbolização, destaca Sant'Anna (2017).

Eco (2016) assume o termo “morte” no significado dialético de dissolução-resolução. A história da arte atravessaria um movimento dialético contínuo que constitui a essência do fenômeno arte, capaz de influir na sua reflexão estética. Em sua trajetória, a arte vai além das transformações históricas e “morre” para assumir novas formas. Isso não significa o fim histórico ou cronológico da arte, mas a liberação de novas formas de artisticidade. O autor também defende

uma metodologia dialética que possa justificar uma transmutação das várias ideias de arte em diferentes contextos culturais, espaciais e temporais. As definições de arte são históricas, ligadas a valores culturais, em que a próxima experiência artística aparece “como ‘a morte’ de tudo que havia sido definido e celebrado” (Eco, 2016: 129).

Uma pesquisa histórico-gráfica ajudaria a compreender a gênese e o desenvolvimento das novas maneiras de conceber a obra e a arte em si. Para Eco (2016: 137), “a ideia da arte muda continuamente segundo as épocas e os povos e aquilo que para determinada tradição cultural era arte, parece dissolver-se diante de novos modos de operar e de fruir”. As obras individuais e as poéticas passam por processos de sucessão e oposição. As conexões dialéticas, como uma hipótese metodológica, podem ajudar a compreender a multiplicidade de formas da arte.

Os fatores que modificaram o *status* da arte e do/da artista e contribuíram para popularizar a arte, segundo Gombrich (2013), são: sensação generalizada de progresso e mudança, que cria um esforço de não repudiar nem engrandecer nada; desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que possibilita novos métodos; a arte acompanha a ciência e a tecnologia e proporciona uma via de escape para elas, valorizando espontaneidade e individualidade; pressupostos psicológicos e a crença de que a arte é expressão de seu tempo, que leva o e a artista a renunciar o autodomínio; o artista e a artista precisa do intermediário, do *marchand*; ensino da arte, principalmente para crianças, que mudou o interesse pela arte, mas ainda diferencia o profissional do amador; a difusão da fotografia; a proibição de explorar alternativas pelos e pelas artistas em alguns lugares do mundo; e a ambição dos e das artistas para superar outros.

A arte contemporânea, com sua nova dinâmica, redefine os mecanismos de funcionamento da arte, desde a produção, circulação, consumo, instituições até a crítica da arte, como aponta Luiz Sérgio Oliveira (2012). A vida cotidiana ganha características da arte quando a arte contemporânea redefine o que é arte, conforme Lipovetsky e Seroy (2015).

Revelando o que é artificação

O conceito de artificação pode assumir três ênfases, como aponta Shiner (2012), conforme sua vertente teórica: decoração, modificação e transformação. A divisão histórica entre artes finas e ordinárias tem implicações nas diferentes versões do conceito de artificação. A noção de decoração traz em si o processo de ornamentação e adorno de objetos. O conceito de modificação da

artificação é de Naukkarinen (2012) e envolve o movimento da arte no sentido do campo da não arte, com a inserção de formas artísticas de pensamento e atividade em instituições não artísticas. Quando é encarada como transformação, ele envolve um processo em que algo que inicialmente não era entendido como arte é ressignificado como tal, vertente de Heinich e Shapiro (2012a). É uma situação em que algum objeto, atividade ou organização, que não era normalmente classificado como arte, é contagiado por ela ou começa a ter características artísticas ou ainda usa o modo de pensar e agir da arte, além de propriedades artísticas.

Para Andrzejewski (2013), a artificação combina arte com não arte. Para ser artificado, o objeto criado não pode ser considerado uma obra de arte previamente e deve combinar os elementos da arte e da não arte. As condições para o conceito de artificação, atenta Andrzejewski (2013), fazem referência aos conceitos de arte e de definição de arte. A relação entre arte institucionalmente reconhecida e não arte é uma questão crucial quando a estrutura dos objetos artificados é comparada com obras de arte.

O contexto no qual um objeto potencialmente artificado é apresentado ou recebido deve referenciar o campo da arte. Graças à divisão entre arte e não arte, os objetos artificados se encontram na fronteira e não se qualificam como obras de arte ou objetos de uso diário. A artificação assume conceitualmente a existência de um conceito de arte, mas não tem influência sobre como devemos definir a própria arte.

A artificação, conforme Andrzejewski (2013), revela a complexidade de processos, como a estética ou a dimensão comercial e pública de obras de arte, considerando uma ampla gama de campos teóricos em que as obras de arte funcionam. Levando em conta a ontologia da arte, os processos de artificação mostram que a determinação da obra de arte passa por processos sociais.

A artificação não resulta na criação de uma obra de arte nova e independente. Ao contrário, os objetos artificados ganham seu status de arte ao se remeter a obras de arte originais. Ademais, aponta Andrzejewski (2013), os objetos artificados não podem ser obras de arte por definição, sofrendo limitações conceituais. A artificação emana de obras de arte tradicionalmente entendidas, mas não formadas tradicionalmente. A obtenção do status ontológico de uma obra de arte depende de fatores como o ato de criação e recepção social, os quais envolvem relações de poder.

O processo de artificação é possível porque há uma divisão entre arte e não arte. Na fronteira de definição da arte, encontram-se os objetos artificados, além de haver uma qualificação de objetos como obras de arte ou de uso diário.

Artificação significa adotar práticas que são típicas de produzir objetos de arte que nem sempre têm um caráter estético. A conexão pode ocorrer no nível físico ou puramente conceitual. A artificação ocorre quando inserida em quadros institucionais.

Para Naukkarinen (2012), o processo de artificação como modificação se refere a situações e processos nos quais algo que não é considerado arte no sentido tradicional da palavra é transformado em algo semelhante à arte ou em algo que sofre influências de modos artísticos de pensar e agir. A não arte seria afetada pela arte, mas não se transformaria em arte no sentido tradicional.

A arte da artificação se torna algum tipo de adjetivo, não um substantivo. Assim, pode-se pensar que algumas pessoas são mais ou menos artistas, objetos podem ter mais ou menos arte neles, receptores podem se concentrar em aspectos mais ou menos artísticos das coisas que encontram e instituições podem ser mais ou menos centradas na arte. Em geral, provavelmente não se deve perguntar se isso ou aquilo é arte aqui e agora, mas se algo tem mais ou menos arte, em uma dada situação (Naukkarinen, 2012: 18).³

Quando se fala sobre artificação, conforme Naukkarinen (2012), deve-se necessariamente ter alguma concepção de arte, já que ela não pode existir sem propriedades artísticas como ponto de referência. É um exercício conceitual e também um fenômeno institucional e prático que estuda as relações entre arte e não arte. Haveria perspectivas diferentes: produtor, trabalho, receptor e instituição. Naukkarinen (2012) estuda a artificação nas práticas de negócios.

Seguindo a vertente de Shapiro e Heinich (2013: 15):

A arte surge no decorrer do tempo como a soma total de atividades institucionais, interações cotidianas, implementações técnicas e atribuições de significado. A artificação é um processo dinâmico de mudança social, por meio do qual surgem novos objetos e novas práticas e por meio do qual relações e instituições são transformadas.

Shapiro (2012) afirma que a artificação é o processo em que um objeto ou uma atividade passa a ser considerado arte, mas anteriormente não era considerado como tal. A atribuição da categoria arte é cercada pelas transformações

3 The art of artification becomes some kind of adjective, not a noun. Thus, it could be thought that some people are more or less artists, objects can have more or less art within them, receivers can concentrate on more or less artistic aspects of things they encounter, and institutions can be more or less art-centered. In general, one should probably not ask whether this or that *is* art here and now but whether something *has* more or less art, in a given situation.

dos sujeitos, dos objetos e das representações. O processo é discursivo e concreto e requalifica as coisas: o objeto se transforma em arte; o produtor, em artista; a fabricação, em criação; e os observadores, em público. Isso resulta em mudanças concretas, como a mudança do conteúdo e da forma de uma atividade, a transformação das qualidades físicas das pessoas, a reconstrução das coisas, a importação de novos objetos e a reestruturação dos dispositivos organizacionais. Há uma multiplicidade de instâncias de reconhecimento e de regulação da arte envolvidas. A arte passa a ser vista mais como atividade do que como objeto.

A artificação abrange uma apropriação sociológica que descreve os modos em que a sociedade contemporânea concede o status de arte a coisas como grafite, hip-hop e arquitetura. Heinich e Shapiro (2012b: 267) propõem traçar o processo pelo qual algo se move diretamente da categoria de não arte para a categoria de arte.

Designamos de artificação um processo de transformação da não-arte para a arte. Nossas investigações descreveram a multiplicidade de dinâmicas que contribuem para essa transfiguração: uma combinação de operações técnicas, semânticas, jurídicas, temporais, espaciais, organizacionais, etc. que tornam a transição para a arte sustentada e coletivamente assumida; ele se institucionaliza.⁴

Heinich e Shapiro (2012a) definem o arcabouço teórico da artificação como uma reflexão sobre a construção social da arte. A artificação envolveria a transformação de uma prática em uma atividade instituída como arte por meio de mudanças organizacionais, sociais, demográficas, estéticas, institucionais e discursivas.

A artificação como transformação

O termo artificação permite pensar nos aspectos dinâmicos da transição para a arte, de sua construção progressiva e contraditória: “Como a arte chega às pessoas, objetos, maneiras de fazer e pensar? E como, por sua vez, funciona?” (Heinich; Shapiro, 2012a: 19)⁵. A artificação se refere a objetos e atividades, componentes de mudança social e cultural, em todas as sociedades no mundo globalizado.

4 Nous désignons par artification un processus de transformation du non-art en art. Nos enquêtes ont décrit la multiplicité des dynamiques qui contribuent à cette transfiguration: une combinaison d'opérations techniques, sémantiques, juridiques, temporelles, spatiales, organisationnelles, etc. qui font que le passage à l'art est durable et collectivement assumé; il s'institutionnalise.

5 Comment l'art vient-il aux personnes, aux objets, aux façons de faire et de penser? Et comment celui-ci, en retour, agit-il?

De que se trata? Artificação refere-se ao processo de transformar a não arte em arte, resultado de um trabalho complexo que gera uma mudança na definição e status de pessoas, objetos e atividades. Longe de recorrer apenas a mudanças simbólicas (requalificação de ações, refinamento de atividades, crescimento de pessoas, deslocamento de fronteiras), a artificação repousa acima de tudo em fundamentos concretos: modificação do conteúdo e da forma de atividade, transformação de qualidades físicas das pessoas, rearranjo de dispositivos organizacionais, criação de instituições. Todos esses processos levam a uma mudança duradoura na fronteira entre arte e não arte, e não primariamente um aumento da hierarquia interna aos diferentes campos artísticos. Esse último fenômeno é um problema de classificação e legitimação, que continua sendo favorecido pela sociologia da arte. Mas optamos imediatamente por nos afastar dele em favor de um problema mais dinâmico: a mudança de fronteiras entre categorias e, conseqüentemente, o surgimento de novas formas de arte (Heinich e Shapiro, 2012a: 20).⁶

O aumento da atividade artística na sociedade se deve parcialmente à extensão das artes estabelecidas. A noção de artificação se aproxima do problema de qualificação de um objeto como arte e das modalidades efetivas da construção do que é artístico, apontam Heinich e Shapiro (2012b). Uma artificação envolve o surgimento de uma nova arte.

A artificação é o resultado de todas as operações, práticas e simbólicas, organizacionais e discursivas, pelas quais os atores concordam em considerar um objeto ou uma atividade como arte. É um processo que institucionaliza o objeto como obra, prática como arte, praticantes como artistas,

6 De quoi s'agit-il? L'artification désigne le processus de transformation du non-art en art, résultat d'un travail complexe qui engendre un changement de définition et de statut des personnes, des objets, et des activités. Loin de recourir seulement des changements symboliques (requalification des action, ennoblement des activités, grandissement des personnes, déplacements de frontières), l'artification repose avant tout sur des fondements concrets: modification du contenu et de la forme de l'activité, transformation des qualités physiques des personnes, réagencement de dispositifs organisationnels, création d'institutions. L'ensemble de ces processus entraîne un déplacement durable de la frontière entre art et non-art, et non pas d'abord une élévation sur l'échelle hiérarchique interne aux différents domaines artistiques. Ce dernier phénomène relève d'une problématique du classement et de la légitimation, qui continue d'être privilégiée par la sociologia de l'art. Mais nous avons d'emblée choisi de nous en écarter au profit d'une problématique plus dynamique: le déplacement de frontières entre catégories et, partant, l'émergence de nouvelles formes d'art.

observadores como audiências, enfim, que tende a criar um mundo artístico (Heinich e Shapiro, 2012a: 21).⁷

No entanto, esse desenvolvimento não se faz sem obstáculos e resistência. A artificação, destarte, precisa ser compreendida como uma tendência. Por mais poder que envolva, sua realização plena está longe de ser sempre garantida.

A perspectiva teórica da artificação demanda métodos que descrevem com precisão as ações das pessoas, a forma e o arranjo dos objetos e os significados que lhes são dados, sem perder de vista a estrutura geral da sociedade. Para estabelecer seu método, baseia-se na Antropologia e na Sociologia da Arte. Da Antropologia, serve-se da descrição micro-sociológica, da atenção aos atributos formais e semânticos das coisas e da convicção de que a arte é resultado de um trabalho. A âncora sociológica ajuda a construir a artificação como a institucionalização da arte, no sentido que lhe é conferido pela História e Economia da arte. A produção de arte envolve instituições que criam hierarquias culturais. Interessa, para a artificação, a ação: as operações que realiza e as alterações materiais resultantes dela. Mas também o que é dito: como pessoas, objetos e atividades são definidos.

O problema da artificação deve ser diferenciado do problema da legitimação. A artificação de uma prática leva a sua legitimação em um mundo no qual a arte é valorizada. O paradigma de artificação enfatiza aspectos materiais e situações concretas de mudança, em uma orientação dinâmica e pragmática, baseada na observação de ações, relações, modificações materiais e organizacionais. Além disso, a avaliação da arte cria um processo de causação circular. O processo de artificação de um objeto resulta em sua legitimação. Por outro lado,

[...] o desejo de garantir a legitimidade para uma prática que alguém considera injustamente subvalorizada pode, por sua vez, impulsionar um processo de artificação. Não obstante, a artificação e a legitimação continuam sendo processos distintos; a primeira, enraizada na materialidade, engloba a segunda (Shapiro e Heinich, 2013: 18).

A artificação envolve mudanças práticas, semânticas, jurídicas e institucionais; é uma operação muito mais complexa do que um processo de legitimação. Já a legitimidade, discutida por Bourdieu (2007), envolve graduações de valores

7 L'artification, c'est la résultante de l'ensemble des opérations, pratiques et symboliques, organisationnelles et discursives, par lesquelles les acteurs s'accordent pour considérer un objet ou une activité comme de l'art. C'est un processus qui institutionnalise l'objet comme oeuvre, la pratique comme art, les pratiquants comme artistes, les observateurs comme public, bref, qui tend à faire advenir un monde de l'art.

que são indicadores da baixa cultura *versus* a alta cultura, sendo uma parte e uma consequência da artificação.

Diferente da qualificação e da legitimação, da identificação e da avaliação, na artificação, as coisas estão sujeitas a processos simultâneos de identificação. Primeiro, essas coisas serão avaliadas positivamente, depois legitimadas.

Essa perspectiva descreve as transformações concretas (físicas, materiais, formais) de coisas e ações, aquelas que os fazem nomear como arte e que levam à constituição de um novo mundo social. Ao contrário de um paradigma de avaliação, que ocorre em um campo da arte que já é dado, o da artificação quer entender o desenvolvimento e a construção deste mundo (Heinich e Shapiro, 2012a: 23).⁸

Não se trata de discutir a produção de arte ou a construção social da arte; a especificidade do problema não encontra uma base nas teorias atualmente disponíveis na Sociologia da Arte. A palavra artificação possibilita contornar dificuldades. Como um neologismo, significa a transição da não arte para a arte. O sufixo se refere a um processo, longe de essencializar.

Heinich e Shapiro (2012a: 26) reuniram uma coletânea de casos de transição para a arte no intuito de pensar seus sucessos e seus limites, os contextos de emergência e as condições de possibilidade: “A arte não é um conjunto de objetos definidos de uma vez por todas pelas instituições e disciplinas estabelecidas, mas o resultado de processos sociais, datados e localizados”⁹.

A artificação, como transformação da não arte em arte, “resulta em uma mudança duradoura da fronteira entre arte e não-arte” (Heinich e Shapiro, 2012a: 20)¹⁰. Como processo de transmutação, a artificação engloba o prático e o simbólico, em que a atribuição de significado, reconhecimento e legitimação é o resultado de transformações concretas. Ela abrange dez processos constituintes: deslocamento, renomeação, recategorização, mudança institucional e organizacional, patrocínio, consolidação jurídica, redefinição do tempo, individualização do trabalho, disseminação e intelectualização.

8 Cette perspective décrit les transformations concrètes (physiques, matérielles, formelles) des choses et des actions, celles qui les font nommer comme art et qui aboutissent à la constitution d'un nouveau monde social. Au contraire d'un paradigme de l'évaluation, qui se place dans un monde de l'art qui est déjà donné, celui de l'artification veut comprendre l'éclosion et la construction de ce monde.

9 L'art n'est pas un corpus d'objets définis une fois pour toutes par des institutions et des disciplines consacrées, mais le résultat de processus sociaux, datés et situés.

10 Entraîne un déplacement durable de la frontière entre art et non-art.

Heinich e Shapiro (2012a) acreditam que estão ocorrendo os processos de deslocamento e relativização das fronteiras entre categorias artísticas, que tornam visíveis novas formas de arte. Há o alargamento das chamadas artes estabelecidas e o consubstanciar de novas formas de arte, quer nos espaços convencionais de criação e recepção, quer no espaço público e na sobreposição entre diversos lugares de criação, mediação e recepção artísticas. Novos objetos artísticos podem ser qualificados pela identificação e legitimados pela avaliação.

O termo mediação se refere a tudo que intervém entre uma obra e sua recepção, como: pessoas, instituições, palavras e coisas. Com base na noção de mediação, as pessoas envolvidas ganham centralidade para pensar a arte, já que uma obra de arte se torna o que é ao entrar em uma rede complexa de atores. O estudo das mediações, para além da ação das pessoas e das instituições, aborda as palavras, as imagens e os objetos que se interpõem entre uma obra e os olhares postos nela. A mediação é entendida como tudo o que se interpõe entre a obra e seu espectador. Pela perspectiva de Heinich (2002), a arte se torna um jogo a três, entre produtores, mediadores e receptores.

Não existe arte “em si” cuja definição nos guie a descrever a maneira como é vivida “por si mesma” pelos atores: existem apenas concepções historicamente situadas, relativamente estabilizadas e coletivas sobre o que os atores entendem por “arte”. É o que podemos chamar de virada nominalista, que nos leva da questão de “o quê” para a questão de “para quem”, “sob quais condições”, “quando”. Sob essa perspectiva, a arte nada mais é do que o resultado de operações de artificação: ou seja, voltando a Nelson Goodman, há arte quando existe artificação (Heinich e Shapiro, 2012b: 299).¹¹

No salto entre “arte” e “não arte”, interessa estudar as mudanças materiais, relacionais e organizacionais. Para isso, Heinich e Shapiro (2012a) identificaram quatro tipos de artificação: durável, parcial, contínua e inalcançável.

O primeiro tipo é simplesmente o que definimos hoje como arte, pois é, de fato, o resultado de um processo de artificação que tem se comprovado abrangente e duradouro. A artificação pode ser inteira e duradoura, como o caso da

11 Il n'existe pas d'art "en soi" dont la définition nous guiderait pour décrire la façon dont il est vécu "pour soi" par les acteurs: il n'existe que des conceptions historiquement situées, relativement stabilisées et collectives, de ce que les acteurs entendent par "art". C'est ce qu'on peut appeler le tournant nominaliste, qui nous fait passer de la question du "quoi" à la question du "pour qui", "à quelles conditions", "quand". Dans cette perspective, l'art n'est rien d'autre que la résultante des opérations d'artification: c'est dire que - pour revenir à Nelson Goodman - il y a art quand il y a eu artification.

pintura durante o Renascimento, mas pode estar relacionada a uma posição específica dentro de uma disciplina.

O segundo tipo compreende casos estabilizados de artificação parcial. Em algumas situações, é um processo incompleto enquanto não encontrar condições favoráveis. São situações semiestabilizadas, nas quais o processo não é bem-sucedido devido à falta de características intrínsecas capazes de autorizar a artificação completa. É o caso de ofícios que se encontram na fronteira entre arte e artesanato, como a arquitetura, por sua dependência de restrições utilitárias e técnicas.

O terceiro tipo envolve casos de artificação recentes, quase concluídos ou que estão em andamento. Há casos de artificação parcial, em que parte de sua produção cruza os círculos de reconhecimento, como a fotografia e o cinema. E há casos de artificação em processo de realização, como a *outsider art*, a *art brut* e as *readymades*. O grafite também se enquadra nessa categoria.

Por último, o processo de artificação inalcançável encontra obstáculos que parecem ser insuperáveis e passa por movimentos esporádicos de artificação que não se concretizam devido a cenários socioeconômicos contrários às características que historicamente têm constituído a arte como uma instituição. Os obstáculos podem ser: o status inferior de quem está envolvido, a natureza utilitária, restrições técnicas, limitações de transportabilidade e a dependência de uma clientela. Eles estão em um estado de tensão perpétua entre a arte e a técnica e são reconhecidos como arte (e não como artes) apenas parcialmente.

As práticas são condenadas a movimentos artísticos esporádicos, mas incapazes de serem plenamente realizadas devido a características intrínsecas ou modelos econômicos afastados das propriedades historicamente constitutivas do conceito de arte, como a tipografia e a gastronomia, que podem ser consideradas artes no sentido metafórico do termo; porém, seus produtores não são vistos como artistas e suas produções como obras.

Não obstante, o status social inferior de quem a pratica, de seus espectadores ou de seu público é de fato um obstáculo para a artificação e parece frear seu progresso. Outros obstáculos podem ser: a natureza utilitária da atividade; o fato de ser um trabalho manual; a parcela de maquinaria; a serialidade da produção; a divisão do trabalho, quando a distribuição das operações não permite isolar um momento artístico; restrições e dificuldades técnicas, que minimizam a participação da estética em favor da destreza; o peso da tradição e a relação com os mestres; a inferioridade social dos produtores e/ou amadores; a dependência do cliente; o amorismo; a segurança da posse ou a restrição no espaço; e, por fim, a natureza efêmera ou a restrição do tempo.

Inversamente, a artificação é favorecida quando se trata de uma atividade de luxo, pouco manual, pouco equipada tecnicamente, permitindo a individualidade, nome sujeito a proezas técnicas, suscetível de inovação, praticado por ou destinado a sujeitos de origens sociais bastante privilegiadas, permitindo certa autonomia sobre a clientela, relativamente profissionalizada, transportável no espaço e no tempo. A visibilidade, uma certa marginalidade, alguma postura de vanguardista e a possibilidade de uma economia administrada também são favorecimentos ao processo de artificação. A artificação seria um indicador da tendência geral de valorizar a arte.

Os indicadores do processo de artificação podem ser: a) terminologia, como o uso do termo Belas Artes para as artes do desenho ou sétima arte para o cinema, em que a estabilização de um léxico revela a generalização e a formalização de uma prática; b) operadores legais, como o reconhecimento da pintura como arte liberal e não mecânica, designada não mais como um objeto, mas como um trabalho; c) operadores cognitivos, que se relacionam com os métodos de classificação e de categorização, ou o aparecimento de biografias, que contribui para a individualização da prática; d) operadores de tempo, como no caso do grafite, de atividade noturna e ilegal para diurna ou etiquetada e exposta em museus; e) operadores espaciais, como o hip-hop, de dança social para dança nos palcos, “se quadrinhos, arte brut, arte singular ou grafite são encontrados em galerias ou museus de arte é um indicador óbvio: o trilho de imagem é um operador espacial privilegiado” (Heinich e Shapiro, 2012b: 283)¹².

Também são: f) operadores institucionais, em que administrações, museus, academias, escolas, prêmios e festivais ajudam e sinalizam a artificação; g) operadores comerciais ou *marchands*, com canais de vendas da transição para a arte; h) operador semiótico, que permite a individualização do produto e sua circulação no mercado, destacada da presença física de seu produtor; i) operadores na mídia, iconográficos, permitem o transporte de imagens, facilitando a venda, comentários e admiração, como as reproduções em papel de grafite que sinalizam a entrada no processo de artificação; j) operadores corporais, em que técnicas corporais, posturas e aparência mudam à medida que a prática é desenvolvida; k) operadores organizacionais, resultado de uma reorganização da divisão do trabalho e de hierarquia; l) e, por fim, a dimensão estética, que vai além da própria prática, apoiada por operadores discursivos, que despertam uma produção artística qualificada. Contudo, os operadores de artificação não

12 Que la bande dessinée, l'art brut, l'art singulier ou le graffiti se retrouvent dans les galeries ou les musées d'art constitue un indicateur évident: la cimaise est un opérateur spatial de première importance.

podem existir sem os atores que os implementam. Os responsáveis pela artificação podem ser os próprios produtores.

Os efeitos da artificação podem ser, primeiramente, a legitimação da prática, sua consagração, seu enobrecimento ou sua elevação na hierarquia das atividades. O deslocamento de uma atividade em um eixo contínuo entre posições mais ou menos legítimas dentro de um campo é uma consequência da artificação.

Os ganhos de visibilidade, credibilidade, distinção, prestígio e até mesmo valor financeiro revelam os efeitos regularmente observados da artificação, do fato de que a arte como tal experimentou uma melhoria geral de seu status em sociedades modernas (Heinich e Shapiro, 2012b: 294).¹³

Em segundo lugar, a artificação tende a produzir um certo poder de atividade. Depois do movimento de legitimação, busca-se afirmar uma especificidade com qualidades propriamente plásticas, reivindicar independência com relação às expectativas externas por meio da autoridade sobre o cliente e da submissão ao julgamento dos pares, assim como se orientar de acordo com questões específicas da prática em questão.

Como terceiro efeito, ocorre o alargamento dos limites da arte. A arte contemporânea opera no mundo comum, movendo as fronteiras de arte geralmente aceitas. O aprimoramento da arte pode ser considerado como uma consequência dos efeitos da artificação.

Em um quarto momento, aparece a estética. Nem toda beleza é artística e nem toda arte é necessariamente bela, apesar da forte relação entre arte e beleza. Entretanto, uma atividade artificada é investida em uma busca pela beleza.

O quinto efeito é a individualização resultante, na qual a produção é assinada, reportada nominalmente a um autor, que deve ser dotado de uma intencionalidade estética, originalidade e inovação. Um sexto efeito é o requisito de autenticidade da produção, da prática e das intenções de seu produtor. Finalmente, um último efeito é a rarefação, já que individualidade e autenticidade implicam certa limitação de produção, quantitativa e qualitativa. O regime de singularidade forma a estrutura axiológica da artificação.

Heinich e Shapiro (2012b) propõem, assim, uma sociologia da categorização e do reconhecimento. Entendem que a questão da artificação envolve um problema de identidade:

13 Gains en visibilité, en crédibilité, en distinction, en prestige, voire en valeur financière, font part des effets régulièrement constatés de l'artification, du fait que l'art en tant que tel a connu une valorisation globale de son statut dans les sociétés modernes.

[...] sob quais condições um atributo - como o de um artista - está ligado a um sujeito tabelada e compartilhada? Quais são as modalidades de sua “auto-percepção” pelo próprio sujeito, de sua “representação” para os outros e de sua ‘designação’ pelos outros? (Heinich e Shapiro, 2012b: 297).¹⁴

A artificação faz parte da sociologia da mudança social e cultural por se tratar de transformações demográficas, inovações técnicas e institucionais, mudanças no estilo de vida, mobilidade de todos os tipos e lutas por status.

Heinich (2002) enfatiza a questão de quais são os valores subjetivos dos atores em jogo na arte contemporânea e de que forma esses valores orientam suas ações e representações, conferindo valor artístico. Isso inclui o regime de singularidade e a legitimação da avaliação artística.

Enfim, pensar o processo de artificação não se trata de perguntar “o que é arte”, mas de aceitar que algo pode funcionar como obra de arte em determinados momentos e não em outros, “de reconhecer a dimensão profundamente contextual da categorização artística, em vez de vê-la como o efeito de uma ‘essência’ inscrita no próprio objeto” (Heinich e Shapiro, 2012b: 267)¹⁵.

Heinich e Shapiro (2012b) descartam a postura ontológica em favor da corrente pragmática, da reflexão sobre os processos pelos quais coisas e seres alcançam o nível de arte ou artista. Para isso, baseiam-se em um princípio fundamental do método: “de focar em ações (e não apenas em discursos) observadas (e não apenas relatadas ou reconstruídas) em situações reais (e não no laboratório)” (Heinich e Shapiro, 2012b: 270)¹⁶. Os discursos dos atores interessam como discurso reflexivo, pelo qual o próprio ator descreve o que ele faz ou fez, ou como discurso performativo, pelo qual algo é feito.

Para Heinich (2014), o paradigma artístico da Sociologia da Arte, que se baseia em uma abordagem pragmática, não pode fornecer nenhum juízo de valor nem uma interpretação. A teoria descreve com precisão as ações, os objetos e os contextos, fundamentando-se na reconstrução histórica e levando em consideração os atores envolvidos. Também supõe a existência de algum tipo de regras do jogo ou *frames*. Assim, a abordagem pragmática permitiria explicar essas regras ou *frames*. Um sociólogo ou uma socióloga pragmático não avalia nem

14 À quelles conditions un attribut - tel que celui d'artiste - est-il accolé à un sujet, de façon à la fois table et partagée? Quelles sont les modalités de son “auto-perception” par le sujet lui-même, de sa “représentation” à autrui, et de sa “désignation” par autrui?

15 De reconnaître la dimension profondément contextuelle de la catégorisation artistique, au lieu d'y voir l'effet d'une “essence” inscrite dans l'objet lui-même.

16 De se concentrer sur des actions (et non pas seulement sur des discours), observés (et non pas seulement rapportés ou reconstitués), en situation réelle (et non pas en laboratoire).

interpreta: ele ou ela descreve, analisa e esclarece relações, estruturas ou *frames*. Eco (2016) vai no mesmo sentido: o método sociológico deve ser aceito como método descritivo e não como tabela de avaliação. Como “o valor artístico não tem nenhum equivalente sociológico, [...] a Sociologia não explica a qualidade da obra” (Eco, 2016: 41).

Conforme Heinich (2002), na perspectiva pragmática, a pesquisa analisa não o que funciona, vale ou significam as obras de arte, mas o que os sujeitos envolvidos fazem, observando-os na pesquisa empírica. A Sociologia da Arte deve estudar os modos de recepção, as formas de reconhecimento e a condição dos produtores; as formas de dominação na arte. O pesquisador ou a pesquisadora não precisa decidir se o sujeito está certo, mas mostrar seus motivos, descrever suas ações e representação com o intuito de entendê-los.

Artificalização e estetização

Nesse processo, a artificalização coincide com a apreciação estética. Isso pressupõe que a transformação de não arte em arte acrescenta propriedades estéticas ao objeto, como destaca Andrzejewski (2013), que defende que o conceito de artificalização se distingue de estetização, apesar da importância da beleza em contextos do cotidiano.

A artificalização se relaciona com a estetização. A estetização, para Andrzejewski (2013), é entendida como um processo que adiciona propriedades estéticas positivas a um objeto que não as possuía anteriormente. Para Naukkarinen (2012: 04), “a artificalização pode ser um caso especial de estetização”, considerando que a maioria das instâncias de artificalização também são instâncias de estetização, e que a definição de obras de arte como artefatos exemplifica um conjunto de propriedades estéticas. Andrzejewski (2013) discorda: a transformação de não arte em arte não adiciona propriedades estéticas automaticamente. Do ponto de vista da estética, os objetos artificiais são os mesmos de antes de serem transformados em arte.

Mas a artificalização revelaria a complexidade dos processos de estetização e das dimensões comerciais das obras de arte. A ontologia deve levar em consideração a ampla gama de campos nos quais obras de arte funcionam. Estetização significa enriquecer algum objeto com propriedades estéticas, enquanto a artificalização pode estar associada à estetização, mas também pode ir além.

O processo de artificalização adota práticas típicas da produção de objetos de arte que nem sempre têm caráter estético. A estetização é um mecanismo cultural enquanto a artificalização é um processo cultural e institucional. Heinich e

Shapiro (2012a: 21) apontam que “[...] as obras são avaliadas em termos de critérios objetivos de ‘beleza’ e não somente em termos do prazer subjetivo que proporcionam, e isso forma a base para uma nova experiência nessas esferas: a apreciação estética”.

Segundo Gombrich (2013), gostos e parâmetros que definem o belo são variáveis, e esse é o problema da estética. Quando as obras de arte são criadas, não há preocupação com beleza e expressão por parte dos e das artistas. Concomitante, há a visão de que “a obra de arte não vale apenas como objeto, mas como objeto performativo de uma experiência estética, de valores, sensibilidades e disposições igualmente estéticas – e de imagens e conceitos” (Aguiar e Bastos, 2013: 197).

A ideia de beleza é relativa segundo as distintas épocas históricas, mas podem existir diversos ideais estéticos em um mesmo tempo e espaço, conforme Eco (2017). A beleza não é um dado absoluto, mas antes é um juízo inconstante, variável geográfica, histórica e culturalmente. Uma experiência estética é justificada pelo prazer que proporciona e não desqualifica ou exclui outras experiências estéticas. Os juízos de beleza são infinitos e válidos, mas em cada experiência pessoal há elementos que atuam como pontos de referência. A oposição entre perspectiva pessoal e realidade da obra é o problema da estética e da possibilidade de juízo. A estética define as condições formais do juízo estético.

Na sociedade burguesa, o deleite estético do objeto belo se transforma na exibição de seu valor comercial, como aponta Eco (2017). A beleza coincide com o valor. Lipovetsky e Seroy (2015) destacam um processo de estetização modelado pelas lógicas de mercantilização e de individualização, no qual a arte se infiltra em todas as áreas da sociedade e se consolida como uma arte para o mercado. O processo de estetização “extrapola em muito as esferas da produção, tendo alcançado o consumo, as aspirações, os modos de vida, a relação com o corpo, o olhar para o mundo” (Lipovetsky; Seroy, 2015: 30). A mercantilização operária, segundo Shapiro (2012a), de forma que objetos e classes de objetos, em outro tempo invisíveis, tornam-se objetos que circulam, a saber, mercadorias.

Uma experiência estética “é justificada pelo prazer que a acompanha e não pode desqualificar ou excluir as outras experiências estéticas” (Eco, 2016: 57). Há uma infinidade de juízos de beleza e todos válidos. Contudo, em cada experiência pessoal, além da sensibilidade, existem elementos intelectuais que servem como pontos de referência. As normas que regem um juízo estético são múltiplas.

O problema da estética é a oposição entre perspectiva pessoal e a realidade da obra, da possibilidade de juízo: “Diante de uma obra de arte, o mais

importante é o processo de interpretação” (Eco, 2016: 60). A estética define as condições formais de um juízo estético.

A máxima cientificidade da estética não é alcançada quando se estabelece cientificamente (segundo leis psicológicas ou estatísticas) as regras do gosto, mas quando se define a cientificidade da experiência de gosto e a margem que, em seu interesse, é deixada ao fator pessoal e prospectivo (Eco, 2016: 62).

Heinich (2002) aborda a arte como um fenômeno construído por meio da história e das práticas. A estetização da vida cotidiana envolveria a destruição das barreiras entre a arte, a sensibilidade estética e a vida cotidiana, de modo que o artifício se torna a única realidade possível.

Featherstone (1995) define a estetização como o apagamento das fronteiras entre arte e vida cotidiana, resultado do colapso das distinções entre alta-cultura e cultura de massa/popular e da intensificação da produção de imagens na mídia e na cultura do consumo. É um fenômeno urbano, que iniciou nas grandes cidades, como uma experimentação, um jogo com a moda e estilização da vida.

Três elementos permitiram a estetização da vida cotidiana: 1) estratégias e técnicas artísticas tomadas pela publicidade e pela mídia popular na cultura do consumo, reflexo dos movimentos dadaísta, surrealista e de vanguarda histórica e da arte pós-moderna da década de 1960; 2) projeto de transformar a vida numa obra de arte, com base nas contraculturas artísticas e culturais, enfatizando o consumo estético e a necessidade de fornecer à vida uma forma que proporcionasse prazer estético por meio do consumo de massa e da busca de novos gostos e sensações; 3) aspectos manipulativos da cultura do consumo, ocasionados pelo fluxo veloz de signos e imagens que atuaram na trama da vida cotidiana, na sociedade contemporânea, incluindo a manipulação comercial de imagens, o desejo e a abolição da distinção entre realidade e imagem, o que caracterizaria o fetichismo da mercadoria.

A expansão da cultura de consumo, para Featherstone (1995), ampliou o papel do uso das imagens pela mídia como/na produção de mercadorias. Essa predominância das imagens e sua intensidade acabou gerando uma destruição de barreiras entre a arte, a sensibilidade estética e a vida cotidiana. Na cultura de consumo, o campo das mercadorias e seus princípios de estruturação são centrais para a compreensão da sociedade contemporânea. A cultura do consumo estimula a diferença.

Nessa cultura, o estilo de vida se torna o estilo de vida distintivo de grupos de status específicos e conota individualidade e autoexpressão.

[...] O corpo, as roupas, o discurso, os entretenimentos de lazer, as preferências de comida e bebida, a casa, o carro, a opção de férias, etc. de uma pessoa são vistos como indicadores da individualidade do gosto e o senso de estilo do proprietário/consumidor (Featherstone, 1995: 119).

A preocupação com o estilo de vida sugere que as práticas de consumo devem ser compreendidas por uma economia das emoções e numa estetização da dimensão racional instrumental ou funcional.

A estetização da vida cotidiana é evidente na proliferação das tecnologias do eu. De acordo com Foucault (1990), essas tecnologias são práticas refletidas e voluntárias por meio das quais os sujeitos buscam se transformar e fazer da sua vida uma obra que integra valores estéticos e responde a critérios de estilos. As preocupações estéticas e criativas se estenderam a diversas dimensões da vida cotidiana, expandindo o campo artístico com base na porosidade artística, como aponta Ferreira (2008: 97).

O sistema das artes, enquanto sistema segmentado e hierarquizado de acção colectiva que integra vários agentes e instituições com papéis diferenciados desempenhados em esferas elas próprias diferenciadas começa, subtil e lentamente, a partir de alguns segmentos mais iconoclastas e menos comprometidos institucionalmente, a reconhecer a legitimidade de algumas artes de fronteira, nomeadamente de procedimentos expressivos que jogam com as fachadas corporais.

O corpo surge como lugar privilegiado de estilização permanente da vida. Como sinal distintivo e de distinção, as diferenças são intensificadas no processo de estilização da vida, aponta Ferreira (2006). Segundo Foucault (2002), essa possibilidade se dá pelo que denominou Estética da Existência, ou seja, a capacidade do indivíduo constituir a si mesmo como uma obra de arte.

Considerações finais

Quando se pensa em artificação, o foco das diferentes perspectivas teóricas está em compreender como algo que não era visto como arte passa a ser visto, concebido e reconhecido como um objeto ou uma ação artísticos, ganhando o estatuto de obra de arte. Isso envolve a diferença na forma como a arte é entendida e consumida, seja temporalmente ou espacialmente. Entende-se assim que não existe uma arte absoluta, mas que ela resulta de processos socialmente construídos.

Heinich e Shapiro (2012b) se atentam ao processo de transformação da não arte em arte, sejam pessoas, práticas ou objetos. A transformação envolveria mudanças simbólicas, como hierarquia e legitimidade, e modificações concretas, como nas formas de organização. Mas também envolve a crença no valor da arte, de que é algo importante e valioso, e a própria complexificação de seu significado, do que pode ser definido ou reconhecido como arte.

A arte passa a ser vista cada vez mais como um processo do que um produto, mais como atividade do que objeto. A arte também se associa ao processo de estetização da vida cotidiana, da valorização da beleza e do belo, principalmente quando se trata das novas formas, objetos e processos artísticos.

O conceito de artificação ultrapassa as fronteiras da Sociologia da Arte. Ele envolve diferentes conceitos sociológicos e contribui para a ampliação da discussão das diferentes esferas que dialogam com a arte em si. A artificação é uma transformação abrangente, que discute mudanças para além da arte, como a profissionalização dos sujeitos envolvidos naquilo que está sendo artificado, a forma como o trabalho artístico é realizado e até os modos de viver e ser visto. No processo de artificação, modificam-se as classificações, as categorizações e as hierarquizações da atividade artificada.

Referências

- AGUIAR, João Valente; BASTOS, Nádia. Arte como conceito e como imagem: a redefinição da “arte pela arte”. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 25, n. 2 pp. 181-203, 2013.
- ANDRZEJEWSKI, Adam. Artification and the Ontology of Art. In: *Proceedings of the European Society for Aesthetics*, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção*. São Paulo, Edusp, Porto Alegre, Zouk, 2007.
- CRANE, Diane. Reflections on the global art market: implications for the sociology of the culture. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 42, n. 2, pp. 331-362, maio/ago., 2009.
- ECO, Umberto. *A definição da arte*. Rio de Janeiro, Record, 2016.
- ECO, Umberto. *História da beleza*. Rio de Janeiro, Record, 2017
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- FERREIRA, Vitor Sérgio. *Marcas que demarcam: corpo, tatuagem e body modification em contextos juvenis*. Tese de doutorado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2006.
- FERREIRA, Vitor Sergio. Os ofícios de marcar o corpo: a realização profissional de um projeto identitário. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 58, pp. 71-108, 2008.

- FOUCAULT, Michel. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, ICE de la Universidad Autónoma de Barcelona, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Em especial as aulas de 4 e 14 de janeiro e 17 de março e o resumo do curso.
- GOMBRICH, Ernst Hans. *A história da arte*. Rio de Janeiro, LTC, 2013.
- GREFFE, Xavier. *Arte e Mercado*. Brasil, Itaú Cultural, 2014. Kindle
- HEINICH, Nathalie. *Sociología del Arte*. Buenos Aires, Nueva Visión, 2002.
- HEINICH, Nathalie. As reconfigurações do estatuto de artista na época moderna e contemporânea. *Revista Porto Alegre*, Porto Alegre, v. 13, n. 22, maio 2005.
- HEINICH, Nathalie. Práticas da arte contemporânea: uma abordagem pragmática a um novo paradigma artístico. *Sociologia&antropologia*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, pp. 373-390, out. 2014.
- HEINICH, Nathalie. *A arte em regime da singularidade: algumas características sociológicas da arte contemporânea*. OpenEdition Press, 2016.
- HEINICH, Nathalie. *Le triple jeu de l'art contemporain*. Paris, Les Éditions Minuit, 1998.
- HEINICH, Nathalie; SHAPIRO, Roberta. *De l'artification*. Enquêtes sur le passage à l'art. Paris, EHESS, 2012a.
- HEINICH, Nathalie. L'inventaire: un patrimoine en voie de désartification. In: HEINICH, Nathalie; SHAPIRO, Roberta. *De l'artification*. Enquêtes sur le passage à l'art. Paris, EHESS, 2012c.
- HEINICH, Nathalie; SHAPIRO, Roberta. Quand y a-t-il artification? In: HEINICH, Nathalie; SHAPIRO, Roberta. *De l'artification*. Enquêtes sur le passage à l'art. Paris, EHESS, 2012b.
- HEINICH, Nathalie; SHAPIRO, Roberta. *Que é artificação?* *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 1, 2007.
- LIPOVETSKY, Gilles; SEROY, Jean. *A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- NAUKKARINEN, Ossi. Variation in artification. In: NAUKKARINEN, Ossi; SAITO, Yuriko. *Contemporary aesthetics: artification*. Special Volume 4. 2012.
- OLIVEIRA, Luiz Sérgio. A mundanidade da arte. *ARS*, São Paulo, v. 10, n. 20, pp. 136-147, 2012.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Artificação: problemas e soluções*. São Paulo, Editora Unesp, 2017.
- SHAPIRO, Roberta; HEINICH, Nathalie. Quando há artificação? *Revista Sociedade e Estado*, v. 28, n. 1, jan./abr. 2013.

SHAPIRO, Roberta. Du smurf au ballet: l'invention de la danse hip-hop. In: HEINICH, Nathalie; SHAPIRO, Roberta. *De l'artification*. Enquêtes sur le passage à l'art. Paris, EHESS, 2012.

SHINER, Larry. *Artification, Fine Art, and the Myth of "the Artist"*. 2011. Disponível em: <<http://www.contempaesthetics.org/newvolume/pages/article.php?articleID=642>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

Recebido em: 22/01/2021

Aprovado em: 19/07/2021

Como citar este artigo:

PEREIRA, Beatriz Patriota. O conceito de artificação como transformação. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 2, maio - agosto. 2022, pp. 505-528.



“A PERNA ESQUERDA ERA UMA MASSA DE CARNE E OSSOS ESMAGADOS, PRESA POR MILAGRE AO RESTO DO CORPO”: OS EXCLUÍDOS COMO MONSTROS NO NEORREALISMO PORTUGUÊS

Daniel Marinho Laks¹

Resumo: O presente artigo parte da correlação entre os conceitos de comunidade e imunidade, com base em seu radical comum *munus*, proposta por Roberto Esposito, no livro *Bios – Biopolítica e Filosofia*, para pensar como toda a ideia de comunidade se faz não apenas por uma noção de pertença mútua, mas também de exclusão do diferente. Ao longo da história, tanto das representações políticas quanto das representações literárias, essa figura do excluído apareceu de diversas formas, muito comumente caracterizada em diferentes tipos de monstruosidades. Meu objetivo no presente trabalho é explorar os sentidos biológicos e as implicações jurídico-políticas da representação do Lobisomem como monstruosidade na literatura, discutindo como os seres representados em forma de aberrações, em especial a figura do homem-lobo, não apenas colocam em tensão o que se concebe como ser humano, mas permitem dar conta do próprio funcionamento da política das sociedades, enfoque esse de interesse do neorealismo português. Assim, pretendo aqui discutir, em primeiro lugar, a relação entre representação de monstruosidades biológicas e possibilidade de

¹ Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos (PPGLit / UFSCar) – daniellaks@ufscar.br – <https://orcid.org/0000-0002-3206-4178>

degeneração do corpo social, conforme proposta na base das teorias racistas que embasaram regimes autoritários durante o Século XX. Depois, discutir especificamente a figura do lobisomem e suas implicações na teoria política, para, assim, poder retomar a polivalência do signo do homem-lobo no romance *Casa na Duna*, de Carlos de Oliveira.

Palavras-chave: Excluídos. Lobisomem. Casa na Duna. Neorrealismo.

“THE LEFT LEG WASTE A MASS OF FLESH AND CRUSHED BONES, LINKED BY MIRACLE TO THE REST OF THE BODY”: THE EXCLUDED AS MONSTERS IN PORTUGUESE NEORREALISM

Abstract: *This article starts from the correlation between the concepts of community and immunity, from its common radical munus, proposed by Roberto Esposito, in the book Bios – Biopolítica e Filosofia, to think how the whole idea of community is made not only from of a notion of mutual belonging, but also of exclusion from the different. Throughout the history of both political and literary representations, this figure of the excluded appeared in different ways, very commonly characterized in different types of monstrosities. My objective in the present work is to explore the biological senses and the legal-political implications of the representation of the Werewolf as monstrosity in the literature, discussing how the beings represented as aberrations, especially the figure of the werewolf, not only put in tension what is conceives as a human being, but allows to account for the proper functioning of the politics of societies, a focus that is of interest to Portuguese neorealism. Thus, I intend here to discuss, in the first place, the relationship between the representation of biological monstrosities and the possibility of degeneration of the social body, as proposed on the basis of racist theories that underpin authoritarian regimes during the 20th century. Then, specifically discuss the figure of the werewolf and its implications in political theory so that, in order to be able to resume the polyvalence of the sign of the werewolf in the novel Casa na Duna, by Carlos de Oliveira.*

Keywords: *Excluded. Werewolf. House on the Dune. Neorealism.*

“LA PIERNA IZQUIERDA DESPERDIÓ UNA MASA DE CARNE Y HUESOS TRITURADOS, PREMIADOS DE MILAGRO AL RESTO DEL CUERPO”: LOS EXCLUIDOS COMO MONSTRUOS EN EL NEORREALISMO PORTUGUÉS

Resumen: Este artículo parte de la correlación entre los conceptos de comunidad e inmunidad, a partir de su radical común *munus*, propuesto por Roberto Esposito, en el libro *Bios – Biopolítica e Filosofia*, para pensar cómo no se hace toda la idea de comunidad sólo desde una noción de pertenencia mutua, pero también de exclusión de lo diferente. A lo largo de la historia de las representaciones tanto políticas como literarias, esta figura de los excluidos apareció de diferentes maneras, muy comúnmente caracterizada en diferentes tipos de monstruosidades. Mi objetivo en el presente trabajo es explorar los sentidos biológicos y las implicaciones jurídico-políticas de la representación del hombre lobo como monstruosidad en la literatura, discutiendo cómo los seres representados como aberraciones, especialmente la figura del hombre lobo, no solo ponen en tensión lo que concibe como ser humano, pero permite dar cuenta del buen funcionamiento de la política de las sociedades, foco de interés del neorrealismo portugués. Así, me propongo aquí discutir, en primer lugar, la relación entre la representación de monstruosidades biológicas y la posibilidad de degeneración del cuerpo social, como se propone a partir de las teorías racistas que sustentan los regímenes autoritarios durante el siglo XX. A continuación, discutir específicamente la figura del hombre lobo y sus implicaciones en la teoría política para así poder retomar la versatilidad del signo del hombre lobo en la novela *Casa na Duna*, de Carlos de Oliveira.

Palabras clave: excluido. Hombre-lobo. Casa en la Duna. Neorrealismo.

Casa na Duna, o romance do qual o título deste artigo foi retirado, teve sua primeira versão publicada em 1943. Posteriormente, seu autor, Carlos de Oliveira, alterou o texto do romance até a sua sétima edição, em 1980, um ano antes de sua morte. O romance se passa na aldeia de Corrocovo, fictício espaço rural de Portugal, e se centra nas relações de exploração de classe, focalizando as relações de trabalho no campo e se filiando, assim, ao neorrealismo português. O movimento neorrealista surgiu e se desenvolveu em torno do Partido Comunista Português, apresentando-se, desde os princípios, pelos seus ideais antifascistas e propondo a tese do imperativo da realidade que se apresentava em plano de oposição às bases de outros movimentos literários e culturais, como o futurismo e o dadaísmo, por exemplo. No artigo “Conflito e Unidade do neo-realismo português”, publicado na Revista *Vértice*, em 1989, António Pedro Pita propõe que o surgimento e desenvolvimento do neorrealismo deve ser entendido como um estado de polêmica tensão entre, de um lado, a primazia do conteúdo sob a forma e, do outro, uma linha de pensamento estético que

questionava o modelo especular de representação da realidade. Dessa maneira, não existe uma homogeneidade interna no que diz respeito a uma estética neorrealista e tampouco quanto às bases teóricas que sustentaram o movimento. O debate sobre a polêmica neorrealista emergiu à esfera pública no início dos anos de 1950, com a crise que se instaurou no Partido Comunista Português e se fez no entrecruzamento das conjunturas de Portugal com as europeias de forma geral, como o regime estalinista na Rússia e a continuidade do salazarismo em Portugal, mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial e o ocaso dos regimes de cariz autoritarista na Europa. Com isso, foi processada uma revisão geral das relações entre arte, sociedade, política e sobre o papel do artista engajado de responder aos acontecimentos de seu tempo.

Carlos de Oliveira, a exemplo de outros representantes do neorrealismo, começou a produzir muito cedo e se desenvolveu como escritor em concomitância com o movimento literário do qual fez parte. A sua constante revisão e modificação das obras ao longo do tempo, traço já mencionado a respeito do romance em questão, mas também presente em toda a obra do autor, posiciona Carlos de Oliveira em um lugar de destaque para contrapor a ideia da primazia do conteúdo sob a forma, na medida em que o constate retrabalho aponta para uma necessidade de aprimoramento daquilo que é específico do fazer artístico do escritor: o trabalho com as palavras. Nesse sentido, *Casa na Duna* apresenta a face da heterogeneidade neorrealista que, mais do que um movimento de geração ou movimento literário, se quis como uma resposta estética a uma problemática percebida pelo entrecruzamento entre as instâncias da arte, da política e da sociedade.

A narrativa traz como personagens principais os Paulos, uma família de proprietários de terras que foram aos poucos aumentando sua quinta por meio de trocas escusas com os camponeses da região: “Os Paulos, um após o outro, tinham conseguido alargar a quinta, leira sobre leira, num tempo em que os camponeses trocavam a terra a canecas de vinho” (Oliveira, 2004: 11). O romance dá conta de três gerações da família Paulo: o velho Paulo, Mariano Paulo e Hilário, passando do período de glória até a sua decadência.

Na quinta dos Paulos, o trabalho resistia à modernização. Tudo era feito de forma arcaica: “O trabalho da quinta era feito com enxadas, a uva esmagada sem prensas, o milho escarolado à mão. A aguardente de Corrocovo corria ainda do tosco alambique, como nos tempos do velho Paulo” (Oliveira, 2004: 35). Entretanto, chega um momento em que as conjunturas se modificam, novas estradas e caminhos de ferro trazem produtos de diversos lugares para competirem com os preços da produção local. O milho e o vinho passaram a chegar

também de lugares onde a terra era mais fértil e o custo da produção menos dispendioso. Com o fim do isolamento e do conseqüente monopólio dos Paulos sobre esses produtos, Mariano Paulo se vira forçado a vender com lucros mínimos e às vezes mesmo a preço de custo. Como última alternativa para tentar recuperar os áureos tempos da quinta, Mariano Paulo investe em fornos de cal para a produção de telhas, o que, por fim, também se mostra um esforço infrutífero, forçando-o, eventualmente, a fechar a sua produção de telhas:

A telha que saía ainda do forno era empilhada no alpendre à espera dos raros compradores que surgiam. Regateavam tanto que Mariano Paulo se via forçado a vender aos preços da Pampilhosa, às vezes mais barato, para apurar algum dinheiro. Contos de réis pela janela fora. Tinha de fechar a fábrica, desistir (Oliveira, 2004: 117).

Casa na Duna é um romance não dogmático: não separa os seus personagens como bons ou maus de acordo com sua classe social. Da mesma forma que os Paulos exploram pessoas em situações menos favoráveis, são também explorados por outros em situações mais favoráveis do que a sua. Com isso, Carlos de Oliveira apresenta uma dinâmica complexa de relações sociais, onde, mais do que uma crítica aos indivíduos que ocupam lugares de privilégio, o autor tece uma crítica ao sistema que instaura esses lugares. O espaço da aldeia, fechado em si mesmo, serve como símbolo do Portugal salazarista, ruralizado, altamente hierarquizado e incapaz de resistir às transformações impulsionadas pelos processos de modernização que paulatinamente se instauram. Com isso, a decadência que atinge Corrocovo e que abarca desde os trabalhadores mais pobres até as classes mais abastadas propõe uma imagem de um país condenado, estático e, por isso, incapaz de responder às contingências que se apresentam.

Entretanto, mais do que uma análise global do romance *Casa na Duna*, o presente artigo pretende se centrar na figura do personagem chamado Lobisomem, questão que se denota já no título, cuja cena descreve a condição em que se encontrava o personagem depois que uma dorna, recipiente utilizado na fabricação do vinho, caiu sobre o seu corpo enquanto pisava as uvas maduras para a preparação do mosto na quinta de seu empregador, o velho Paulo. Antes do acidente, Lobisomem era descrito como o “mouro da quinta. Alto e escuro como um tronco da gândara, pegava na enxada, no machado, carregava o milho das tulhas da quinta, em grandes sacos, (...). Um touro, caramba. (...). Sim senhor, uma besta de força” (Oliveira, 2004: 09-10). Agora, depois do desastre, “Lobisomem gemia, num murmúrio infantil. Escorria mosto e sangue: metade terra, outra metade homem” (Oliveira, 2004: 10).

As descrições do personagem, antes e depois do acidente de trabalho, remetem a uma condição sub-humana, bestializada. “Um tronco, um touro, uma besta de força”, ou seja, alguém cuja serventia se faz apenas para o trabalho pesado. Depois, reduzido a uma criança, gemendo “num murmúrio infantil”, ou ainda a apenas “metade homem”. Essa condição do personagem, metade homem e metade fera, já estava, claro, expressa em sua alcunha de Lobisomem. Ele nunca sequer é referido por um nome de pessoa ao longo do romance.

O recurso de utilização do símbolo na narrativa neorrealista é discutido por Ana Paula Ferreira no livro *Alves Redol e o Neo-Realismo Português*. Para ela, os símbolos fazem parte da tradição popular e podem ser basicamente agrupados em duas categorias específicas: de um lado, símbolos convencionais que não são suscetíveis a polivalências; de outro, símbolos que, embora ainda pertençam ao domínio do popular, “acusam já uma recriação poética sofisticada, implicando com esta uma mensagem nitidamente ideológica” (Ferreira, 1992: 153). Assim, vemos o uso de símbolos como recurso de caracterização da condição de excluídos em diversas narrativas neorrealistas, como o maltês Zé Limão e o porcariço Zé Cardo, dos contos de Manuel da Fonseca, nomeados com base no azedo ou no espinhoso; o Malpronto, o Fomecas ou mesmo o personagem que se auto-designou o Nove, remetendo à rima “quem padece é o pobre” (Redol, 2011: 111), em Gaibéus, de Alves Redol e o cantor Cigarra de *Os Caminheiros*, de José Cardoso Pires, por exemplo.

Entretanto, se os personagens de Manuel da Fonseca, Alves Redol e José Cardoso Pires citados aqui tendem a apontar para símbolos não suscetíveis de polivalências, o mesmo não parece ser o caso do Lobisomem de *Casa na Duna*. Meu objetivo no presente trabalho é explorar os sentidos biológicos e as implicações jurídico-políticas da representação do Lobisomem como monstruosidade na literatura, discutindo como os seres representados como aberrações, em especial a figura do homem-lobo, não apenas colocam em tensão o que se concebe como ser humano, mas permitem dar conta do próprio funcionamento da política das sociedades, enfoque esse de interesse do neorrealismo português. Mark Neocleus, em *The Monstruous and the Dead: Burke, Marx, Fascism*, aponta para a capacidade dos monstros de possibilitar uma compreensão da precariedade da identidade humana pela ideia de que essa pode ser perdida ou invadida e que podemos ser ou chegar a ser algo diferente do que somos: “os monstros têm algo para nos mostrar sobre nosso mundo e sobre nós mesmos” (Neocleus, 2005: 05)². Assim, pretendo aqui discutir, em primeiro lugar,

2 Tradução livre do autor.

a relação entre representação de monstruosidades biológicas e possibilidade de degeneração do corpo social, conforme proposta na base das teorias racistas que embasaram regimes autoritários durante o Século XX. Depois, discutir especificamente a figura do lobisomem e suas implicações na teoria política, para, assim, poder retomar a polivalência do signo do homem-lobo no romance de Carlos de Oliveira.

Roberto Esposito, em *Bios – Biopolítica e Filosofia*, correlaciona os conceitos de comunidade e imunidade com base no seu radical comum *munus*. Para Esposito, comunidade possui o sentido de uma associação humana que se fundamenta na partilha de caracteres comuns, criando, assim, uma ideia de mútua pertença em que os indivíduos se identificam e se reconhecem como parte de um mesmo corpo social. O conceito de imunidade, por sua vez, surgiria em associação negativa com a comunidade, ou seja, como mecanismo pelo qual a comunidade se defende de todo e qualquer corpo estranho que lhe ameaça, possibilitando assim a manutenção da sua integridade. Para o autor, a forma como a noção de imunidade surge no interior do pensamento social marca o próprio desenvolvimento da política na modernidade: “só ligada conceitualmente à dinâmica imunitária de proteção negativa da vida é que a biopolítica revela a sua gênese especificamente moderna” (Esposito, 2010: 24). Entretanto, seria somente em 1930, com a ascensão de regimes autoritários, e especificamente do nazismo, que a vida passaria a ser diretamente correlacionável à política, ou que a política passaria a assumir uma caracterização intrinsecamente biológica.

O que Esposito destaca, portanto, é o intercâmbio entre biologia e direito, a maneira como a vida biológica passou a adentrar os desígnios do poder na sua especificidade do Século XX. Entretanto, as teorias que embasaram essa relação foram desenvolvidas anos antes, no horizonte das ideias do darwinismo social, cujos conceitos de hereditariedade e degeneração passaram a ser absorvidos pelo pensamento político. Se o termo latino *hereditas* significava o legado dos bens aos descendentes no momento da morte, desde 1820, por analogia, o conceito de hereditariedade passa a ser aplicado no sentido da transmissão dos caracteres biológicos. Assim, a noção de contágio, de doença que se propaga de uns corpos para outros, tanto no plano da descendência quanto no plano da comunicação social, passa a fazer parte das especificidades do direito enquanto mecanismo de controle da vida:

A figura lombrosiana do “delinquente nato” constitui a mais célebre expressão dessa ideia: como ensina a sabedoria antiga do mito, as culpas dos pais recaem sempre sobre os seus filhos. O direito, que justamente toma os

modos do mito, não pode senão conformar os seus procedimentos com esta primeira lei, mais forte do que qualquer outra porque radica nas razões profundas da biologia e do sangue (Esposito, 2010: 173).

A ideia do degenerado, da monstruosidade e sua possibilidade de contaminar o corpo social apareceu também em diversas representações literárias produzidas nas décadas finais do Século XIX e que atingiram grande prestígio no início do Século XX, rendendo, inclusive, adaptações posteriores para outras linguagens artísticas, como o cinema, por exemplo. Dão conta desse circuito semântico obras como *O Estranho Caso do Doutor Jekyll e do Senhor Hyde*, de Robert Louis Stevenson, posteriormente adaptado para *O Médico e o Monstro*, de 1941; *O Retrato de Dorian Gray*, de Oscar Wilde; e *Drácula*, de Bram Stoker. Essas obras foram publicadas em 1886, 1890 e 1897, respectivamente. As três obras apresentam o jogo entre norma e anormalidade, entre a doença que degenera o indivíduo e ameaça a sociedade e sua possibilidade, ou impossibilidade de cura, demarcando a presença dessas ideias no horizonte de preocupações da sociedade desse tempo. O que parece caracterizar os três textos é não apenas o combate de vida ou morte e a centralidade do sangue, mas o próprio cenário de um ambiente urbano radicular e degradado. Quanto mais o protagonista tenta se livrar do processo degenerativo que traz dentro de si, projetando-o para fora, mais espalha doença e morte e é também por elas absorvido.

Em *O Estranho Caso do Doutor Jekyll e do Senhor Hyde*, um médico tenta se imunizar contra o seu pior lado por meio da produção biológica artificial de outro eu. Mas a experiência não dá certo, a supressão bioquímica almejada não funciona e a criatura toma então o controle do corpo de seu criador. As descrições do senhor Hyde quando tomado pela virulência da doença variam entre “besta-fera” (Stevenson, 2012: 16), “com a fúria de um símio selvagem” (Stevenson, 2012: 23) ou “um animal aterrorizado” (Stevenson, 2012: 43). A monstruosidade, nesse sentido, é ao mesmo tempo uma afecção biológica e algo que converte o indivíduo para um estado sub-humano. Para tentar conter a criatura, doses cada vez maiores de antídoto são administradas até que, por fim, o ser bestial assume o controle daquele que tenta domestica-lo. Médico e degenerado são então a mesma pessoa, sem disfarce ou possibilidade de contenção. Nesse momento, a única cura possível passa a ser a morte. A noção da morte como remédio funciona aqui não apenas como forma de livrar o indivíduo de sua afecção degenerativa, mas também de proteger toda a sociedade dos perigos de sua doença.

Se, no romance de Robert Louis Stevenson, o ser duplo Jekyll-Hyde, e consequentemente a afecção, encontra-se dentro do próprio corpo, em *O Retrato de*

Dorian Gray, a doença é lançada para fora, num retrato que ao mesmo tempo espelha e falseia o original. O quadro, imagem secreta do homem, degenera enquanto o sujeito se mantém impassível. A separação entre real e imagem é aqui representada por um lençol que esconde a pintura dos olhos de todos. Dessa forma, a monstruosidade degenerativa é projetada para fora do corpo individual, corrompendo enquanto o homem almeja a imortalidade. Também nesse caso, o desdobramento não alcança o sucesso pretendido pelo protagonista. O instrumento se avaria e corpo e imagem voltam a ser um só. A deterioração representada no retrato é, na verdade, a própria degradação do indivíduo. No fim, Dorian Gray tenta destruir a pintura, acreditando que, com isso, conseguiria desfazer o passado: “Como tinha assassinado o pintor, a faca mataria o trabalho do pintor e tudo o que ele significava. Mataria o passado e quando o passado estivesse morto, ele estaria livre. Ele a agarrou e esfaqueou a tela com ela, rasgando a coisa de cima a baixo” (Wilde, 2012: 131). Entretanto, ao golpear o monstro da imagem, a afecção, antes projetada na pintura, retorna ao corpo. Na tentativa de matar o monstro, o sujeito acaba se matando: “Deitado no chão havia um homem morto, em roupa de gala, com uma faca em seu coração. Ele estava murcho, enrugado e seu semblante era repugnante. Apenas quando examinaram os anéis reconheceram quem era” (Wilde, 2012: 132).

Em *Drácula*, a batalha entre o bem e o mal não é representada como uma luta com o que se esconde no corpo ou a doença projetada para fora dele. O monstro não é o outro no homem, mas o outro do homem. Assim, o anormal, que possui todas as características do degenerado da criminologia do Século XIX, passa a definir tudo aquilo que é humano em contraposição consigo próprio. Disfarça-se de humano da mesma forma que pode assumir feições de fera: “Ele poderia ir sob a forma de homem, lobo, morcego ou sob outra forma” (Stoker, 2002: 302). Como degenerado, ele não é verdadeiramente humano. Pode apresentar feições humanas, mas não possui imagem, não possui reflexo, muda constantemente de aspecto. Não é vivo nem é morto. É definido sempre a partir da negação.

Se, em *O Estranho Caso do Doutor Jekyll e do Senhor Hyde* e em *O Retrato de Dorian Gray*, a infecção é interna e exclusiva de um indivíduo, o *Drácula* de Bram Stoker expõe, sobretudo, o princípio da possibilidade de contaminação enquanto ameaça a todo o corpo social. Aqui, a monstruosidade não apenas se expressa no sangue, mas se reproduz pelo processo de alimentação do sangue alheio, absorvendo suas vítimas para o próprio sustento e multiplicando-se nelas. O seu maior delito é o da transmissão do sangue infectado. A própria relação entre degeneração e crime aparece no romance pela menção a

nomes como Cesare Lombroso e Max Nordau: "O conde é um criminoso e pertence ao tipo criminoso. Assim o classificariam Nordau e Lombroso, e, como criminoso, ele tem uma mente imperfeitamente formada" (Stoker, 2002: 293). O seu assassinato, com uma estaca no coração e a cabeça cortada, possui todos os indícios da morte salvífica, ao mesmo tempo sacrificial e redentora, a qual, em pouco tempo, seria prescrita a todos aqueles considerados degenerados: judeus, ciganos, comunistas, homossexuais e pessoas com deficiências.

A morte do monstro significa a imunização contra a doença, a salvação não apenas daqueles que deveriam ser protegidos de uma futura possibilidade de contágio, mas também a salvação final dos que já foram contaminados. É na morte dos transformados em monstros pela contaminação que seus crimes são expurgados e sua humanidade restituída, libertando-os, por fim, da própria condição de aberração: "Quando se fizer essa agora não-morta repousar como verdadeira morta, só então a alma da pobre senhora a quem amamos será novamente livre. Assim, meu amigo, será abençoada a mão que desfechar o golpe que a liberte" (Stoker, 2002: 190). Dessa maneira, Drácula representa a etapa final do ciclo de transformação da biopolítica em tanatopolítica: a morte calculada como ferramenta de manutenção da vida e instrumento de imunização da comunidade.

A possibilidade do conde Drácula assumir tanto a forma humana quanto a de um lobo parece também apontar para a capacidade da figura monstruosa de demarcar os limites entre o estado de natureza e o estado de civilidade. No artigo *El Monstruo en la Política: Defender la Sociedad del Hombre-Lobo*, Andrea Torrano argumenta que a figura do homem-lobo possui extrema relevância para compreender o funcionamento do poder, já que representa um híbrido, um monstro, que dá conta da interseção entre natureza e estado, *physis* e *nomos*, um espaço de "indiferença entre a besta e o homem. Este é o sentido que se deve interpretar o *homo homini lupus* a que se refere Hobbes, e não tanto na separação entre o lobo no estado de natureza, momento pré-jurídico, e o homem (cidadão) na cidade, a instância política" (Torrano, 2013: 438)³. Para a autora, o homem-lobo possibilita a compreensão da formação da cidade dos homens pela exclusão-inclusiva do lobo. O homem-lobo, desse modo, não é um figura de pura exclusão, mas de uma inclusão pela exclusão.

Torrano relaciona a figura do homem-lobo ao Leviatã, de Thomas Hobbes. O Leviatã, monstro mitológico do caos primitivo, referência do Livro do Gênesis, é inscrito por Hobbes em um registro político. Assim, o monstruoso animal marinho é, para o jurista inglês, a representação de um Estado civil ao qual

3 Tradução livre do autor.

devemos obediência em troca de segurança. Nesse sentido, Leviatã e o homem-lobo aparecem juntos: “para sermos mais precisos, poderíamos dizer que é o homem-lobo quem dá origem ao Leviatã. Se trata de uma cumplicidade entre ambos os monstros, cumplicidade que foi selada pela ameaça de morte e o terror” (Torrano, 2013: 438)⁴. A capacidade do Leviatã de assegurar a vida entre os cidadãos está intimamente relacionada à renúncia que os homens fazem ao seu direito natural de serem lobos. Não obstante, trata-se de uma vida que segue estando exposta à morte, abandonada agora à violência soberana. O Leviatã se ergue no momento em que os lobos se transformam em homens, no devir-homem-do-lobo. Mas isso não quer dizer que o lobo, a bestialidade que habita no interior dos homens, seja completamente expulsa. Pelo contrário, é a constante ameaça de que o lobo transformado em homem volte a ser lobo, o devir-lobo-do-homem, que justifica a existência de um poder discricionário, um grande monstro coletivo capaz de submeter todas as monstruosidades individuais.

Essa produção de um poder que se faz na iminência de um inimigo que é ao mesmo tempo interno e externo é exatamente o que está representado no circuito semântico de *O Estranho Caso do Doutor Jekyll e do Senhor Hyde*, *O Retrato de Dorian Gray* e *Drácula*. As representações do inimigo, do monstro degenerado, variam entre aquilo que está dormente no sujeito, aquilo que é próprio do sujeito, mas está projetado para além dele, numa imagem encoberta, e aquilo que ameaça contaminar todo o corpo social. É pela lógica de uma ameaça que está ao mesmo tempo dentro e fora da sociedade que se funda o paradigma imunitário proposto por Roberto Esposito. O Estado precisa absorver a ameaça para ser capaz de se proteger contra ela. Nesse sentido, o homem-lobo não é aquele que se encontra nas margens da comunidade dos homens, mas aquele que habita o seu interior, parte integrante da cidade. O devir-lobo-do-homem não é outro que não o inimigo interno capaz de afetar a ordem social.

A dinâmica de constante ameaça contra a segurança da comunidade inscreve o medo como ferramenta indispensável para a manutenção da coesão social. Se o medo de um estado de guerra total (*bellum omnium contra omnes*) faz com que os indivíduos abram mão de seu devir lobo em troca de proteção, conferindo ao Estado o monopólio sobre a violência. Esse, por sua vez, não elimina o medo, mas, antes, como propõe Roberto Esposito, em *Communitas – Origen y destino de la comunidad*, estabiliza-o, transforma-o em “motor e garantia de seu próprio funcionamento” (Esposito, 2003: 61)⁵. Esposito defende que o medo é

4 Tradução livre do autor.

5 Tradução livre do autor.

um fator determinante não apenas para o isolamento, mas também para a união; não se limita à imobilização, mas, pelo contrário, “estimula a reflexão a fim de neutralizar o perigo: não está do lado do irracional, mas do lado da razão. É uma potência produtiva. Politicamente produtiva: produtiva da política” (Esposito, 2003: 57-58)⁶. O medo originário característico do estado de natureza é convertido num medo artificial, medo do Estado que só pode proteger sob a ameaça de sanção. Em outras palavras, haveria uma transição do medo recíproco, característico do estado de guerra contra todos, para um medo institucional. Nesse sentido, no Estado civil, o medo não desaparece, mas se torna “seguro”; o Estado proporciona uma “estabilização racional do medo” (Esposito, 2003: 59-61)⁷.

O temor se comporta como artifício central tanto no estado de natureza quanto no Estado civil. É em relação a essa potência de produção de política que a figura do homem-lobo adquire importância fundamental. O medo do estado de natureza, que seria característico da condição hobbesiana do homem-como-lobo-do-homem, não se elimina com a criação do Estado. O lobo, no seu devir-homem, abandona o próprio direito de matar para assegurar sua existência em comunidade. Mas isso, longe de extinguir seu temor, torna-o ainda mais intenso. Assim, o Estado administra o medo como forma de conservação de suas estruturas e, desse modo, obriga os indivíduos sob sua tutela à obediência. Os lobos transformados em homens, antes aterrorizados por um medo baseado no poder que possuíam de utilizar suas próprias forças destrutivas, agora são domesticados pelo poder que eles mesmos conferiram ao Estado.

Giorgio Agambem, em *O Poder Soberano e a Vida Nua – Homo Sacer*, ao investigar a figura jurídica do homem sagrado, *homo sacer*, propõe uma aproximação entre este e o fora-da-lei definido pela figura do lobisomem. Agambem busca na antiguidade germânica e escandinava uma figura que se irmanava ao *homo sacer* em relação à ordem jurídica: o bandido ou o fora-da-lei, também referido como *Wargus*, *vargr*, o lobo e, numa acepção religiosa, “o lobo sagrado, *vargr* y *veum* (...) o que era considerado uma impossibilidade para a Antiguidade romana – a morte do proscrito sem julgamento e fora do direito – foi uma realidade incontestável na antiguidade germânica” (Agambem, 1998: 102). Fontes germânicas e anglo-saxônicas reforçam essa condição limítrofe do bandido pela caracterização como homem-lobo (*wargus*, *werwolf*, *garulphus*, *loup-garou*, lobisomem). O monstro híbrido, entre o humano e o bestial, que permanece no imaginário popular, é, portanto, na origem, aquele que foi banido da

6 Tradução livre do autor.

7 Tradução livre do autor.

comunidade. A definição do fora-da-lei como homem-lobo e não apenas como lobo é decisiva para Agambem. A vida do bandido – de forma similar à do homem sagrado – não pertence à esfera da natureza selvagem sem qualquer relação com o direito ou com a cidade. É, pelo contrário, um entre-lugar, um limiar de indiferenciação, um estado de transição entre o animal e o homem. “*Loup-garou*, lobisomem, justamente, *nem homem nem fera*, que habita paradoxalmente em ambos os mundos sem pertencer a nenhum” (Agambem, 1998: 103).

As condições de socialmente excluído, monstro e bandido se irmanam mutuamente. O fora-da-lei, as demais figurações do pária e o lobisomem representam a sobreposição entre a vida biológica e a vida qualificada, aquela que está dentro das designações do ordenamento jurídico. Assim, o monstro e, particularmente, o lobisomem, como epítome do degenerado, definem não apenas o identidade biológica da humanidade por sua contraposição, mas também a hierarquização política das sociedades. Se, para Agambem, baseando-se no direito germânico e escandinavo, devemos entender a vida do fora-da-lei, lobisomem, em seu aspecto primordial, irmanando-a à vida do *homo sacer*, vida sagrada, então, talvez, a figura do monstro degenerado deva ser vista na chave diametralmente oposta à do sacro: vida amaldiçoada. Polaridades contrárias de um sinal análogo.

A ideia de maldição é comum a todas as narrativas apresentadas aqui; em *O Estranho Caso do Doutor Jekyll e do Senhor Hyde*, “era a maldição da humanidade que estas incompatíveis criaturas fossem, assim, mantidas juntas – que no ventre agonizante da consciência, estes gêmeos opostos devessem, continuamente, estar em batalha” (Stevenson, 2012: 55); em *O Retrato de Dorian Gray*, “ele se sentava diante do quadro, às vezes amaldiçoando-o e a si mesmo, mas cheio, em outras ocasiões, com aquele orgulho pela rebelião que é a metade da fascinação pelo pecado” (Wilde, 2012: 99); em *Drácula*, “quando se tornam assim, vem com a mudança a maldição da imortalidade. Eles não podem morrer, mas devem continuar, era após era, adicionando novas vítimas e multiplicando os males do mundo” (Stoker, 2002: 191).

Também Carlos de Oliveira, em *Casa na Duna*, trabalha a noção de maldição. Entretanto, nesse caso, não está ligada à condição do personagem Lobisomem, mas à do patrão, Mariano Paulo, o qual, sendo incapaz de controlar por mais tempo o choque de interesses que leva lentamente os negócios de sua família à ruína, acaba creditando sua falência a um suposto fatalismo: “Uma praga antiga, uma maldição que vem de longe. Há muito que os Paulos foram condenados. Para pagar agora” (Oliveira, 2004:118). O Lobisomem, de *Casa na Duna*, é um espelho distorcido da condição do trabalhador alienado. Uma

imagem grotesca, homem destroçado, cujo drama individual o impede de atingir a consciência ideológica que poderia dar sentido à sua vida. Sua maldição é ao mesmo tempo individual e coletiva. É o grande representante no romance do sujeito tutelado: nem em estado de natureza, porque subalternizado pelo poder patronal, nem em Estado civil, porque bestializado, aquém da condição de homem.

Em conclusão, o Lobisomem, de *Casa na Duna*, não é a representação de uma criatura do universo do fantástico. Sua condição de homem-lobo está, antes, ligada a uma focalização, proposta no romance, de hierarquização social, em que a bestialização do excluído justifica um tratamento sub-humano, conferido não apenas pelo patrão, mas por todos à volta e internalizado pelo próprio indivíduo. A trajetória do personagem, assim, recupera a dimensão de que a tanatopolítica produz subjetividades condizentes com seus ideais, configurando indivíduos que aceitam os lugares sociais instituídos. Talvez a grande polivalência de nome Lobisomem como símbolo esteja na potência de indicar a própria possibilidade de saída dessa condição. Se, num sentido superficial, o Lobisomem é o monstro, besta-fera talhada para o trabalho pesado, enquanto recriação poética, é aquele que deve se conscientizar da exploração a que é submetido a fim de desestruturar as bases do sistema. Assumir o seu devir-lobo-do-homem e se revoltar violentamente contra sua exploração, ou o seu devir-homem-do-lobo e exigir circunstâncias dignas de trabalho e de vida.

Referências:

- AGAMBEM, Giorgio. *O Poder Soberano e a Vida Nua – Homo Sacer*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- CARDOSO PIRES, José. *Os Caminheiros*. pp. 67-90. In: CARDOSO PIRES, José. *Jogos de Azar*. Lisboa, Moraes Editores, 1970.
- ESPOSITO, Roberto. *Bios – Biopolítica e Filosofia*. Lisboa, Edições 70, 2010.
- ESPOSITO, Roberto. *Communitas: origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 2003.
- FERREIRA, Ana Paula. *Alves Redol e o Neo-Realismo Português*. Lisboa, Caminho, 1992
- FONSECA, Manuel da. *Aldeia Nova*. Alfragide, Leya, 2009.
- NEOCLEOUS, Mark. *The monstrous and the dead: Burke, Marx, fascism*. Cardiff, University of Wales Press, 2005.
- OLIVEIRA, Carlos de. *Casa na Duna*. Lisboa, Assírio e Alvim, 2004.
- PITA, António Pedro. Conflito e Unidade do neo-realismo português (a “polêmica interna do neo-realismo” e a difusão do marxismo em Portugal). *Vertice*, n. 21, 1989, pp. 43-48.

- REDOL, Alves. *Gaibéus*. Alfragide, Editorial Caminho, 2011.
- STEVENSON, Robert Louis. *O Estranho Caso do Doutor Jekyll e do Senhor Hyde*. Tradução de Fabio Cyrino. São Paulo, Editora Landmark, 2012.
- STOKER, Bram. *Drácula*. Tradução de Thiago Maia. São Paulo, eBooksBrasil, 2002.
- TORRANO, Andrea. El Monstruo en la Política: Defender la Sociedad del Hombre-Lobo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 3, n. 2, 2013, pp. 429-445.
- WILDE, Oscar. *O Retrato de Dorian Gray*. Tradução de Marcella Furtado. São Paulo, Editora Landmark, 2012.

Recebido em: 19/04/2021

Aprovado em: 22/11/2021

Como citar este artigo:

LAKS, Daniel Marinho. “A perna esquerda era uma massa de carne e ossos esmagados, presa por milagre ao resto do corpo”: os excluídos como monstros no neorealismo português. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 2, maio - agosto. 2022, pp. 528-543.





“GANHAR” E “PERDER” CASA: AS (I)MOBILIDADES DE MULHERES NAS PERIFERIAS PAULISTAS¹

Isabela Vianna Pinho²

Thalles Vichiato Breda³

Fernanda Kagan Mallak⁴

Resumo: Este artigo apresenta as conexões de três pesquisas etnográficas em periferias de cidades médias paulistas, visando discutir as relações entre território, gênero e políticas sociais nos processos de “ganhar” e “perder” a casa. Ele tem como questão central as (i) mobilidades de circulação e contenção, de permanecer ou mover-se no “ganhar” e “perder” a casa atravessadas pelas ações do Estado. Tencionamos a narrativa habitual que entende a casa própria como

1 Artigo apresentado originalmente na ANPOCS 2020 com modificações substanciais em relação ao original. Agradecemos as leituras e comentários das professoras Luana Dias Motta e Marcella Araújo Silva nesse evento, e também a leitura cuidadosa do Apoena Mano (PPGS/USP). Parte dos resultados apresentados aqui são fruto de três pesquisas etnográficas: duas de mestrado já finalizadas (Pinho, 2019; Breda, 2018) e uma de doutorado em andamento (Mallak, 2020). Uma delas foi financiada pela CAPES entre 2017-2019 (Pinho, 2019) e a segunda é financiada desde 2018 (Mallak, 2020) pela mesma instituição. Sendo assim, as duas pesquisas mencionadas foram “realizadas com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

2 Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/ UFSCar) – São Carlos – Brasil – isaviannapinho@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-3567-297X>

3 Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/) - São Carlos – Brasil - Bauhaus Universidade de Weimar (BUW) - Weimar – Alemanha – thallesvbreda@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0001-5584-3003>

4 Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/) – São Carlos – Brasil – fernandakmallak@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0002-7199-4730>

estabilidade. As políticas públicas também aparecem como centrais na manutenção/degradação da vida, em diálogo com o mundo da religião, do crime e da ilegalidade/informalidade.

Palavras-chave: Periferia. Políticas sociais. Mobilidades. Casas. Gênero.

“WINNING” AND “LOSING” A HOUSE: THE (IM)MOBILITY OF WOMEN IN SAO PAULO OUTSKIRTS

Abstract: *This article presents the connections of three ethnographic researches on the outskirts of medium-sized cities in São Paulo aiming to discuss the relationships between territory, gender and social policies in the processes of “winning” and “losing” the house. Its central issue is the (im) possibilities of circulation and containment, of staying or moving in the “winning” and “losing” the house crossed by the actions of the State. We strain the usual narrative that understands homeownership as stability. Public policies also appear as central to the maintenance/degradation of life, in dialogue with the religion, crime and illegality / informality world.*

Keywords: *Periphery. Social politics. Mobilities. Houses. Gender.*

“GANAR” Y “PERDER” LA CASA: LA (IN)MOVILIDAD DE LAS MUJERES EN LAS PERIFERIAS DE SÃO PAULO

Resumen: Este artículo presenta las conexiones de tres investigaciones etnográficas en la periferia de ciudades medianas de São Paulo con el objetivo de discutir las relaciones entre territorio, género y políticas sociales en los procesos de “ganar” y “perder” la casa. Su tema central son las (in)movilidad de circulación y contención, de permanecer o moverse en el “ganar” y “perder” la casa atravesada por las acciones del Estado. Tensamos la narrativa habitual que entiende la propiedad de vivienda como estabilidad. Las políticas públicas también aparecen como centrales para el mantenimiento/degradación de la vida, en diálogo con el mundo de la religión, el crimen y la ilegalidad/informalidad.

Palabras clave: Periferia. Política social. Movilidades. Casas. Género.

1. Introdução

Este artigo apresenta as conexões e os desdobramentos de três pesquisas etnográficas em periferias de cidades médias paulistas e visa discutir as relações

entre território, gênero e políticas sociais contemporâneas nos processos de “ganhar” e “perder” a casa. As duas primeiras etnografias foram realizadas em São Carlos, no interior do estado de São Paulo, especificamente em dois bairros vizinhos – Jardim Zavaglia e Eduardo Abdelnur – construídos pelo programa federal “Minha Casa Minha Vida Faixa 1” (PMCMV-1, habitação social). Assim, milhares de famílias, tendo como titulares preferenciais mulheres, “ganharam” suas casas em 2011 e 2016, respectivamente. A terceira etnografia foi feita na região metropolitana de São Paulo, em Mogi das Cruzes, no bairro Jundiapéba. Neste território, 61 famílias “perderam” suas casas em uma ação de reintegração de posse solicitada por uma empresa de transmissão de energia elétrica no ano de 2018.

Neste contexto, relacionamos os processos e significados distintos de “ganhar” e “perder” casa às ações do Estado. Seja por meio de políticas de habitação ou de ordens de despejo, o Estado se faz presente e se constrói no cotidiano de sujeitos e territórios nas margens da cidade. Compreendemos o Estado pela perspectiva de Das e Poole (2008), que se dedicam a pensar o Estado não como uma unidade fechada, coesa, monolítica e sólida ou somente como uma forma administrativa de organização política racionalizada e que tende a enxergar as margens como espaços de ausência do Estado, de menor articulação e enfraquecimento das formas de regulação. Nessa perspectiva, o Estado é formado no cotidiano das margens, em processo, em movimento, pois as práticas de vida nesses espaços moldam as práticas de regulação e disciplina do que geralmente denominamos como aparelho estatal e vice-versa. Isso significa dizer que as margens são vistas como pressupostos necessários à existência do Estado e não como algo fora dele. Essa postura teórico-metodológica nos ajuda a olhar para os múltiplos efeitos do Estado nas margens e a pensar as periferias em sua heterogeneidade, pensar a produção do Estado por dentro das periferias. Sendo assim, visamos analisar os possíveis efeitos de ações do Estado nos cotidianos e refletir sobre as (i)mobilidades de mulheres pobres⁵, em sua maioria negras, que habitam as periferias urbanas no Brasil.

No que se refere ao campo teórico sobre mobilidades, este artigo se situa em debates relacionados ao chamado giro móvel na teoria social. Quando tratamos

5 Por meio da etnografia das casas de mulheres, optamos pelo ponto de vista “situado” (Haraway, 1988), próprio à experiência da conjugação de relações de poder variadas e que se entrelaçam (Hirata, 2014), como classe, raça, gênero e território. As conceitualizações de interseccionalidade ou de consubstancialidade partilham do pressuposto da epistemologia feminista que questiona as definições do conhecimento que frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que “criaram” a ciência: geralmente homens, ocidentais, brancos e de classes dominantes. Tais conceitos são vistos como formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, como instrumento de luta e arma política e um “projeto de conhecimento” (Hill Collins, 2014).

sobre “mobilidades”, trazemos uma perspectiva que interroga as práticas de movimento para além do transporte entre e nas cidades, mas também sobre as micro-mobilidades cotidianas, em uma escala corporal, que são influenciadas por processos que podem variar entre marcadores de gênero, classe, raça, sexualidade, entre outros (Sheller, 2018). Entre a necessidade de mudanças e a impossibilidade de escolher permanecer, observamos a trajetória de deslocamentos situacionais entre diferentes casas com base em três relações de interlocuções em diferentes contextos. Notamos que essas relações de (i) mobilidades são condicionadas por políticas públicas, moralidades e precariedades que afetam essas mulheres de modos específicos. Nesse sentido, esse artigo representa uma contribuição direta aos estudos que relacionam mobilidades e gênero (Uteng e Cresswell, 2008), em especial na América Latina (Jirón e Singh, 2017). Em paralelo, contribuímos também à recente bibliografia que advoga pela pertinência heurística de traduções empíricas desse arcabouço conceitual à realidade brasileira (Freire-Medeiros e Lages, 2020; Mano, 2021).

Metodologicamente, baseamo-nos em uma leitura sobre os processos de vida e de casas (Araujo Silva, 2017) recuperados por meio de entrevistas e observação participante nas três etnografias⁶, para compreender a dinâmica de produção e reprodução do Estado, do cotidiano e do espaço urbano. Assumindo que “as práticas do espaço tecem, com efeito, as condições determinantes da vida social” (Certeau, 2003: 175), as histórias nos dão pistas do que há de mais capilar nos espaços, dos processos que escapam ao que está colocado, que estão presentes nas vivências sociais, coletivas e cotidianas. Assim, por meio de um olhar multissituado, acompanhar os processos de vida de pessoas que “ganharam” e “perderam” suas casas traz o entendimento sobre as transformações nos territórios urbanos: capturamos as mobilidades das mulheres e a relação entre os destinos individuais e coletivos. As experiências vividas no território são tecidas pelas constantes relações com outros sujeitos e espaços, negociações que envolvem família, vizinhos, políticos, assistência social, empresas, religião, crime etc. Em outras palavras, o tecido urbano é costurado por um conjunto de sujeitos que se relacionam, disputam, negociam, rompem, mas, sobretudo, criam sentido para as ações vividas.

6 Nas nossas pesquisas individuais, realizamos a reconstrução de trajetórias de vida na conceituação de Telles (2006), enquanto uma espécie de cartografia das mobilidades urbanas, formada por três linhas de intensidade: tempo, espaço e eventos políticos. Pela limitação de tamanho deste artigo, escrevemos parte dessas trajetórias e nos alinhamos com a perspectiva de Araujo Silva (2017: 112) sobre os processos de vida, como “o fluxo da existência e nossas tentativas de lhe dar sentido”. Analiticamente, sua utilização possui a vantagem de acompanhar os projetos de vida e as moralidades nativas.

Assim como as trajetórias individuais e coletivas são dinâmicas, a casa também deve ser pensada nessa perspectiva. Inspirados por Marcelin (1999), olhamos para a casa enquanto um processo de configuração, em transformação, em movimento, na contramão da construção de unidades fixas. Como o autor, investigamos a gênese das casas, as práticas sociais que são substratos e também resultados da construção e do surgimento da casa. Nesse sentido, olhar a casa é extrapolar a construção física e o território local; é compreender as mobilidades sociais, econômicas, materiais, simbólicas que configuram a casa e o território; é colocar o universo familiar em relação ao dito mundo “exterior”; é compreender que as configurações socioespaciais estão em constante diálogo com a produção de identidades e configurações familiares. Olhar para a casa “nos permite explorar as formas das relações sociais que ela traduz, circunscreve e articula, assim como os modos de produção e reprodução de identidades e de hierarquias no local estudado” (Marcelin, 1999: 54).

Dialogando com essa perspectiva, Motta (2014) assume que as casas são elementos fundamentais na economia cotidiana e as configurações de casas não têm propriedades específicas, mas só nascem e existem em relação. Assim, não são entidades isoladas; são relativamente autônomas, mas dependentes umas das outras – elas possuem relações diversas e mutáveis entre si e constituem uma configuração. Nesse contexto, é necessário fazer uma etnografia econômica que não parte da oposição entre casa e trabalho (ou religião, família, mundo do *crime*). Para Araujo Silva (2017), as relações entre as casas estão sujeitas às mudanças ao longo do tempo no processo que ela chama de “re-configuração”, sendo ao menos quatro modos possíveis: quando novas casas são construídas; quando há mudança da distribuição dos cuidados ou do “dinheiro da casa”; quando há interrupção no fluxo de trocas; e, por fim, quando há anexação ou incorporação de outras casas.

É importante destacar que as etnografias trabalhadas aqui se inserem no contexto do lulismo, quando foi inaugurado um “novo ciclo” de políticas sociais, massificando as políticas sociais focalizadas, visando à redução da pobreza, sem deixar de atender aos interesses das classes dominantes (Singer, 2012). Dentre essas políticas, o Programa Bolsa-Família (PBF) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) ganharam grande importância e reconfiguram o acesso e manutenção à renda e à habitação. Ambos os programas trouxeram a questão de gênero para o centro do debate quando colocaram as mulheres como titulares preferenciais. Tais políticas ganharam vários significados e contradições, próprias do lulismo, como, por exemplo: habitações sociais que beneficiam a população pobre, mas, por outro lado, segregam-nas e remuneram

generosamente o capital imobiliário. Atravessadas por esse contexto, de que forma essas trajetórias se encontram diante das (i)mobilidades de circulação e contenção, de permanecer ou mover-se no “ganhar” e “perder” a casa? A seguir, apresentamos três processos de vida em busca de casas.

2 “Ganhar” e “perder” casa: sentidos e (i)mobilidades nas periferias paulistas

2.1 “Ganhar casa” e (não) permanecer⁷

Bela mudou de casas e de cidades ao longo de sua trajetória, mas nunca foi para muito longe. Seus deslocamentos foram entre territórios relativamente próximos, todos no interior do estado de São Paulo, na região da cidade de São Carlos. Nascida nesse município no início dos anos 90, Bela hoje tem 30 anos, é negra, casada, possui quatro filhos pequenos e ensino médio incompleto. Atualmente, está desempregada, recebe o PBF e o Auxílio Emergencial. Também é titular do PMCMV-1, “ganhou a casinha” no bairro *Abdelnur*, que hoje aluga para conseguir alguma fonte de renda. Ela mora atualmente em uma ocupação em outro bairro com os filhos. Bruno, seu marido, foi preso em 2019.

Aos sete anos, Bela perdeu a mãe e praticamente não teve contato com o pai. Então, viveu com seus dois irmãos em um abrigo em Descalvado, pequena cidade da região. Chegou a morar com uma família adotiva, mas logo retornou ao abrigo. Quando adolescente, voltou à São Carlos e passou a viver na *casa da madrastra*⁸ até completar 18 anos. Um ano depois, Bela engravidou de sua primeira filha e foi morar na *casa da sogra* com o companheiro. Durante a gravidez, contudo, terminou o namoro e passou um tempo com a irmã em Ribeirão Preto, onde ficou até os seus seis meses de gestação. Depois, voltou a São Carlos, retomou o namoro com o pai da criança e foram morar juntos, mas não chegaram a casar *no papel*. Desde então, Bela viveu na *casa da sogra* novamente, na *casa da cunhada*, em uma *casa de aluguel* e também sozinha com a filha em uma quitinete.

Separada, Bela conheceu seu segundo companheiro, Bruno, pai de seus três filhos mais novos. Após trocarem olhares durante os cultos da igreja evangélica que frequentavam, começaram a namorar. Desde então, mais deslocamentos se fizeram presentes na trajetória de Bela: entre a *casa da sogra* atual, outras moradias pagando aluguel, uma casa “autoconstruída” em ocupação, até que, em

7 Dados obtidos por meio de etnografia realizada entre abril e agosto de 2018 no Residencial Eduardo Abdelnur em São Carlos/SP, um bairro promovido pelo PMCMV-1, com cerca de mil casas entregues em abril de 2016.

8 Os termos ênicos estão em itálico, os termos da literatura estão entre aspas.

2015, depois de *lutar muito, ganhou a sua casinha do Abdelnur*. “Ganhar a casa” é um fato contado com orgulho por Bela, pois *foi atrás de tudo sozinha*. Tal evento é visto como uma conquista e uma luta e um mérito individual, não coletiva, não no âmbito dos direitos sociais. Quando o assunto do sorteio vinha à tona nas nossas conversas, era comum que Bela comentasse de outras mulheres que *não foram atrás* e, por isso, não conseguiram a casa como ela.

O período entre 2016 e 2018 é marcado por eventos extraordinários. Questões íntimas e delicadas que causam certo silenciamento por parte dela e da família. O que Bela comentava sem muita minúcia era que ela e o marido brigaram, separaram-se e Bruno foi morar na *casinha* de sua mãe, também no *Abdelnur*. Nessa época, ele começou a se relacionar com a vizinha da casa ao lado. Depois Bela e o marido retomaram. Eram somente esses fatos que eu soube por Bela sobre esse período. No entanto, sua sogra comentou uma única vez sobre tal situação. Segundo ela, o filho quis se separar, foi morar com a mãe e, nesse tempo, a casa de Bela pegou fogo. Em razão desse acontecimento, ela e as duas filhas também foram morar com a avó, que afirmou: *elas tiveram que vir para cá, né, minhas netas, lógico que eu ia receber*. Ela desconfia que foi Bela quem colocou fogo na própria casa, pois queria chamar atenção do marido para que ficassem juntos. Por sorte, segundo ela, a PROHAB⁹ reformou a casa e eles voltaram para lá.

No período da pesquisa, foram muitas estratégias do casal para “ganhar a vida” e “manter a casa” – duas facetas indissociáveis dos “problemas domésticos” (Araujo Silva, 2017). Em abril de 2018, Bela estava com quase sete meses de gestação; então, não trabalhava e nem fazia bicos. O único dinheiro que recebia era do PBF, um valor de 420 reais mensais, ao qual se refere como *o dinheiro das meninas*, pois somente o utilizava para comprar objetos ou alimentos específicos para as filhas. Existe uma diferenciação nítida entre esse dinheiro e o de seu marido e seus respectivos usos – o que demonstra a existência de circuitos de objetos e dinheiros relativamente autônomos, que envolvem moralidades, obrigações e restrições e que contraria a característica da moeda enquanto supostamente homogeneizadora no que diz respeito a práticas de gestão da casa (Motta, 2014; Zelizer, 2009).

Neste período, Bruno estava desempregado, mas *correu atrás* de formas diversas para conseguir o “dinheiro da casa” (Motta, 2014). Dias antes do nascimento do último filho, Bruno conseguiu um *serviço* formal para carregar eletrodomésticos na Electrolux. No entanto, ficou apenas por três meses. Mas o benefício do PBF foi bloqueado, devido ao registro na sua carteira. A situação

9 Progresso e Habitação de São Carlos, órgão operador das políticas habitacionais do município.

financeira havia piorado muito. Comprar fraldas para o filho estava cada vez mais difícil. Ter Bruno para “contar”¹⁰ fazia grande diferença no cotidiano da casa de Bela. Além dele, Bela também “contava” com as suas vizinhas. As trocas entre as casas eram constantes: uma emprestava à outra os mais variados objetos, trocavam alimentos, vendiam e compravam coisas, faziam dívidas. Mas nem sempre esses circuitos ocorriam de forma pacífica, com extrema solidariedade, pois é comum que haja conflitos. As crianças também circulavam a todo momento pelos colos e casas. Bela articulava as redes de casas para conseguir os objetos necessários ao bebê que estava para nascer. Ela mobilizava diferentes pessoas, principalmente mulheres. Quando o bebê nasceu, ele tinha tudo que era essencial e a maioria das coisas foi fruto dessa articulação entre as casas.

Desde o momento que Bela e Bruno *se juntaram*, a primeira filha passou a viver com o pai, ex-marido de Bela, que frequentemente se queixava de ficar muito tempo sem vê-la. Essa queixa se refere à distância e à dificuldade de deslocamento de ir até o bairro em que a filha mora – o que era muito comum de ouvir, não só de Bela, mas de tantos outros moradores. Isso porque o bairro está localizado em territórios considerados às margens da cidade, segregados geograficamente. Com isso, ao se mudarem para o bairro, as possibilidades de deslocamentos se transformaram. Se, por um lado, “ganhar a casa” assegura minimamente que mulheres não passem por deslocamentos forçados e que não migrem com frequência, por outro, prejudica o deslocamento cotidiano, como o necessário para trabalhar e levar os filhos nas escolas, visitar familiares em outros bairros, fazer compras, buscar empregos, retirar o benefício do PBF ou atualizar os cadastros etc. Dessa forma, os efeitos de Estado são ambivalentes.

Somente em outubro de 2019, a escola e a creche foram finalizadas no bairro. Então, por mais de três anos, Bela e tantas outras moradoras pegavam ônibus todos os dias para levar e buscar os filhos nas escolas. Esses ônibus eram quase inteiramente compostos por mulheres. Ao todo, elas gastavam quase duas horas de seus dias nesses trajetos. Existiam formas diversas para gerir a circulação das crianças na ida e volta às escolas, combinadas entre as moradoras. Por exemplo, já era subentendido que, se alguma mãe perdesse o ônibus, elas trariam a criança para o *Abdelnur* e a levariam até sua respectiva casa. Aqui, observamos as práticas de movimento e de contenção de Bela e outras mulheres. Sua história nos mostra como as (i)mobilidades relacionadas ao gênero (Jirón e Singh, 2017) revelam possibilidades diferenciais de acesso a deslocamentos e, ao

10 A pergunta “com quem contamos para dar conta de nossas vidas?” Feita por Araujo Silva (2017), serve como inspiração.

mesmo tempo, possibilidades de criações de alianças formadas para lidar com as contenções.

No início de 2019, Bruno foi preso. Com a voz lenta e baixa, nitidamente abalada, Bela contou como foi: seu filho usava a última fralda que tinha na casa e Bruno lhe disse que sairia para comprar. Porém, ele só voltou com a viatura da polícia que entrou na casa, revistou tudo e “encontrou mais coisas”. Bruno e um adolescente menor de idade abordaram uma mulher e roubaram seu celular. A polícia os parou a caminho do *Abdelnur*, revistou-os e encontrou o celular e duas facas. Os dois foram presos e a vítima os reconheceu. Apesar da tristeza, de dizer com a voz trêmula que é tão ruim ficar sozinha em casa, Bela já buscava novas formas de reabitar sua vida ordinária (Das, 2005; Pierobon, 2018).

Como se percebe, os “processos da vida” (Araujo Silva, 2017) de Bela e das pessoas ao seu redor também se relacionam com as casas. Ademais, suas memórias do passado se imbricam com as memórias das configurações de casas que viveu, trabalhou ou que mantinha relações. Foram muitos os deslocamentos e as menções às casas, tratadas ou não neste texto, como: o abrigo na infância; as casas da família que a adotou e dos pais adotivos de seus irmãos; o abrigo novamente na adolescência; a casa da madrasta na juventude; a de sua melhor amiga; a casa que fazia bicos *olhando*¹¹ as crianças; a da irmã em Ribeirão Preto; a quitinete que morou sozinha com sua filha; as casas das sogras e das cunhadas; das vizinhas; da irmã por parte de pai que também mora no bairro; a sua *casinha do Abdelnur*; e a casa na ocupação.

Os processos de vida de Bela também nos ajudam a visualizar como as formas de viver acompanham as formas de morar (e vice-versa). E esse processo é contínuo, não cessa, está em perpétua transformação. A casa de Bela segue se reconfigurando quando consideramos que esta não é somente a construção física, mas também as relações estruturais e simbólicas dentro e fora dela. Não é porque agora é moradora da *casinha do Abdelnur* e que possui a casa própria tão desejada que não seguirá buscando novas formas de habitar. Ela e tantas moradoras do bairro seguem cotidianamente nesse processo de (re)habitar casas, vidas ordinárias e mundos. A vida ordinária não é o lugar da repetição, do garantido e do óbvio; mas é o lugar da reabitação a cada novo evento, isto é, as mulheres recriam suas relações e se reconstituem enquanto sujeitos com gênero, classe, raça, sexualidades, corpos e subjetividades (Das, 2005; Pierobon, 2018).

11 *Olhar* era o verbo que sempre utilizou para se referir a esse momento em que se ficava com os filhos de outras mulheres, seja de forma remunerada ou não.

As motivações para mudar de habitação estavam associadas, muitas vezes, aos conflitos entre mulheres no interior da casa. E esses conflitos eram justificados pela manutenção da própria casa, como, por exemplo, problemas de limpeza e faxina. No convívio cotidiano, as formas de “manter a casa” eram divergentes ou, então, ficavam desiguais – uma fazia mais e a outra menos – e assim se davam os conflitos. É evidente que as mulheres são centrais nas moradias e nas relações entre elas; são elas as principais agentes na gestão das casas, do cuidado e do cotidiano. Mas isso não quer dizer que as mulheres estão ligadas às casas em oposição a um universo “público”, que supostamente existiria. Na realidade, elas estão ligadas às casas por meio de práticas ordinárias que produzem domesticidade e, da mesma forma, produzem as bases da economia e da política cotidiana.

O evento do incêndio na casa de Bela é emblemático. Pensando hipoteticamente que o fogo tenha sido causado por ela, podemos pensar que, por mais que se alcance o sonho da casa própria e tudo que envolve simbolicamente e materialmente essa conquista (difícil de ser mensurada), que se livre do aluguel, que se pague prestações muito baixas, naquele momento, não foi isso que a prendeu à casa física. Isso porque a casa se refere não somente à construção material, mas também às relações estruturais e simbólicas dentro delas e, entre elas, refere-se às pessoas que as habitam. Por outro lado, se pensarmos que o fogo foi acidental, por conta desse evento, Bela também buscou estratégias possíveis, mobilizou sua rede de casas, de pessoas, para conseguir outra forma de habitar e de viver. Araujo Silva (2017) nos mostra como algumas metáforas biológicas nativas utilizadas em seu campo apreendem dinâmicas relacionadas à vida humana e, ao mesmo tempo, às suas casas. A autora apresenta analogias de seus interlocutores que concebem a configuração das casas como um organismo vivo e exemplifica como as casas morreriam sem as ajudas que fluíam entre elas. No caso de Bela, romper a relação com o marido, com a família e com a casa de sua sogra seria, no limite, a morte de sua própria casa.

2.2 “Ganhar casa” e perder a mobilidade¹²

Karol tem 32 anos, é de cor branca, casada e mãe de uma menina de 9 anos. Estudante de supletivo da 5ª à 6ª série no período noturno, ela vem de uma família em que a migração sempre se fez presente. Na busca por *melhorar de vida*, sua família *abriu mão* de uma pequena roça de subsistência no Paraná

12 Dados obtidos por meio de etnografia realizada entre 2016 e 2018 no Bairro Jardim Zavaglia, em São Carlos/SP. Bairro promovido pelo PMCMV-1, com mil unidades habitacionais, entregues em 2011. A entrevista com o casal Karol e Roberto ocorreu em maio de 2017.

para se mudar para São Carlos. *Ganharam* um terreno no bairro Cidade Aracy e, por meio da autoconstrução, fizeram uma casa com dois cômodos, um banheiro e uma garagem.

Em 2005, Karol conheceu seu único e atual marido (pai de sua filha), Roberto. Seu esposo nasceu na grande São Paulo, tem 34 anos, negro, segundo grau completo. Sua família também tem histórico de migração: na década de 1970, mudaram-se de Alagoas para São Paulo em busca de emprego, *fugindo* da extrema pobreza. Quando conheceu Karol, ele trabalhava como metalúrgico. Em 2006, decidiram morar juntos e se mudaram para São Bernardo do Campo, em um imóvel cedido por uma amiga do casal. Depois de um ano, foram morar em uma casa-cômodo nos fundos da casa da mãe de Roberto, em Santo André. Posteriormente, mudaram-se novamente, para o bairro Jardim Santo André e depois para Mauá, na casa da irmã dele.

Em 2008, o casal tenta mais uma vez morar com a mãe de Roberto ao mesmo tempo em que se juntam a uma ocupação por moradia no Jd. Santo André, visando conquistar um terreno ou o “auxílio aluguel”. Neste ano, Karol engravidou de sua filha, o que acabou dificultando o seu deslocamento entre a casa da sogra e o terreno pretendido. Foi nessa conjuntura que, em 2009, o casal decidiu migrar para São Carlos, na casa da mãe de Karol, no bairro Cidade Aracy, imaginando que as condições de emprego no interior estariam melhores. Entretanto, dividir a casa de dois cômodos com 8 pessoas da família de Karol não era tarefa fácil, mas foi lá que Karol recebeu o chamado de Deus para se inscrever no Programa Minha Casa Minha Vida. Karol conta que sua mãe sempre abriu a garagem de sua casa para celebrar cultos evangélicos e, em um desses cultos, o pastor *revelou que Deus iria me dar uma chave, só que não falou que era de uma casa (...) só falou que era de um desejo que eu queria muito. E o que eu pedia muito para Deus era o nosso canto. (...) Para Deus nada é impossível.* Foi nesse momento que ela procurou se informar melhor sobre o PMCMV, que *já tinha ouvido falar*, mas não acreditava que conseguiriam. Foi por meio de sua fé que se arriscou a se inscrever e foi contemplada, mudando-se para o Jd. Zaváglia, em 2011. No entendimento de Karol, o acesso ao programa ocorreu em primeiro lugar como uma providência divina e não como direito social. Aqui, as justificativas divinas a respeito do “ganhar a casa”, tanto por Karol como por Bela, aproximam-se, embora Bela pontue muito sua luta individual.

Quando o casal foi contemplado com uma casa no Jd. Zaváglia, eles tiveram a oportunidade de escolher uma casa de esquina, que, segundo Karol, foi motivada pelo fato do terreno ser um pouco maior; assim, ela poderia *tocar um comércio* na residência enquanto seu marido trabalhava fora. Entretanto, não

foi isso que aconteceu: devido ao desemprego de Karol e ao emprego de baixa remuneração do marido, eles nunca conseguiram dinheiro para montar a vendinha. Karol conta que a maioria de seus trabalhos se deu sem registro e a alternância de emprego sempre foi muito presente: já trabalhou colhendo laranja e café, panfletando, como vendedora ambulante, faxineira e ajudante de gesseiro. De modo geral, acredita que passou a maior parte de sua vida desempregada ou em empregos informais. Já Roberto apresenta uma trajetória de trabalho com empregos mais duradouros e com registro na carteira, sendo ele o responsável financeiro da família. Sua trajetória inclui trabalho no ramo metalúrgico, auxiliar de produção, carregador, firma de fundição e cobrador de ônibus. Entretanto, atualmente, Roberto faz bicos de jardineiro e pedreiro. Ele comenta que a situação está muito difícil, obrigando-o a aceitar qualquer tipo de trabalho ou *bico* mesmo que o pagamento seja baixo ou não condizente com o serviço.

Entre um cigarro e outro que Roberto fumava durante a conversa, desabafava os momentos difíceis que passaram naqueles últimos dois anos: a pobreza, o desemprego e a fome. O casal revelou que, mesmo com a casa própria, o ano de 2017 estava sendo um dos piores momentos de suas vidas: *parece que nossa vida parou depois que mudamos para cá*. A falta de emprego, as contas de água e luz acumuladas sem pagamento e a falta de dinheiro para comida ou para os deslocamentos diários tornavam cada dia um desafio de sobrevivência. A filha dependia da ONG instalada no bairro para poder tomar café da manhã e almoçar. O casal era beneficiário do PBF, mas os 124 reais que recebiam não era muita coisa: *ele seria muito útil para complementação de renda, não somente como renda*, diz Karol.

No meio desse cenário desanimador, tudo o que o casal pensa é em alugar a sua casa e voltar para São Paulo, em busca de emprego. Karol acredita que, em São Paulo, as chances são maiores no ramo do trabalho informal. Ela relata que tinha mais facilidade para conseguir *uns trocados*, vendendo bolo ou salgado em pontos de ônibus, sempre *dava para voltar com um dinheirinho para casa*, coisa que não ocorre em São Carlos. Entretanto, o medo de perder a casa conquistada é uma grande barreira, uma vez que alugar ou vender o imóvel é uma prática ilegal perante as regras do PMCMV-1. Outro fator que não permite a mudança é a religião. Durante a entrevista, a moral cristã¹³ apareceu como um elemento muito forte na vida do casal. Neste caso, *Deus* deu a casa para eles e

13 Cabanes (2011) chamou de “saída religiosa” quando os indivíduos ou grupos sociais usam o nome de deus (ou outras entidades) para justificar seus destinos ou escolhas. Embora o autor tenha utilizado esse termo para compreender a teologia da libertação, parece-nos ser possível o paralelo para compreendermos como as configurações religiosas têm potencial de ordenamento do mundo cotidiano.

não seria de bom grado abandoná-la e se mudar, mesmo que a situação não seja favorável: é preciso confiar nos planos *Dele*.

Ao final da nossa conversa, Karol reafirma sua cosmovisão cristã: *Eu não tenho amor em bens materiais, eu tenho amor ao próximo, no ser humano. Por que eu acho assim, as pessoas têm que pensar que o sol brilha para todos, basta você correr atrás dos seus objetivos. Porque do mesmo jeito que eu consegui, você também vai conseguir.* Aqui, além da questão religiosa, o caráter meritocrático se revela: *basta você correr atrás (...) eu consegui, você também vai conseguir.* Podemos fazer novamente um paralelo com a trajetória de Bela, que evoca a sua disposição como fator fundamental no “ganhar a casa”.

Observamos que a trajetória do casal, assim como a trajetória de seus avós e pais, revela a migração como um projeto constante na tentativa de melhorar de vida (Durham, 1978). O casal migrou para diversas regiões dentro do estado de São Paulo, até se estabelecerem em São Carlos. Agora, mesmo com a casa própria, o desejo/necessidade de migrar reaparece. Mas, com um contrato assinado do PMCMV-1, eles não podem sair, alugar ou vender a casa por um longo período de tempo, imobilizando-os naquele lugar. Nesse cenário, ter um teto, mas não ter o que comer ou onde trabalhar produz uma situação de vulnerabilidade por meio da imobilidade forçada. Revela-se também na fala de Karol uma questão de escala urbana: em São Paulo, ela acredita ser mais fácil viver da informalidade; em São Carlos, não. Ainda é válido ressaltar que, mesmo que se concretizasse o sonho de Karol de abrir um pequeno comércio em sua casa, essa prática seria considerada ilegal perante o Estado, uma vez que haveria um desvio de finalidade do uso do imóvel¹⁴.

Com base nesse exemplo, podemos observar que o modelo do PMCMV-1 calcado na propriedade privada do imóvel, na finalidade de uso exclusivo habitacional, somada à imobilidade forçada, encontra seus limites na busca pelo enfrentamento do déficit habitacional e na melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, assim como na geração de renda. Somado a isso, a localização do imóvel resultado da prática largamente empregada pelo PMCMV-1 de construir grandes lotes homogêneos nas periferias da cidade, que favoreceu massivamente a cadeia imobiliária, ignorou todas as suas questões transversais relacionadas ao direito à cidade, como mobilidade, acesso à saúde, educação, lazer, emprego

14 Em entrevista em 2017, o ex-presidente da PROHAB revelou que seria necessário que as casas fossem aprovadas com uso misto, e ainda apontou que “está acontecendo no próprio Zaváglia. As pessoas que investiram [em um comércio na casa] fora da área destinada ao comércio estão com ação civil para tirar eles de lá. Pessoas que hoje vivem... Que a subsistência da família está vinculada com a atividade comercial dele”.

etc., promovendo muitas vezes maior precariedade e vulnerabilidade na vida dos beneficiários do PMCMV-1.

Neste caso, o Estado se faz presente na vida de Karol e Roberto de modos distintos, seja por meio do PMCMV, pelo PBF ou mesmo pela ameaça constante de reapropriação da casa se eles a alugarem, venderem ou construírem uma vendinha na garagem – estratégias que poderiam ser adotadas na busca de uma fonte de renda. Junto com os modos de ordenamento do Estado, a religião também se faz presente, nesse caso, disputando os sentidos de “ganhar” a casa – foi obra divina ou resultado de uma conjuntura política? Pela perspectiva de Estado de Das e Poole (2008), notamos diversas racionalidades, agentes e sentidos, produzindo ações que, às vezes, podem aparentar serem contraditórias, como, por exemplo, oferecer certa “proteção social” por meio de um programa habitacional, ao passo que produz vulnerabilidade e ilegalidades ao não promover condições de adequadas de manutenção do cotidiano das populações pobres. Entretanto, se olharmos para os programas sociais, instituições e seus respectivos desenhos, operadores, relações e as práticas, compreendemos a heterogeneidade que forma essa figura chamada Estado, que produz, em negociação com a população, o cotidiano.

2.3 “Perder casa” – remoções e transitoriedades¹⁵

Gisele morou na casa de seus pais, no bairro de Jundiapéba, Mogi das Cruzes (SP), até conhecer Lucas. Aos 21 anos, eles *se juntam* para “fazer a casa” (Araujo Silva, 2017; Motta, 2014) no terreno em que a mãe de Lucas morava, situado no mesmo bairro. Lucas *tinha mais condições* e a casa que construíram, de alvenaria, era *mais estruturada* do que a que morava com seus pais. Após um ano, o casal teve a primeira filha e as outras duas *vieram tudo em escadinha*. Nessa época, Gisele não trabalhava e centrou a vida nos cuidados das filhas, enquanto Lucas trabalhava com vendas, o que proporcionava à família uma vida confortável.

Quando Gisele estava grávida da terceira filha, eles decidiram se separar. Lucas foi morar em São Paulo, onde parte de sua família residia. Nesse mesmo período, a mãe de Lucas decidiu vender a casa e Gisele ficou sem ter onde morar. Grávida de quase oito meses, Gisele foi *morar de favor* na casa de seu irmão. Mas, logo após o nascimento da filha, *não aguentava mais morar lá*. Ficou

15 Esta etnografia foi realizada entre os anos de 2018 e 2020 em Mogi das Cruzes/SP, no bairro Jundiapéba. Nesse território, 61 famílias “perderam” suas casas em uma ação de reintegração de posse solicitada pela empresa de transmissão de energia elétrica.

sabendo de um terreno onde o pessoal estava construindo *barracos* e essa foi a saída encontrada por Gisele: *eu tava desempregada, não tinha onde morar, vivendo de favor e com três crianças pequenas, não tinha condições de manter as crianças, ainda mais de poder pagar um aluguel.*

Naquela época, não era necessário pagar pelos terrenos: *enquanto tinha espaço nos terrenos vazios, era só chegar.* Foi assim que Gisele fez. O terreno estava situado no perímetro das linhas de transmissão de energia elétrica, considerada uma “área de risco”¹⁶. Embora satisfeita com a moradia e com a autonomia adquirida, nesse período, ela passou a ter problemas com os vizinhos, especialmente por conta de uma mulher que sofria violência doméstica do marido. O conflito assume um caráter cada vez mais intenso até Gisele ser também ameaçada pelo vizinho. Nesse mesmo período, por volta do ano de 2013, Dona Cida convidou Gisele para ocupar outro terreno, em outra parte do bairro, mas também *embaixo da torre de energia*. Dona Cida era conhecida no bairro por ocupar os terrenos vazios para *fazer negócio* e Gisele, diante das ameaças constantes feitas pelo vizinho, decidiu refazer a casa: *peguei o material que tinha usado para construir lá, as telhas, madeira e fui construir no terreno junto com a Dona Cida.*

Gisele costuma evidenciar a sua força em aguentar morar no *barraco*, mesmo com todas as adversidades. Diferente do *barraco* anterior, este era bem menor. Havia também os desafios em garantir a infraestrutura, especialmente água e luz nos domicílios, mas que logo foi resolvido pelos próprios moradores com os famosos *gatos*. Como o terreno era grande, Dona Cida permitiu que os ocupantes dividissem seus lotes com outras pessoas e Gisele compartilhou a sua parte com as suas duas irmãs, que também fizeram seus *barracos* lá.

Após alguns meses da ocupação, Gisele e os demais moradores receberam notificações sobre o processo de reintegração de posse solicitado pela empresa responsável pela transmissão de energia. De acordo com a concessionária, as famílias sofriam “risco de vida” ao viver nessas áreas, mas também a presença

16 O risco enquanto categoria é um debate realizado desde alguns autores na sociologia (Beck, 2010) e antropologia (Douglas, 1983), como também na perspectiva que relaciona governamentalidade e risco (Foucault, 2008; O'Malley, 2009; e outros). Em consonância com essa discussão e com base nos achados empíricos, verifico que o risco está incorporado na gramática e no cotidiano dos moradores. No entanto, os sentidos atribuídos para “risco” não são os mesmos compreendidos pela empresa concessionária de energia elétrica. Para Gisele, morar na “área de risco” significa não dever mais favor aos seus familiares e adquirir autonomia em suas ações. O “risco”, por sua vez, está atribuído às ameaças constantes de perder a casa e os efeitos produzidos por essas remoções. Sofrer um acidente em virtude da proximidade com as linhas de transmissão de energia não está no repertório do plausível de Gisele, que nunca viu um acidente ocorrer, mas já viu e vivenciou perdas de casas.

das casas no perímetro das linhas de energia trazia risco para “o fornecimento de energia elétrica”.

O processo de reintegração de posse tramitou no judiciário durante cinco anos. Nesse período, Gisele e seus vizinhos permaneceram na “área de risco”. Em 2018, o processo é então deferido em favor da empresa, sem a obrigatoriedade de contrapartidas habitacionais. Se o risco era um fator intermediário entre segurança e destruição (Beck, 2010), o evento da reintegração de posse era a determinação da ação: *Eles chegaram de madrugada (...) Quando deu 6hoo não podia tirar mais nada. Chegaram cheio de polícia, tudo armado marchando. Parecia uma cavalaria (...) eles tiravam a gente da casa e a máquina passava derrubando. (...) Ai deram um papel e a ordem para derrubar, era um oficial de justiça e aí derrubaram”*.

Com os corpos e casas resistindo até o último momento, Gisele conta que não havia a menor possibilidade de *enfrentar a polícia* e, em poucas horas, a remoção aconteceu. É possível afirmar que, na maior parte dos casos, as reintegrações de posse são marcadas pelo “uso da força física” (Weber, 2009) como forma de coerção para inibir e reprimir qualquer reação popular. Podemos compreender que, juntamente com a ação policial, o uso de dispositivos de controle e segregação dos indivíduos “potencialmente perigosos” são acionados. A desumanização dos indivíduos, enquanto categorias presentes e reforçadas, está atrelada à imposição da autoridade e sobretudo o uso da força física transformada em fonte legítima em ações policiais, como ocorre no caso analisado.

A demolição das casas, realizada por retroescavadeiras, era assistida pelos policiais, assistentes sociais, oficiais de justiça e moradores. Como relatado por Josefa, mãe de Gisele: *nossa senhora foi o dia mais triste da minha vida, pior do que morrer uma pessoa, não gosto nem de lembrar daquele dia que já me sinto mal*. O espaço físico da casa de Josefa, por sua vez, não dava conta de abrigar as três filhas, netos e genros. A estratégia então era alternar a estadia na casa da mãe e de alguns vizinhos. Ao mesmo tempo, precisavam também cuidar dos pertences que ficaram na rua: *o pouquinho de coisa que a gente tinha ficou espalhado na rua, geladeira, móveis, roupas, tudo espalhado*. Revelavam o cuidado entre eles e passavam a maior parte dos dias e noites na rua.

O evento extraordinário, presente na “exceção ordinária”¹⁷ (Pierobon, 2018), foi marcado por tamanha violência, impactando a saúde mental de Gisele. Até

17 De acordo com a autora, alinhada teoricamente com Veena Das (2015), “o cotidiano de pessoas que vivem em exceção ordinária não é o lugar do óbvio e da repetição, mas o lugar em que eventos extraordinários acontecem no dia a dia e fazem com que as pessoas precisem reabitar o mundo a cada novo acontecimento” (Pierobon, 2018: 51).

hoje, ela toma remédio controlado e frequentemente relata sofrer com crises de ansiedade e pânico relacionadas à perda da moradia. Segundo ela: *Eu não podia ver ninguém batendo na porta que eu já achava que era uma notícia, a gente não podia ver um trator ou um ônibus que a gente já achava que tava cheio de polícia dentro, então atingiu muito minha saúde.*

Gisele relata também sobre as duas tentativas de *tirarem seus filhos*. O primeiro momento foi no dia da reintegração: *tinha uma assistente social, não sei bem o que era, mas ela perguntava para a gente se ia deixar as crianças em algum abrigo, alguma coisa. Eu disse que não, que onde eu ficasse eles ficariam comigo*. Depois de alguns dias da remoção, Gisele foi denunciada para o Conselho Tutelar por maus tratos e abandono dos filhos, uma vez que as crianças estavam passando longos períodos na rua. Gisele considera que a denúncia estava relacionada à grande repercussão nas mídias da cidade sobre o caso da reintegração, junto com a foto de Gabriel, seu filho de 3 anos, deitado ao lado de uma fogueira na rua.

Mais uma vez, a violência do Estado se manifestava. Não bastava terem tirado a sua casa, a remoção teve também como efeito a ameaça de perder a guarda dos filhos. Ao mesmo tempo, faz-se presente a culpabilização frente à moralidade da mulher que não dá conta dos cuidados maternos (Fernandes, 2011), ou ainda, como se *as escolhas* de Gisele colocassem a família em condição de “vulnerabilidade”. A situação gerou comoção dos vizinhos que advogaram a favor de Gisele e, como ela disse, *colocaram eles (Conselho Tutelar) para correr*.

Por mais que tenha sentido os efeitos do Estado, Gisele e sua rede familiar e de amigos reagiram a eles. As práticas políticas de vida nas margens também moldam as práticas de regulação e disciplina do que nomeamos como aparelho estatal. A situação vivida por ela nos permite enxergar o Estado na imanência, nas práticas, relações, agentes, documentos e não apenas nas instituições enquanto algo transcendente. Permite reconhecer os efeitos do Estado nas margens, como ele é formado continuamente na vida diária. Há momentos em que o Estado se faz progressivamente como uma institucionalidade complexa, mas há momentos em que ele é reificado, encarnado como uma instância última da regulação social (Vianna e Lowenkron, 2017).

Se, por um lado, a perda da casa era uma situação incontornável para manutenção das atividades cotidianas, como levar as crianças para a escola, por outro, as faltas (enquanto condicionalidades do PBF) poderiam acarretar no bloqueio do benefício. Viver na fronteira do conflito, em que as práticas oscilam entre tolerância, acordos e repressão (Telles, 2006), faz com que mulheres como Gisele administrem cotidianamente as perdas e estabeleçam estratégias de sobrevivência.

Hoje Gisele vive em uma casa feita de madeira em uma parte do terreno cedido provisoriamente pela mãe. Ela tem apenas um cômodo e duas camas, que divide com seus seis filhos. Desde que perdeu a casa, na reintegração de posse de 2018, a moradia que considerava improvisada se tornou definitiva. A mudança de moradia está rotinizada no seu cotidiano, desde a saída da casa dos pais para diversas casas nos quarteirões adjacentes. Ainda assim, sempre esteve no mesmo bairro. Gisele e sua família continuam residindo próximos às torres de alta tensão de energia, mesmo sendo essa a justificativa da sua remoção, o risco.

A história de Gisele lança luz para as práticas de poder e como se faz Estado nas margens (Das, 2004; Das e Poole, 2008). Também nos mostra os paradoxos dos efeitos de Estado nos cotidianos. Gisele, por sua vez, tenciona e questiona a atuação do Estado quando pergunta: *como cumprir as condicionalidades do Bolsa depois de perder a casa?* Gisele entra em disputa e luta política ao refazer suas casas a cada evento extraordinário, ousando esperar e tecer outros horizontes para o agora, ou para o futuro.

3. Os efeitos cotidianos do Estado nas margens e outras formas de ordenamento¹⁸

Dentro do debate sobre o acesso à renda e à moradia nas cidades, os processos de vida e de casas de Bela, Karol e Gisele nos apontam para os efeitos e as reconstruções cotidianas da atuação do Estado nas margens. Enquanto espaços territoriais e lugares de práticas, as margens redefinem constantemente os modos de ordenar e legislar, implicando em (i) mobilidades da população. Com base nos achados empíricos conectados com as discussões de autoras como Das e Poole (2008), pudemos compreender a atuação do Estado como o centro das práticas em que há simultaneamente “promessas da garantia” e “ameaças”.

Como vimos, o Estado se faz presente em todas as trajetórias, seja na forma de políticas sociais, como o PBF e o PMCMV, seja com a força policial desalojando as moradoras das suas casas ou na ameaça de desapropriação da casa com comércio do PCMV-1. Em relação aos programas sociais e à gestão da pobreza (Rizek, 2013), os dois programas se entrecruzam com muita frequência e se tornam fundamentais no cotidiano das famílias populares.

18 Por ordenamento social, compreende-se um complexo orgânico de práticas que, por meio delas, produz-se uma disposição de conduta, hierarquias e códigos organizados e complexos, caracterizando a própria ordem social. Também entendemos que o Estado não é o único que produz ordem social (Silva, 2004). A religião e o crime, por exemplo, também coexistem com o Estado nos cotidianos das periferias urbanas enquanto regimes normativos (Feltran, 2014, 2020).

Um exemplo claro sobre “promessas de garantia” e “ameaças” é o caso de Karol, que sonhava em construir um pequeno comércio em sua casa. Entretanto, essa prática é considerada ilegal perante ao Estado. Por outro lado, o local onde mora é fruto de uma política social que produz uma imobilidade forçada em um bairro segregado, quase sem nenhum equipamento público ou privado que atendesse às necessidades da população. Nesse sentido, um comércio construído na unidade habitacional poderia tanto colaborar com a renda familiar quanto suprir a demanda por equipamentos de consumo e movimentar a economia local. Entretanto, a saída apresentada pelo Estado é a punição. Como citado anteriormente, no caso do Jd. Zavália, a prefeitura estava prestes a autuar algumas casas e, talvez, até pedir reintegração de posse. Assim, até mesmo as formas de “viração” são reduzidas devido à imobilidade forçada imposta pelo PMCMV-1.

Assim como para Karol, os processos de vida de Bela nos mostram que “ganhar a casa”, ou seja, ser titular do PMCMV-1 e ter acesso a uma casa própria, não necessariamente traz estabilidade. Por um lado, isso permitiu que Bela não passasse por deslocamentos forçados. Porém, as escolhas sobre suas mobilidades cotidianas foram comprometidas. Sendo assim, os significados sobre os processos de “ganhar a casa” são ambivalentes, bem como os efeitos do Estado.

Outro caso emblemático apresentado foi o da Gisele. Despejada violentamente, com a justificativa de viver em “área de risco”, perdeu sua casa, foi acusada de negligência no cuidado de seus filhos e ameaçada de ter o benefício do PBF bloqueado por não cumprir as condicionalidades de frequência escolar dos filhos. Notamos que diversas ações do Estado, postas em prática por agentes e racionalidades diferentes, obrigaram Gisele e seus filhos a se deslocarem com emergência e refazer a casa em outra “área de risco” na tentativa de garantir a subsistência, resultando no aumento da precariedade da vida.

Para além das formas de ordenamento do Estado, concorrem e/ou dialogam com ele outras instituições e formas de ordenamento como a família, a igreja e o crime. Claramente, nas três trajetórias, o papel da rede familiar no amparo das questões habitacionais é fundamental: a casa da sogra, da mãe, do cunhado, dos irmãos etc. se tornam espaços estratégicos para a manutenção da vida e da família. A família se ampara tanto na questão habitacional quanto na questão do trabalho: a rede de indicações para empregos é um fator muito importante. Por fim, a igreja também aparece com seu lugar de destaque nas primeiras trajetórias. É pela mediação das socializações na igreja que Bela se casa e Karol busca o acesso ao PMCMV. Também é a igreja, especialmente de orientação neopentecostal, que fomenta parte da ideologia meritocrática e individual que

aparece em ambas as trajetórias. A esfera dos direitos sociais se dilui na esfera da religião e da meritocracia: Eu conquistei porque Deus indicou e eu fui atrás.

4. Considerações finais

Com as lentes para os processos de vida, mais especificamente para “a vida das casas” (Araujo Silva, 2017), que estão relacionadas às casas vividas e experienciadas por Bela, Karol e Gisele, buscamos fugir da caracterização da casa enquanto *locus* da estabilidade. Nesse sentido, as contribuições analíticas de Motta (2014) e Araujo Silva (2017) foram fundamentais para pensar o “fazer a casa”, sendo essa “uma representação nativa que encerra o ideal da autonomia, contidos também nas expressões ‘começar a vida’ e ‘andar com as próprias pernas’, ‘quem casa quer casa’” (Araujo Silva, 2017: 110). Nas mais variadas interações ao longo do processo das pesquisas, o “fazer a casa” esteve presente, assumindo inclusive um caráter intergeracional, evidenciando as práticas dos sujeitos em busca por autonomia, liberdade, independência e sentido para as vidas.

O mesmo ocorreu em relação ao “perder a casa”, um evento extraordinário, presente no cotidiano, como uma “exceção ordinária” (Das, 2004; Pierobon, 2018) de centenas de milhares de famílias que residem em “áreas de risco”, seja pelas remoções e despejos, mas também pela dificuldade em pagar o aluguel, nas relações de favor ao habitar determinadas casas, entre tantos outros processos. Ainda, foi possível compreender, frente às ameaças de “perder a casa”, as mais variadas estratégias de resistência para “refazer a casa”.

Nesse processo, as categorias por vezes se embaralham, cruzam-se e entrelaçam. Ou seja, as dinâmicas que produzem os espaços urbanos não são estanques. É justamente na fluidez, nas fronteiras entre as categorias “fazer” e “perder” a casa que compreendemos que essas estão sempre “em configuração”. Assim, não são entidades isoladas em si, mas se reconfiguram a todo momento, em um processo social dinâmico, tecido pelas relações sociais dentro e entre casas.

O encontro de três pesquisas etnográficas que utilizam a descrição e análise de trajetórias e das vidas cotidianas de mulheres moradoras de periferias urbanas brasileiras teve como proposta pensar os deslocamentos e continuidades na representação das “periferias”, especialmente na representação da “casa”. Com o olhar voltado para a temática da pobreza, pudemos analisar as transformações recentes nas e das periferias, sobretudo pelo viés das políticas de habitação social e de transferência de renda produzidas no lulismo, tão centrais nas últimas décadas.

Por fim, notamos que o Estado não pode ser compreendido como uma figura homogênea, pois os seus sentidos, agentes, práticas e efeitos são diversos

e atingem grupos sociais de maneiras distintas e ambivalentes: provém a casa própria, mas as condições socioespaciais colocam as famílias em situação de maior vulnerabilidade. O trabalho informal e ilícito, uma das saídas para enfrentar a pobreza, é criminalizado pelo próprio Estado. Por outro lado, o Estado desaloja e pune as famílias sem casa, dificultando a guarda do filho, o acesso à educação e saúde. Como nos mostra Das e Poole, o Estado não é monolítico e acomoda diversas lógicas, significados e atores. Evidenciamos como os processos de “ganhar” e “perder” casas tensionam essas formas de representação e, mais precisamente, como a vida cotidiana dessas três mulheres disputam os sentidos do “viver” nas margens, do “morar” nas periferias – sentidos que estão em constante redefinição e (i)mobilidade.

Referências

- ARAÚJO SILVA, Marcella Carvalho de. *Obras, casas e contas: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos, no Rio de Janeiro*. 292f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo, Editora 34, 2010.
- BREDA, Thalles Vichiato. *Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social: agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 296f, 2018.
- CABANES, Robert. Proletários em meio à tormenta neoliberal. Tradução: RIZEK, Cibele S. In: CABANES, Robert; et al. (Org.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. Tradução de F. Ferrone; C. S. Rizek. São Paulo, Boitempo, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 2003.
- CUNHA, N. V.; FELTRAN, G. S. (Orgs.). *Sobre Periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Lamparina & FAPERJ, 2013.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Traducción: DAELS, María; PIÑEIRO, Julia. *Cuadernos de Antropología Social*. n. 27, 2008, pp. 19-52.
- DAS, Veena; RANDERIA, Shalini. Politics of the Urban Poor: Aesthetics, Ethics, Volatility, Precarity: An Introduction to Supplement 11. *Current Anthropology*, v. 56, Supplement 11, 2015.

- DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley, University of California Press, 2004.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*. Berkeley, University of California Press, 1983.
- DURHAM, Eunice. *A Caminho da Cidade*. Editora Perspectiva, 1978.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. In: *Caderno CRH*. Salvador, v. 27, n. 72, set./dez., 2014.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *The entangle city: crime as urban fabric in São Paulo*. Reino Unido, Manchester University Press, 2020, 288p. FERNANDES, Camila. "Ficar com": Parentesco, criança e gênero no cotidiano. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca; LAGES, Mauricio Piatti. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 123, pp. 121-142, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo, Martins Fontes, 2008, pp. 37-116.
- HARAWAY, Donna. "Situated knowledges: the sciences question in feminism and the privilege of partial perspective". *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, pp. 575-599, 1988.
- HILL COLLINS, Patricia. "Intersectionality: a knowledge project for a decolonizing world?". Comunicação ao colóquio Internacional Intersectionnalité et Colonialité: Débats Contemporains, Université Paris Diderot, 28 mar., 2014.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo soc.* [online]. v. 26, n. 1, pp. 61-73, 2014.
- JIRÓN, Paola; SINGH, Dhan Zunino. Dossier. Movilidad urbana y género: experiencias latinoamericanas. *Revista Transporte y Territorio*, n. 16, pp. 01-08, 2017.
- MALLAK, Fernanda. Kagan. *Entre trajetórias do "fazer a casa" e "perder a casa": remoções, mobilidades e produção de territórios na Região Metropolitana de São Paulo*. Exame de Qualificação (Doutorado em Sociologia), Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, 2020.
- MARCELIN, Louis HERNES. A linguagem da casa entre os negros do Recôncavo Baiano. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 5, pp. 31-60, 1999.
- MANO, Apoena. Morro de medo: homicídios em trajetos interrompidos no circuito das favelas "pacificadas" da zona sul carioca. *Ponto Urbe*. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 28, 2021.
- MOTTA, Eugênia. Houses and economy in the favela. *Vibrant*. Florianópolis, v. 11, pp. 118-158, 2014.

- O'MALLEY, Pat. Governmentality and risk. Social theories of risk and uncertainty: An introduction. *Legal Studies Research Paper*, n. 09/98, set. 2009.
- PIEROBON, Camila. *Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate*. 324 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- PINHO, Isabela Vianna. *Casa de mulher: os circuitos cotidianos de cuidado, dinheiro e violência em São Carlos/SP* / Isabela Vianna Pinho. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 201f, 2019.
- RIZEK, Cibele Saliba. Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza. In: *Caderno de debates: juventude e direitos na cidade* [S.l: s.n.], 2013.
- SHELLER, Mimi. *Mobility Justice. The Politics of Movement in an Age of Extremes*. London, Verso, 2018.
- SILVA, Luiz Antonio Machado. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 19, n. 1, pp. 53-84, jan./jun. 2004.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. (Org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Humanitas, 2006.
- UTENG, Tanu Priya; CRESSWELL, Tim. *Gendered mobilities*. Hampshire, Ashgate ed. [s.l.] Ashgate Aldershot, 2008.
- VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, v. 1, n. 51, p. 01, 2017.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2009.
- ZELIZER, Viviana. Dinheiro, poder e sexo. *Cad. Pagu* [online]. n. 32, pp. 135-157, 2009.

Recebido em: 29/04/2021

Aprovado em: 22/11/2021

Como citar este artigo:

PINHO, Isabela Vianna ; BREDA, Thalles Vichiato e MALLAK, Fernanda Kagan. “Ganhar” e “perder” casa: as (i) mobilidades de mulheres nas periferias paulistas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 2, maio - agosto. 2022, pp. 545-567.





A ORIGEM NÓRDICA DO CEARENSE E OS EFEITOS DA BRANQUITUDE NO ESTADO DO CEARÁ

Thiago Silva de Castro¹

Resumo: Discorro, neste artigo, sobre o embranquecimento discursivo da população do Ceará, tendo por base a ideia de origem nórdica do cearense, construção discursiva que veio à tona no final de julho de 2020, quando uma pesquisa encomendada a um laboratório estadunidense analisou os genes de 160 habitantes do estado e chegou à conclusão de que a genética predominante na população seria a mesma dos povos nórdicos. Ao analisar a questão, busco situar essa narrativa dentro de um panorama discursivo monopolizado historicamente pela branquitude, o que aponta para a sustentação de uma autoimagem embranquecida do estado, a qual tem como efeito a minimização da contribuição de grupos não brancos na constituição étnico-cultural do Ceará, embora os dados populacionais relativos ao estado digam o contrário.

Palavras-chave: Branquitude. Raça. Discurso. Ceará.

THE NORDIC ORIGIN AND THE EFFECTS OF WHITENESS IN THE STATE OF CEARÁ/BRAZIL

Abstract: *This paper discusses the discursive whitening of the population of Ceará/Brazil based on the idea of the Nordic origin of Ceará, a discursive construction*

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) – Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza – Brasil – thiagonoda@hotmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-0652-8589> - Bolsista CAPES

that surfaced in late July 2020, when a research commissioned to an American laboratory analyzed the genes of 160 inhabitants of the state and came to the conclusion that the predominant genetics in the population would be the same as that of the Nordic peoples. When analyzing the question, I seek to place this narrative within a discursive panorama historically monopolized by whiteness, which points to the support of a whitened self-image of the state, which has the effect of minimizing the contribution of non-white groups in the ethnic-cultural constitution of the country Ceará, although population data for the state say otherwise.

Keywords: Whiteness. Race. Speech. Ceará/Brazil.

EL ORIGEN NÓRDICO Y LOS EFECTOS DE LA BLANQUEDAD EN EL ESTADO DE CEARÁ/BRASIL

Resumen: En este artículo, analizo el blanqueamiento discursivo de la población del estado brasileño de Ceará a partir de la idea del origen nórdico de sus habitantes, construcción discursiva que afloró a finales de julio de 2020, cuando una investigación encargada a un laboratorio estadounidense analizó los genes de 160 habitantes del estado y llegó a la conclusión de que la genética predominante en la población sería la misma que la de los pueblos nórdicos. Al analizar este hecho, busco situar tal narrativa dentro de un panorama discursivo históricamente monopolizado por la blanquedad, que indica la idealización de una autoimagen blanqueada del estado, que tiene el efecto de minimizar la contribución de los grupos no blancos en el proceso de construcción étnica y cultural de Ceará, aunque los datos poblacionales del estado apuntan lo contrario.

Palabras clave: Blanquedad. Raza. Discurso. Ceará/Brasil.

Introdução

Eu sou da terra da luz, eu sou do Ceará
(Italo e Renno)

O trecho que escolhi como epígrafe de abertura para este texto foi retirado de uma música bastante popular no estado do Ceará, chamada *Ceará Terra da Luz*, da dupla de músicos Ítalo e Renno. Ele faz referência à principal alcunha usada para qualificar o estado: *Terra da luz*. Quando eu era criança, pensava que esse apelido tinha relação com as fortes temperaturas do estado, em razão

do Sol abundante em seu território durante o ano quase todo, até descobrir que isso se devia a outro motivo. O Ceará foi o primeiro estado brasileiro a abolir oficialmente a escravidão, o que se deu no dia 25 de março de 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, que sancionou a libertação dos escravizados no Brasil – ao menos, no papel. Teria sido esse o motivo de tão reluzente título, já que o movimento abolicionista do estado teria dado um passo à frente, tornando-se um símbolo de luta em favor da liberdade.

Apesar de tão importante contribuição, a verdade é que a história dos povos étnicos que ajudaram a construir o estado nunca esteve no centro dos debates sobre a construção de uma *identidade cearense*, sendo essa composta por narrativas difusas e bastante imprecisas. Além do mais, como ocorre em todos os lugares do país, essas narrativas sempre foram propriedade de elites intelectuais e econômicas, que faziam o estado frequentemente figurar como sua imagem e semelhança. Diferente de lugares como a Bahia, estado nordestino conhecido pelo grande contingente de população autodeclarada negra, que tem sua própria história e os discursos sobre sua cultura atrelados às influências dos povos trazidos do continente africano, o Ceará constrói narrativas acerca de si que nem sempre nos dão informações contundentes sobre o papel dos negros nas produções simbólicas de sua cultura. Algo semelhante se dá em relação aos povos indígenas, embora comprovadamente o seu território tenha sido habitado por diferentes etnias nativas, o que se percebe nos nomes de muitas de suas cidades e regiões – *Cariri, Inhamuns* etc.

Embora o panorama citado se desenhe com frequência, fazendo com que o próprio imaginário sobre o estado se dilua nos referenciais genéricos acerca da região Nordeste, uma terra árida e seca, apresentada em narrativas idílicas sobre sertanejos fortes e valentes, mas também banhada por praias paradisíacas e exóticas, algo fora da curva chamou a atenção dos cearenses a esse respeito nos últimos tempos. No final de julho de 2020, uma pesquisa foi divulgada em diferentes meios de comunicação, dando conta de uma suposta *origem nórdica do cearense*. O título da matéria, publicada no portal do *Diário do Nordeste*, jornal de maior circulação no Ceará, dizia: *Origem do Cearense: nórdicos superam índios e negros na genética*. A notícia, que foi parar nos telejornais locais, provocou polêmica nas redes sociais, em que se gerou um grande debate acerca dos resultados da pesquisa.

Chamado de *GPS-DNA Origins Ceará*, o estudo teria colhido material genético de 160 pessoas de diferentes regiões e grupos étnicos do estado com o objetivo de desvendar a questão lançada pelo advogado, professor e ex-governador do Ceará Parsifal Barroso em seu livro *O cearense*, originalmente publicado em

1967. Barroso fez uma pesquisa em busca de mapear os povos que teriam originado o arquétipo do cearense, mas teria se limitado a investigações históricas documentais. Segundo as matérias que publicaram a pesquisa, ela teria se baseado no princípio de que o estudo de Parsival Barroso estaria *incompleto*, sendo a tecnologia de rastreamento genético a única possibilidade de resposta sobre a origem do cearense. As 160 amostras de DNA foram enviadas a um laboratório norte-americano, onde se constatou que o genoma indígena seria o segundo mais predominante entre os cearenses, perdendo apenas para o dos povos *vikings*, provenientes da região da Escandinávia.

Considerando as implicações contidas nesse estudo, o artigo tem por objetivo examinar os efeitos discursivos provocados por essa pesquisa, buscando refletir sobre os dispositivos raciais mobilizados por ela na produção de narrativas sobre o estado do Ceará. Nessa direção, deseja-se analisar os discursos produzidos sobre a suposta origem nórdica do cearense à luz do conceito de *branquitude*, aqui entendida, ao mesmo tempo, como o lugar de pertencimento racial atribuído ao sujeito branco e como um poder de classificação racial do *outro*. Nessa perspectiva, entende-se o *ser branco* como algo que “[...] se expressa na corporeidade, isto é, na brancura, e vai além do fenótipo” (Müller e Cardoso, 2017: 13), configurando-se como lugar material e simbólico de privilégio.

Ao levar em conta tal aspecto, busca-se pensar a ideia de *origem nórdica do cearense* como resultado da produção de um discurso que visa disputar o campo das narrativas oficiais sobre a identidade do cearense de modo a inserir o indivíduo branco no centro dessa construção, produzindo um efeito de verdade. Ressalta-se que *discurso* aqui é pensado pela perspectiva foucaultiana, entendido como objeto de desejo, ou, para usar uma expressão mais precisa, como “[...] o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1996: 10). Em linhas gerais, tendo por foco o contexto cearense, o artigo visa construir uma reflexão no campo das relações raciais brasileiras que toma o branco por objeto, buscando inverter posições históricas que geralmente tomam negros, indígenas e outras populações *não brancas* como objeto de estudo, visando assim contribuir para a minimização da “falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais [...]” (Bento, 2016: 28).

O histórico silenciamento de indígenas e negros no Ceará

A história do Ceará, embora carregue consigo inúmeras particularidades, compartilha com a narrativa histórica nacional uma infinidade de acontecimentos. Um dos mais notáveis certamente foi o desejo de embranquecer sua

população. É sabido que o Século XIX trouxe consigo uma grande carga de transformações para a estrutura da sociedade brasileira, influenciadas por mudanças ocorridas no campo científico e intelectual da época. Foi mais ou menos em meados do mesmo século que aportaram no Brasil as chamadas *teorias raciais*, no momento em que o regime escravocrata começava a dar evidentes sinais de crise para parte das elites brancas brasileiras, o que viria a desembocar nos movimentos abolicionistas. Dentre as teses defendidas por tais teorias, a de que a mestiçagem levaria as populações à degeneração era certamente uma das mais fortes. Conforme Schwarcz (2012), tais concepções também foram adotadas no Brasil; porém, elas passaram por uma releitura no sentido de negar a ideia de mestiçagem como fator necessariamente degenerativo. O projeto brasileiro apostou na interpretação de uma *miscigenação positiva*, que, em longo prazo, poderia resultar no embranquecimento da nação. Foi assim, conforme a autora, que, de modo paralelo ao processo de libertação dos escravizados, “[...] iniciou-se uma política agressiva de incentivo à imigração, ainda nos últimos anos do império, marcada por uma intenção também evidente de ‘tornar o país mais claro’” (Schwarcz, 2012: 39).

O processo citado parece ter deixado marcas profundas no Ceará, muito embora a política de imigração europeia não tenha sido uma tônica na história do estado. A ausência de discursos racializados e, por outro lado, a presença constante de narrativas que tendem a minimizar a influência de grupos indígenas e negros na constituição racial do cearense é bastante recorrente, o que se verifica inclusive em discursos oficiais. Tudo isso parece ser parte de um movimento histórico que, na maior parte das vezes, institui um modelo imagético-discursivo que, se não exclui por completo a participação dos povos não brancos na constituição cearense diretamente, frequentemente o faz pelo silêncio a respeito das peculiaridades dessas experiências. Mas, como também alerta Schwarcz (2019: 22), “[...] quando persiste o silêncio, é porque existe, com certeza, excesso de barulho”.

No que se refere às populações indígenas cearenses, suas histórias de contato com os brancos parecem estar intrinsecamente ligadas aos processos coloniais que se desenharam na região Nordeste, que, como aponta Neto (2006), não foram homogêneos. Em linhas gerais, conforme o autor, tais processos foram graduais, iniciando com as missões religiosas que se desenharam entre os Séculos XVII e XVIII em aldeamentos de catequização que abarcavam grupos indígenas de diferentes padrões culturais. Em um segundo momento, em meados do Século XVIII, promoveu-se a inserção de homens brancos nesses territórios e foram estimulados os casamentos interétnicos. Por fim, houve um

grande fluxo migratório em direção às vilas em vias de expansão, o que teria se dado sobretudo com a Lei de Terras de 1850, que resultou em um processo sistemático de extinção dos aldeamentos e na sua incorporação aos municípios em desenvolvimento. Esse movimento colonizador no âmbito da região certamente foi o grande responsável por uma grande desagregação das culturas indígenas, pois foram tecidos como processos graduais de aculturação, mistura forçada e limitação e/ou usurpação das terras em posse dos indígenas. Tais modelos de *mistura*, que tiveram como objetivo a diluição dos sistemas culturais dos povos tradicionais da terra, imiscuindo-os nos modos de vida brancos, certamente foram comuns em todo o território brasileiro. Mas é inegável que o Nordeste aparece como um exemplo forte de seus resultados, onde a presença e influência cultural indígena é constantemente pensada como algo distante.

É no interior desse quadro de silenciamento da presença indígena no Nordeste que surge o discurso sobre o *desaparecimento* dos povos indígenas em território cearense. Assim como ocorre em outros estados, a luta por reconhecimento das identidades e pela demarcação de terras é uma realidade presente no cotidiano das etnias cearenses até os dias atuais. Conforme texto publicado no site *A verdade*², em 20 de junho de 2020, existem 14 etnias reconhecidas no estado do Ceará hoje, espalhadas por 18 municípios em diferentes regiões do estado. Em geral, elas vivem uma dura realidade, ameaçadas por problemas como especulação imobiliária, desmatamentos e regulação fundiária. As dificuldades enfrentadas pelas etnias indígenas no Ceará atualmente certamente são reflexos das violações perpetradas por séculos contra seus ancestrais por parte dos poderosos do território. Segundo Neto (2006), os indígenas habitantes das terras cearenses sempre foram tratados como *sujeitos misturados* que viviam indistintamente no mundo dos brancos, narrativa que representou uma manobra por parte das elites locais com o intuito de usurpar suas terras ancestrais. A ideia da extinção dos índios em terras cearenses foi um discurso construído por latifundiários que visavam se apoderar de seus territórios. A complexidade da constituição étnica dos indígenas do estado, levada a cabo pelos processos coloniais, fora usada como justificativa para que, por muito tempo, fossem pensados como ausentes de sua população, discurso que, conforme o autor, iria se consolidar na segunda metade do Século XIX, mas que já se fazia presente desde o final do Século XVIII, quando a economia da pecuária começara a ser praticada na capitania do Ceará pelos grandes criadores de gado.

2 O texto pode ser consultado no endereço a seguir. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2020/06/a-luta-dos-povos-indigenas-no-ceara/>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

Para além dos mecanismos de mistura social citados, vale apontar que a colonização do Ceará foi levada a cabo também por meio da escravização de indígenas. Souza (2006), ao tratar sobre a ocupação branca na região do Vale do Acaraú, no norte cearense, afirma que a mão-de-obra indígena fora usada à exaustão pelos sesmeiros que se estabeleceram no local nas mais variadas atividades. Além disso, a inserção do gado e a criação de fazendas nas áreas ocupadas pelos nativos gerou incontáveis conflitos que resultaram no aprisionamento de inúmeros indígenas. Ao analisar os inventários *post mortem* de diversos proprietários estabelecidos na região, o autor constatou a presença tanto de pretos quanto de indígenas sob a posse desses homens, afirmando que a importância de tais documentos residiria

[...] na referência de escravos e indígenas terem a mesma convivência como mão-de-obra nos trabalhos nas fazendas de criar. No sertão cearense, negros da terra e da África dividiram o mundo do trabalho com a predominância, até meados do século XVIII, de indígenas, e no XIX, da escravidão africana e afrodescendentes, somando-se a esses um contingente de negros livres que buscavam os sertões cearenses (Souza, 2006: 36).

Chama atenção, além da convivência da escravidão de pretos e indígenas no Ceará, a presença de uma população livre que não se constituía apenas de brancos. Ainda conforme o autor, à medida que a ocupação do território do estado se alastrava, ela trouxe consigo um contingente significativo de pretos e pardos livres para trabalhar nas fazendas onde se cultivava a pecuária, o que demonstra que a presença das populações não brancas fora uma constante na formação da sociedade cearense não apenas na condição de escravizadas. Essas pessoas ocupavam diversos espaços no cotidiano da província tanto durante o período colonial quanto no império e certamente contribuíram ativamente na constituição étnico-cultural do estado, a despeito do silêncio imposto pela narrativa branca.

Tal como ocorre com as populações indígenas, a presença negra na história cearense também passa por um movimento de apagamento. Mas se, no caso dos primeiros, esse mecanismo se constrói com base em uma narrativa sobre seu suposto *desaparecimento*, a omissão sobre a contribuição dos negros na constituição cearense se dá com base na *pouca expressividade* do regime escravocrata no Ceará, dando a entender que isso teria limitado a ação da cultura negra no estado, identificada como *pouco marcante*. Segundo Marques (2013), esse discurso teria sido gestado no Século XIX “[...] por alguns intelectuais que defendiam a pouca influência do negro na constituição étnica e cultural do

povo cearense, numa interpretação marcada por argumentações de membros do Instituto Histórico do Ceará” (Marques, 2013: 348). Tal instituição, fundada em 4 de março de 1887 com a intenção de gerir e catalogar aspectos históricos, geográficos e antropológicos referentes ao território cearense, nasceu como parte de um projeto mais amplo de produção de entidades similares, as quais tiveram como instituição inauguradora o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado no Rio de Janeiro em 1839.

Conforme Schwarcz (1993), inspirado em iniciativas similares na Europa, o referido instituto teve como principal função a catalogação de elementos com o intuito de compor uma história nacional, servindo de base para as demais entidades que surgiram em seu rastro no país. De acordo com a autora, embora o objetivo desses institutos tenha sido o de produzir um acervo capaz de contar a história de um país que tentava perseguir uma identidade independente, por meio do subsídio do imperador e de seus influentes sócios, pertencentes a prestigiosos grupos econômicos e sociais da época, terminaram por se constituir como repartições especializadas em produzir e consolidar saberes oficializados. Um dos principais resultados disso, evidentemente, foi a produção de narrativas sobre o Brasil contadas pelo ponto de vista de uma elite branca, que desprivilegiou em muitos aspectos a participação de outros grupos étnicos nessa construção histórica, seja pelo apagamento ou pela subalternização e neutralização de suas ações. Isso também teve seus reflexos no Ceará, que parece ter optado por uma narrativa baseada na suposta “fraca” presença do elemento negro no desenvolvimento cultural do estado.

Mas a questão é que essa visão não parece ter ficado totalmente no passado. A despeito do contexto histórico de seu surgimento, esse discurso, conforme Marques (2013), reapareceria em uma importante publicação sobre os componentes culturais do estado na década de 1970, reafirmando a “inexpressividade” da contribuição negra na cultura cearense em comparação à lusitana. Tal dado demonstra de modo conciso a produção e a perpetuação de um discurso que visa, direta ou indiretamente, o reforço da ideia de um Ceará branco, trabalhando fortemente para o estabelecimento de um imaginário que despreza a histórica presença de negros, tanto escravizados quanto livres, em terras cearenses. Sobre essa presença, Souza (2006) a demonstra de modo muito explícito ao analisar a realidade da cidade de Sobral, na região norte do Ceará, com base em dados do início do Século XIX:

No senso de 1804, a população de Vila de Sobral era composta de 9.952 habitantes. Os brancos eram 2.781, pretos e pardos livres, 4.193 e pretos e pardos

escravos somavam 2.978. Ou seja, 72% da população eram compostos por negros e pardos (livres e escravos). [...] Já em 1808, para a vila de Sobral foram registrados 14.629 habitantes, sendo 3.636 brancos (25%), 397 índios (2%), 2.907 pretos (14%), 8.589 mulatos (59%). Segundo esses dados, a população afro-brasileira era de 63% (Neto, 2006: 37).

Tais dados, embora se refiram à população de uma única cidade, podem nos dar uma dimensão sobre a constituição do contingente populacional do estado. Percebe-se facilmente, apenas por esse limitado universo, que a presença negra no cotidiano da província não só era real como, em alguns casos, como o da cidade de Sobral, conseguia superar a de brancos. Isso reforça a percepção de que a narrativa sobre a inexpressividade da influência da cultura negra no Ceará está diretamente atrelada a um projeto de embranquecimento da população, que se perpetuou como uma ideia amplamente difundida.

Inúmeros são os fatores para a concretização dessa atitude, sendo um dos principais a própria popularização das teorias de caráter eugênico³ disseminadas no Século XIX no Brasil, das quais a elite cearense também se apropriou. Contudo, uma das razões certamente também foram os discursos que se produziram no período da abolição no território do Ceará. Se, no âmbito nacional, esse feito foi pintado como *um presente do Estado Brasileiro aos negros*, quatro anos antes, a libertação dos escravizados cearenses também foi noticiada como “[...] um reflexo de uma elite benevolente que supostamente teria conduzido prematuramente os negros cearenses à Abolição da escravidão” (Assunção, 2009: 07). Um dos efeitos mais fortes desse discurso foi o de produzir uma imagem estática e passiva dos negros escravizados em território cearense, o que trabalha bastante no sentido de furtar o protagonismo desses sujeitos nesse processo. Há muitos registros de fugas e tensões envolvendo senhores e escravizados na história do Ceará, demonstrando que essa relação, como em qualquer outra parte do Brasil escravocrata, fora sempre permeada por tensões. Ao tratar

3 A eugenia se configurou como um movimento científico, social e político entre o final do Século XIX e início do Século XX, tendo por foco a produção de concepções hierarquizadas sobre os grupos sociais. Influenciado pela perspectiva determinista do *darwinismo* social ou *teoria das raças*, cujo princípio via na miscigenação e na mistura racial um fator de “degeneração cultural”, o movimento eugênico pretendeu intervir na reprodução da população, visando diluir e eliminar o elemento não branco da constituição étnica no mundo ocidental. Para os defensores dessa ideia, essa ação contribuiria diretamente para o desenvolvimento dos grupos sociais, visto que o progresso era então percebido como um aspecto inerente de “sociedades puras”, livres de qualquer processo de mistura. No Brasil, esse pensamento foi levado à cabo com afincamento por parte da elite intelectual e econômica do país, tendo inclusive adeptos entre conhecidos nomes da ciência e da literatura nacional. Para mais informações sobre o movimento eugênico brasileiro, ver Schwarz (1993).

sobre a escravidão em Fortaleza no Século XIX, Assunção (2009) afirma que foram muitos os escravizados que barganharam suas alforrias por meio de estratégias comportamentais como a *fidelidade aos senhores* ou que compraram sua liberdade e a de seus filhos, fato que não deve ser visto como acomodação e conformismo dentro de um sistema de forças marcado por uma brutal desigualdade, até mesmo porque isso também teria contribuído diretamente para o enfraquecimento da base que sustentava o sistema escravocrata na província.

A campanha abolicionista no Ceará, conforme demonstra Marques (2013), desde suas manifestações até sua concretização em 1884, foi permeada por um caráter cívico que exaltava a glória dos feitos dos brancos. Além disso, mais do que guiada por questões humanitárias, essa campanha demonstrava maior interesse em aspectos econômicas, pois o entendimento geral era de que a manutenção do regime escravocrata tornaria o país atrasado, uma vez que o impediria de adentrar no universo das nações liberais. Em tal contexto, a abolição era vista como uma prova de *patriotismo* e tinha por base uma narrativa construída pelos brancos, que faziam do feito algo mais importante para eles do que para os próprios libertos. Nesse sentido, os abolicionistas cearenses “[...] promoveram a ausência do negro nas campanhas pela abolição, criando a representação de um escravo passivo e carente de lideranças” (Marques, 2013: 350). As próprias cerimônias que marcaram o acontecimento da abolição cearense, como também demonstra o autor, não foram protagonizadas por negros, reafirmando a ideia da libertação como uma conquista da branquitude abolicionista.

Diante de tal cenário, é possível refletirmos sobre o fato de que, se, por um lado, o Ceará aparece legitimamente como pioneiro no movimento abolicionista do Brasil, também toma a frente na atitude de silenciar sobre a ação dos negros na conquista da liberdade, atitude que seria seguida mais tarde pelo próprio país. Mas, no caso específico do Ceará, em virtude das particularidades do regime escravocrata em uma província considerada periférica por séculos, a estratégia de silenciamento da cultura negra parece ter ido ainda mais longe, minimizando narrativamente a contribuição de tal povo na construção identitária do estado.

Ao nos depararmos com o quadro exposto, percebemos facilmente que a história do Ceará se encontra carregada de atitudes negacionistas em relação à existência ativa de grupos não brancos na constituição de seu povo. Essa postura não se constrói por uma constatação prática da ausência de tais grupos na população do estado. Ela se constitui, na verdade, como mecanismo de *distinção* dentro de um contexto marcado por ideias racistas fortalecidas no Brasil do Século XIX, que viam na constituição étnica do país uma ameaça ao seu

desenvolvimento enquanto nação, levando a cabo um projeto de embranquecimento. O objetivo desse projeto, como nos lembra Maria Aparecida Silva Bento, sempre fora a construção do grupo branco como referencial, tendo como efeito o fortalecimento tanto de sua autoestima como de seu autoconceito em detrimento dos outros, legitimando assim “[...] sua supremacia econômica, política e social” (Bento, 2016: 22). Essa postura negacionista da qual trato aqui consiste em uma tecnologia discursiva criada pela branquitude de elite visando consolidar o Ceará como um estado de brancos, ou ao menos como um lugar onde esses se sobressairiam cultural e etnicamente; logo, como um território capaz de se distinguir dos demais dentro de um país de pretos, indígenas e mestiços.

Para Richard Miskolci (2012), a compreensão da branquitude como algo a ser investigado no âmbito das elites brancas e das relações concretas e imaginadas que essas estabelecem com os grupos não brancos “[...] exige esmiuçar as técnicas de autodomínio e autocontrole inventadas como meio de distinção e, portanto, de ‘embranquecimento’” (Miskolci, 2012: 65). Não pretendo esmiuçar essas técnicas aqui no âmbito comportamental. Mas, no nível discursivo, sua evidência se apresenta dentro de uma subjetividade sócio-histórica que estende suas raízes até os dias de hoje, em uma construção narrativa que leva ao limite a busca por distinção social dentro dos códigos simbólicos valorizados por uma discursividade cunhada por brancos. Percebe-se assim que a história do estado se encontra marcada por tentativas de embranquecimento, ora por meio de afirmação direta da ação dos brancos na constituição identitária cearense, ora por meio do silenciamento e/ou omissão do papel de negros e indígenas nessa construção.

O cearense nórdico e o embranquecimento pelo discurso

Após fazer essa reflexão sobre o histórico silenciamento dos grupos não brancos no Ceará, cabe-me agora retornar diretamente ao tema central sobre o qual se debruça este artigo: o surgimento de uma narrativa acerca das supostas origens nórdicas do cearense. Algo importante a ser citado sobre essa narrativa é que ela elabora modelos imagéticos que visam ilustrar o discurso amparado pela pesquisa que teria identificado essa origem com base nas amostras genéticas colhidas. A matéria que trata do assunto veio à público em 27 de julho de 2020, sendo publicada de forma escrita pelo jornal Diário do Nordeste⁴ e em

4 Matéria completa. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/origem-do-cearense-nordicos-superam-indios-e-negros-na-genetica-1.2970540?fbclid=IwAR1t9zvSLKsi4aahhNlSFMjSvYekMzlf5emu8NnsGT76fzsYfaHZ8SJBAYiQ>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

audiovisual no CETV⁵, telejornal local exibido pela TV Verdes Mares, afiliada da Rede Globo no Ceará. Tanto o jornal quanto o canal de televisão são pertencentes ao grupo Edson Queiroz, um conglomerado empresarial pertencente a uma família com mais de 15 empresas que atuam em diversos segmentos, desde a comunicação ao ramo alimentício, e que possui grande expressividade no estado. De acordo com as matérias publicadas, a ideia de levar em frente o estudo teria sido de Igor Queiroz Barroso, presidente do conselho administrativo do grupo e neto de Parsival Barroso, que, na década de 1960, escreveu o livro que buscava mapear a origem do povo cearense. Para o administrador do grupo Edson Queiroz, a pesquisa do avô estaria inacabada, o que o teria motivado a levar adiante a busca por ele iniciada.

Algo que chama atenção tanto no texto do site do Diário do Nordeste quanto no vídeo da reportagem exibida pelo CETV é a imagem da família que foi escolhida para ilustrar o conteúdo da pauta. Essa família é composta por uma mulher, um homem e um garoto, filho de ambos. No texto do site do jornal, a foto deles aparece em grande destaque, logo abaixo do título; já no vídeo, a imagem dos três é bastante explorada ao longo da matéria, transmitindo a sensação de que seriam uma espécie de síntese imagética do conteúdo sustentado pela pesquisa noticiada. A mulher, apresentada como uma “legítima cearense com sangue índio”, é negra de pele clara (parda), magra e de cabelos encaracolados e volumosos; seu esposo, um homem aparentemente mais velho, é alto, branco, de olhos azuis e de origem escandinava/dinamarquesa; já a criança é loira, de cabelos lisos e longos e branca como o pai, mas com alguns traços físicos da mãe, como os olhos escuros. De acordo com o repórter que conduz a matéria registrada em vídeo, “segundo a pesquisa, essa seria a principal mistura que caracteriza o povo cearense”.

Durante a entrevista realizada com a mãe do garoto, chama atenção a descrição que ela realiza em relação às características do filho, no intuito de reforçar essa mistura como traço marcante de sua personalidade e características físicas. Entretanto, ao elaborar sua narrativa acerca da identidade cearense do menino, ela foca mais nos aspectos comportamentais do que em seus traços biológicos. Para ela, fisicamente, ele teria mais características herdadas do pai, mas seu “jeito” seria “muito cearense”, recorrendo aos hábitos do garoto como justificativa para tal afirmação, como sua preferência por determinados alimentos, como farofa e feijão preto, em sua interpretação, mais ligados à cultura cearense. Em complemento a tais informações, na matéria escrita, ela diz que, dentro de

5 Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8730865/>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

casa, o menino seria *completamente dinamarquês*; mas, do lado de fora, seria *cearense*, muito embora a matéria não faça um detalhamento desse contraste. Ainda conforme o texto, um dos traços marcantes do garoto seria “a ausência de medo do mar”, exemplificado em sua prática de *kitesurf*, esporte aquático radical que consiste em se movimentar sobre uma prancha levado pelos ventos por meio de uma pipa – também chamada de *kite* – presa na cintura. Esse espírito aventureiro é apresentado na matéria como uma herança dos ancestrais *vikings*, dos quais descendem os escandinavos.

Outro ponto de destaque da matéria, embora citado de forma mais breve, é quando demonstram uma das pessoas que teriam contribuído para o estudo com seu material genético. Trata-se de Cacique Pequena, líder da tribo dos *Jenipapo-Kanindé*, etnia que vive em território pertencente ao município de Aquirás, na região metropolitana de Fortaleza. A matéria frisa que o estudo da amostra de seu DNA comprova que ela é “cem por cento indígena”, o que é bastante explorado pela matéria, no sentido de comprovar a eficácia da pesquisa com material genético. Embora a matéria indique que as amostras de DNA tenham sido colhidas de pessoas das mais variadas etnias – brancos, negros de comunidades quilombolas e indígenas –, nota-se pouca ênfase na narrativa de pessoas representativas dessa diversidade, estando ela mais centrada na família miscigenada apresentada como ilustração no discurso jornalístico e, de modo mais secundário, na experiência da representante indígena. Pessoas negras retintas (quilombolas ou não), e mesmo indivíduos de pele branca nascidos no Ceará, não são apresentados diretamente na notícia.

Vale a pena prestar atenção na narrativa em torno da família apresentada. Nela, o filho do casal, que aparece como fruto da mistura entre uma “cearense legítima” e um escandinavo, dentro do discurso sustentado pela notícia publicada tanto em vídeo quanto em texto, seria uma espécie de modelo daquilo que o cearense geneticamente seria. Aqui, faz-se necessário indicar mais uma vez as características do garoto: branco, loiro e de cabelos lisos. Vale também ressaltar o contraste entre este e sua mãe, que é apresentada como uma cearense típica: negra de pele clara, de cabelos volumosos e cacheados. A matéria do Diário do Nordeste apresenta ainda uma informação no sentido de justificar a ausência de mais pessoas loiras e de olhos claros no Ceará, segundo a qual a genética do índio local seria *muito forte*, diluindo o branco e *formando o pardo*. O texto destaca ainda que, embora tenha contribuído para a formação da população brasileira, de acordo com a pesquisa com as amostras de DNA, *o negro não teve tanta força no Ceará*. Diante disso, a escolha de uma mulher pertencente a uma etnia indígena como a única representante dos colaboradores diretos da

pesquisa genética não se dá por acaso, já que, segundo a mesma pesquisa, os genes ameríndios formariam o segundo grupo mais influente na genética do cearense. Em poucas palavras, é como se, de acordo com o estudo em questão, o DNA do cearense fosse predominantemente nórdico, mas seu fenótipo estivesse mais marcado por características indígenas.

Cabe mencionar a semelhança desse discurso com aquele que foi estruturado ainda no Brasil império e que contribuiu fortemente para o modo como a formação do país é contada ainda hoje, com grande ênfase em uma ideia de miscigenação que elege o indígena como uma espécie de símbolo passivo e romantizado dos nativos da terra e minimiza a contribuição da população negra, em benefício de um triunfo branco. Segundo Schwarcz (2012), isso foi parte do esforço do império no intuito de produzir uma história nacional oficial, que resultou em um concurso em 1844 que visava escolher uma proposta sobre *como a história do Brasil deveria ser escrita*. Conforme a autora, a tese vencedora foi a do cientista alemão Carl von Martius, que defendia exatamente a mistura de gentes e cores como o traço mais característico da população brasileira, colocando de modo inédito três raças humanas lado a lado. Martius criou a metáfora dos três rios simbolizando cada uma das três raças, sendo o maior deles aquele que representava os portugueses, o qual absorveria os outros dois, indicados como menos expressivos:

Assim, tal qual uma boa pista naturalista, o Brasil era desenhado por meio da imagem fluvial, três grandes rios compunham a mesma nação: um grande e caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menor, nutrido pelos indígenas, e ainda outro, mais diminuto, composto pelos negros. Lá estariam todos, juntos em harmonia, e encontrando uma convivência pacífica cuja natureza só ao Brasil foi permitido conhecer. No entanto, harmonia não significa igualdade, e no jogo de linguagem usado pelo autor ficava evidente uma hierarquia entre os rios/raças. Era o rio branco que ia incluindo os demais, no seu contínuo movimento de inclusão (Schwarcz, 2012: 27).

Embora a tecnologia de produção discursiva não seja necessariamente a mesma nos dois casos, percebe-se, em ambos, uma busca por contar a história de uma população com base na mistura racial. A diferença é que, no caso da história do Brasil, essa mistura foi acionada com base na observação direta dos grupos raciais presentes no contexto imperial, considerando seus diferentes lugares de poder dentro da estrutura social. No caso da pesquisa a respeito da

origem do cearense, o mecanismo utilizado para caracterizar essa mistura foi o material genético colhido de 160 pessoas. Cabe observar que, a despeito dos distintos mecanismos utilizados na produção da narrativa, o resultado parece ser semelhante: o predomínio da influência do sujeito branco, seguido de um papel coadjuvante dado ao nativo indígena e a quase inexistência da presença negra na constituição étnica.

Diretamente ou não, a pesquisa genética a respeito da população cearense parece corroborar a ideia de *mestiçagem*, a mesma que Gilberto Freyre exaltou como uma capacidade admirável do português, na qual, segundo ele, “[...] nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer se igualou [...]” (Freyre, 2003: 35). A miscibilidade portuguesa, diz o autor, teria sido a responsável por fazer seus homens se *misturarem gostosamente* com mulheres de cor, produzindo uma abundância de filhos mestiços que compensariam a deficiência de população branca no processo colonizador. É bastante espantoso notar que, conforme a retórica de Freyre, isso teria sido uma experiência harmoniosa, como se se tratasse de um grande encontro de raças sociais convivendo em pé de igualdade, não de um processo de dominação e extermínio. Gilberto Freyre refaz nos anos 1930, a seu modo, a tese de Carl von Martius como uma forma de libertar o país das teorias pessimistas sobre a mistura racial brasileira que, entre o final do Século XIX e início do XX, apontavam a degeneração como destino do Brasil. Mas, se essa narrativa representou uma saída redentora para a realidade étnica do país no nível discursivo, o *mito da democracia racial* não ousou romper a barreira do campo verbal, pois, como frisa Schwarcz (2012), tal retórica enquanto discurso nacionalista não se verifica na valorização prática das populações negras e mestiças, que seguem sendo discriminadas e subjogadas nos diferentes campos que instituem a cidadania.

Chama atenção o fato de a narrativa a respeito da origem nórdica do cearense surgir exatamente quando as pesquisas populacionais indicam um crescimento da população autodeclarada negra no Ceará, bem como uma diminuição da parcela autodeclarada branca. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínuos 2018, realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – e divulgada na página do G1 CE⁶ em maio de 2019, entre 2012 e 2018, o número de pessoas autodeclaradas pretas no Ceará foi de 2,9% para 5,3%, sendo que 65,7% do total do contingente populacional do estado

6 Dados publicados em matéria. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/22/populacao-declarada-negra-cresce-no-ceara-mas-indice-e-o-menor-do-nordeste-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 24 jun. 2022.

é composto por pessoas autodeclaradas pardas. No mesmo período analisado, constatou-se que o número de indivíduos autodefinidos como brancos caiu de 30,5% para 28,2%, diminuição que, de acordo com a pesquisa, foi verificada em todas as regiões do Brasil. Diante de um número tão expressivo de cearenses que – entre pretos e pardos – se percebem como negros, cabe-nos perguntar sobre quais seriam os efeitos de uma narrativa publicamente construída sobre a relação da genética dessa população com povos nórdicos, certamente alguns dos mais brancos existentes.

Vale a pena observar essa divergência de narrativas pela ótica do que Foucault chama de *biopoder*, por ele definido como uma tecnologia de poder dirigida aos seres humanos não como corpos individuais, mas enquanto *seres vivos* ou *espécie*. Conforme o autor, o poder entendido por essa ótica dá origem a uma *biopolítica*, na qual os processos biológicos são pensados com base em uma visão massificadora, tendo por foco a *população*. Segundo Foucault (1999: 292-293), “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]”, sugerindo assim que os discursos produzidos em torno das populações seriam também dispositivos políticos, destinados ao controle dos fenômenos produzidos por e/ou sobre elas. É parte do movimento do biopoder uma política que Foucault classifica como *fazer viver*, em um movimento que, ao mesmo tempo, também *deixa morrer*. Nessa ótica, o biopoder trabalha no sentido de garantir a manutenção da vida do ser humano enquanto espécie, sempre vista como algo coletivo, buscando concretizar isso por meio do estabelecimento de características consideradas necessárias à vida das populações conforme as concepções imperantes no Estado ocidental moderno.

Conforme o autor, é no contexto do estabelecimento da lógica do biopoder que a ideia de raça ganha importância. Mais especificamente, seria no surgimento da população como uma preocupação do Estado moderno que o racismo enquanto tecnologia capaz de segregar a espécie humana em diferentes segmentos se manifestaria, produzindo um corte entre aquilo que *deve viver* e o que *deve morrer*. Para Foucault,

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (Foucault, 1999: 304).

Embora não seja uma invenção desse Estado moderno, é nele que o racismo ganha um novo uso e significado, a ponto de o autor afirmar que não existe Estado nessa configuração moderna que, em certo momento, condições e/ou limites, não passe pelo racismo enquanto mecanismo de poder. É com base na ideia de raça que é possível ao biopoder classificar as populações em grupos com características biológicas e imagéticas distintas, definindo-as como racialmente misturadas ou subdividindo-as em grupos diferentes, promovendo assim uma fragmentação dentro desse conjunto biológico que seria a espécie humana. É essa perspectiva que, conforme Foucault, institui lógicas racistas, segundo as quais determinados grupos seriam degenerados e/ou inferiores em relação a outros, fomentando atitudes politicamente orientadas no sentido de eliminar o que se considera contrário a uma suposta manutenção da espécie pensada como modelo universal. Enquanto discurso, essa tecnologia de poder foi a base de muitas teorias eugênicas que pautaram as ideias que orientaram determinadas elites mundiais. Mas, se já atingiu muitos extremos ao longo da História, é possível pensarmos que ela não se extinguiu, assumindo outras faces na contemporaneidade.

Kabengele Munanga (1990), ao refletir sobre a categoria raça, aponta que esse conceito possui pouca significância do ponto de vista científico hoje, o que, segundo ele, não ocorre quando tratamos dele sob a luz do campo étnico-semântico, dado o impacto que historicamente exerce na esfera política e econômico-social de sociedades multirraciais. De acordo com o autor, enquanto reflexo da produção e articulação da categoria raça, o racismo é um artigo próprio da chamada civilização ocidental. Desde o Século XVIII, quando o sistema ideológico religioso que era então responsável por produzir justificativas para as desigualdades sociais existentes perde sua hegemonia, entra em cena um movimento que transmite os poderes de produção de saberes sobre a vida e o humano para as mãos da Ciência. Tal dispositivo, como vimos com Foucault, foi o responsável por dividir a espécie humana, colocando brancos no centro, aspecto que será usado como justificativa para a imposição de seus valores para diversos outros grupos. Mas, se, do ponto de vista discursivo, a instituição desse saber tinha a intenção de superar o modelo de teocrático até então dominante, podemos notar que termina por se transformar em um discurso pseudocientífico que “[...] vai se juntar à explicação religiosa para justificar e legitimar a escravidão, e mais tarde, também, a colonização que garantirá o desenvolvimento industrial da Europa que começa no Século XIX” (Munanga, 1990: 111).

No que concerne especificamente ao caso brasileiro, Antonio Sérgio Guimarães (2003) indica que a questão em torno da ideia de raça assume uma

complexidade particular, uma vez que, até pelo menos o início do Século XX, o termo teve por aqui ares de um *conceito nativo*. Para ele, o fato de a escravidão ter ocupado um lugar de destaque na formação da nação brasileira e, principalmente, o fato dessa escravidão ser recortada por um aspecto de cor e origem específicos (pessoas negras, vindas de determinadas regiões da África) repercutem no modo como as relações raciais se solidificaram na cultura do país. Desde o momento em que um regime escravocrata com tais características passou a moldar os fundamentos da vida da sociedade nos seus mais variados níveis, a relação entre as raças se estabeleceu não só no discurso, mas sobretudo nas práticas cotidianas, como um cristalizador de hierarquias sociais fundadas não apenas pela natureza, mas também em termos teológicos.

No Brasil escravocrata e nos seus resquícios pós-abolição, as categorias negro e africano foram cunhadas como identidades intrínsecas aos processos sociais que se desenhavam na vida do país, dentro da qual o lugar que ocupavam era o da escravidão e dos aspectos que dela derivavam. Desse modo, “[...] nessa sociedade muito racista, a raça era importante, nativamente importante, para dar sentido à vida social porque alocava as pessoas em posições sociais” (Guimarães, 2003: 99). Mas, de acordo com o mesmo autor, mais do que classes, esses lugares sociais eram na verdade castas, dado o caráter fechado que ensejavam, estabelecendo grupos superiores e inferiores baseado em atributos que eram dados também por uma ideia de descendência divina. Nesse sentido, o aspecto biopolítico da raça, que ganha forma com o discurso científico, é estabelecido no Brasil em meio a uma realidade que não rompe com as estruturas escravistas, sendo na verdade absorvido por elas e, conseqüentemente, justificando-as.

Acredito ser interessante pensar o surgimento de um discurso em torno de uma suposta relação do cearense com povos escandinavos, que traz como base de seu argumento explicações que se sustentam em tecnologias da ciência genética, como resultado/efeito desse mesmo biopoder aqui discutido. Mesmo de modo pretensamente desconectado, tal perspectiva parece fazer eco às concepções racializadas que estruturam a própria sociedade brasileira, as quais produzem um lugar simbólico de destaque para a experiência branca, enquanto suprimem e subalternizam as demais. A narrativa racializada sobre o Ceará aqui enfocada expressa abertamente sua preponderância, ainda que tal narrativa entre em choque com a que se manifesta por meio dos dados estatísticos do IBGE que apontam uma minoria de brancos no Ceará.

É interessante notar que, em momento algum, de acordo com as matérias jornalísticas consultadas, a pesquisa afirma que o Ceará é um estado formado por brancos. Entretanto, há uma grande ênfase em uma narrativa que afirma a

forte presença dos nórdicos nos genes dos cearenses. Nessa construção discursiva, de modo implícito, a contribuição indígena ocorreria apenas no fenótipo miscigenado da maior parte da população, sendo a presença dos negros tratada como inexpressiva ou mesmo inexistente, o que reedita discursivamente o histórico silenciamento da existência desses povos no Ceará. Não há um maior detalhamento sobre como essa “genética nórdica” teria se inserido na constituição da população do estado; apenas uma menção de que os brancos colonizadores da região provavelmente trariam consigo tais genes, herdados de possíveis ancestrais escandinavos.

É necessário pensar a construção do discurso em questão dentro de um panorama mais amplo, mais especificamente no que ele corrobora dentro de um estado que, como já demonstrado neste texto, tem sua história marcada não apenas pelo monopólio de elites brancas, mas também por um contínuo processo de invisibilização de outros grupos étnicos, sobretudo de negros, na produção de uma narrativa oficial acerca de si. Aqui, faz-se necessário refletir sobre o biopoder como uma tecnologia racializada, mobilizada principalmente por sujeitos brancos inseridos em um lugar social privilegiado do ponto de vista da produção discursiva. Nesse sentido, como propõe Sueli Carneiro (2005), um de seus elementos constitutivos centrais seria o *epistemicídio*, que a autora entende como um contínuo processo que produz o que ela chama de *indigência cultural* sobre determinados povos convertidos em *outros*. Boaventura de Sousa Santos (1997) define o epistemicídio como um mecanismo de dominação que, atrelado ao genocídio, visa eliminar povos não apenas fisicamente, mas sobretudo suas formas de conhecimento e práticas sociais e culturais, por meio da sua subalternização, subordinação e marginalização.

O caso do estado do Ceará parece ser um grande exemplo de produção epistemicida que se deu de diferentes modos ao longo da história, mas que expressa sua eficácia principalmente pelo discurso. Se, em um determinado momento, a história dos povos indígenas do estado foi inserida dentro de uma narrativa oficial com base em um suposto desaparecimento em meio ao processo de miscigenação colonizadora e a história dos negros esteve permanentemente concentrada na perspectiva de um sistema escravocrata descrito como inexpressivo, que pouco reconhece a influência desses povos, hoje essa tecnologia discursiva se refaz por outras vias. Com um contingente populacional em que 70% das pessoas se autodeclara parda ou preta, como demonstram os dados da pesquisa do IBGE indicada neste artigo, é necessário se perguntar bastante como é possível que narrativas sobre a dominância de genes nórdicos na constituição genética do cearense ganhem tanto respaldo e disseminação midiática.

A narrativa em questão, que busca sua legitimação no discurso científico biologizante da genética, ao reforçar uma limitada participação de negros e demarcar a presença indígena apenas como instrumento de mestiçagem dentro de um processo de mistura racial, tem por efeito contribuir com o silenciamento a respeito da participação ativa de tais sujeitos na construção étnico-cultural do que se entende como *povo cearense*. Tal processo, a seu modo, certamente segue contribuindo com uma postura epistemicida, que tem por efeito afirmar, ainda que no nível do discurso, uma certa brancura cearense garimpada nos recônditos longínquos de uma suposta origem nórdica, ao passo que trabalha no sentido de desviar o pensamento de uma interpretação capaz de reconhecer de forma mais incisiva a existência ativa de negros e indígenas na história do Ceará. Ao tratar da indigência cultural como resultado do epistemicídio, Sueli Carneiro (2005) relaciona a esse processo elementos como a negação do acesso à educação de qualidade, a produção da inferiorização intelectual dos sujeitos subjugados e a sua deslegitimação como produtores de conhecimento, bem como o rebaixamento de suas capacidades cognitivas. Acrescento a isso as distintas estratégias de poder que têm como efeito o silenciamento discursivo dos diferentes grupos sociais que atuam diretamente na construção de uma população, mas que, despossuídos de uma posição favorável na rede biopolítica, são absorvidos pelo discurso dos que podem mobilizá-la conforme suas próprias visões.

Maria Aparecida Silva Bento (2016), ao abordar os estudos que tratam sobre branqueamento no Brasil, denuncia que esses frequentemente tendem a tratar desse tema como um *problema do negro*, o qual, insatisfeito com sua condição, buscaria se encaixar nos ideais propostos pela branquitude nos diversos setores da vida social. A autora, porém, afirma que um estudo mais elaborado sobre esse tipo de narrativa indica que o branqueamento sempre fora uma invenção da elite branca, que via seu próprio grupo como padrão referencial da espécie humana, transformando assim o não branco no *problema a ser tratado*. Evidentemente, o *problema do branco* dentro desse processo de tentativa de embranquecimento da nação sempre fora deixado de lado, gerando aquilo que Lélia Gonzalez (2018) acertadamente chama de *neurose cultural brasileira*, da qual o racismo é um dos principais sintomas. Assim, conforme a autora, o sujeito branco brasileiro, como todo neurótico, constrói mecanismos de ocultação desse sintoma, que têm como efeito conceder-lhe o benefício de não ter de se defrontar com o objeto do recalçamento.

É preciso analisar discursos que, em alguma medida, visam ao embranquecimento de populações não como obra do acaso, mas como produtos daquilo que Silvio Almeida (2019) classifica como *racismo estrutural*, decorrente do

modo normalizado como se constituem as relações políticas, jurídicas, econômicas e mesmo familiares em uma sociedade, dentro de um processo legado aos indivíduos pelo que o autor define como *tradição*. Considerando tais aspectos, vale a pena pensar sobre até que ponto a busca por uma ancestralidade nórdica do Ceará não denuncia o recalçamento de algo que se esconde na própria estrutura social de um estado marcado por posturas epistemicidas. Além do mais, é interessante pensar também sobre em que medida esse recalçamento não seria herança de um trauma ainda não tratado na história cearense.

Uma comunidade pensada por brancos por meio da exclusão do *outro*: notas finais

A história do estado do Ceará está intrinsecamente ligada à do Nordeste, que, por sua vez, sempre fora uma região marcada por essencialismos e onde o elemento da mestiçagem sempre estivera bastante presente. De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011), os modelos imagético-discursivos pretensamente instituidores daquilo que classifica como tradições nordestinas, suas expressões folclóricas populares, produções artesanais e imaginários culturais são constantemente buscados “[...] em padrões de sociabilidade patriarcais, quando não escravistas” (Albuquerque Júnior, 2011: 91). Para o autor, essa construção, que atua de modo disciplinador e repercute na produção de um determinado tipo de sensibilidade, perpetuando hábitos, costumes e concepções, tem por efeito a instituição de um discurso que retorna constantemente a esse passado padrão, neutralizando conflitos possivelmente inerentes a tais relações. Segundo ele, esse movimento que classifica como *invenção do Nordeste* não se deu de uma hora para outra, tendo sido resultado de ideias capitaneadas por nomes como Gilberto Freyre, mas com a contribuição direta de diversos intelectuais e artistas em diferentes épocas. As narrativas produzidas por tais indivíduos frequentemente apresentam um tom saudosista em relação a um Nordeste patriarcal, marcado por relações hierarquizadas – inclusive racialmente – nas quais as diferenças sociais são silenciadas por relações paternalistas e afetuosas. Assim define o autor o efeito desse discurso:

O autor branco, educado pela mãe negra que lhe deu de mamar, lhe curou as doenças, lhe fez as primeiras carícias e lhe contou as primeiras histórias e que depois aprendeu safadeza com os moleques, é o “democrata racial” e social, aquele que se solidariza e ajuda os hierarquicamente inferiores, desde que estes “o respeitem” e conheçam o seu lugar (Albuquerque Júnior, 2011: 91).

Ou seja, a produção discursiva em torno da região Nordeste é tradicionalmente construída por sujeitos brancos, estando ela repleta de mecanismos instituidores de lugares sociais rigidamente demarcados, apesar de narrativas escamoteadoras das tensões e diferenças. Elas produzem visões líricas sobre a região e seu passado, incluindo as heranças coloniais e escravocratas, ocultando sua face atroz, buscando assim uma reconciliação do presente com um passado nada edificante (Albuquerque Júnior, 2011). Como vimos ao longo desse texto, o Ceará parece fazer jus a essa produção discursiva em torno da região, chegando a levar ao limite a busca pela neutralização dos conflitos inerentes ao passado colonial e ao regime de escravidão dos quais nenhuma parte do território brasileiro esteve realmente excluída, ao indicar o desaparecimento indígena em determinado momento de sua história e a suposta baixa influência do negro no estado. Sendo assim, a perspectiva que afirma a presença de um elemento nórdico no próprio sangue do cearense cumpre uma tarefa bastante singular nesse processo neutralizador, indicando indiretamente que todos os cearenses, independentemente da cor, seriam ligados em função da genética. Mas chama atenção que o elemento a promover essa ligação seja branco. Nesse caso, o cearense se diferenciaria por sua brancura, ainda que nem todo cearense tenha pele branca, uma vez que ela se expressa por meio de um elemento invisível – a genética –, não necessariamente pela cor da pele.

É preciso lembrar que se, de acordo com o discurso produzido pela pesquisa com os genes do cearense, os nórdicos aparecem como esse elemento que aproxima as pessoas, já que ele seria predominante na genética, o abismo social entre os indivíduos com fenótipo branco e aqueles percebidos como negros é imenso, pois, como aponta Oracy Nogueira (2006), no Brasil, o preconceito racial é de *marca*, não de origem. De acordo com o Atlas da Violência 2020⁷, estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o Ceará é o terceiro estado brasileiro com maior taxa de homicídios contra pessoas negras, com um percentual de 69,5%. Ainda segundo a mesma pesquisa, o crescimento na taxa de homicídios contra essa parcela da população no estado nos últimos 10 anos foi de 187,5%, colocando-o como um dos mais letais para o grupo em questão. Em um quadro comparativo entre negros e brancos considerando o universo de cem mil habitantes, a taxa de homicídios de pessoas negras é de 69,5% contra 14,7% de pessoas brancas no Ceará, demonstrando que há um extermínio de indivíduos não brancos em curso. No campo da saúde, o panorama

7 O documento pode ser consultado em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

não se altera, já que, de acordo com matéria publicada pelo site G1⁸ em 4 de julho de 2020, com base em dados da Secretaria Estadual da Saúde do Ceará, os indivíduos autodeclarados pardos respondem sozinhos por 69,2% dos casos de contaminação por COVID-19 no estado, que, somados aos 2% de pretos infectados pelo novo coronavírus, ultrapassam 70% do total de cearenses acometidos pela doença. São também os negros, de acordo com notícia publicada pelo Diário do Nordeste em 14 de julho de 2020⁹, as maiores vítimas de linchamento no estado.

Os dados apontados não foram postos aqui a título de mera ilustração, mas como elementos de análise sobre como o sistema biopolítico da branquitude, enquanto modelo social constituído, pode trabalhar no sentido de operar dissociações que se efetivam sobretudo por meio do discurso. É necessário aqui nos questionarmos sobre que efeito pode ter a disseminação de um pensamento que trabalha no sentido de reforçar uma origem cearense distanciada das populações não brancas que ajudaram a constituir a maior parte de seu contingente populacional. Observa-se que a postura que oculta a participação desses grupos é uma constante na história do estado Ceará, mas os efeitos disso não ficam apenas no campo da cultura e da produção simbólica, impactando diretamente na vida material de pretos e pardos. Conforme Lia Vainer Schucman,

[...] podemos pensar a branquitude como um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil, em nossos valores estéticos e em outras condições cotidianas de vida, em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência deste *habitus* racista que perpassa toda a nossa sociedade (Schucman, 2012: 29).

Para a autora, há uma naturalização constante dessa desigualdade racial, a ponto de tanto negros quanto brancos não questionarem o fato de os primeiros serem os mais afetados por distintos problemas sociais, além de frequentemente ocuparem lugares subalternos em relação aos brancos. Proponho que reflitamos sobre o quanto determinados discursos produzidos dentro do sistema da branquitude, muitos deles amparados pela própria Ciência, não terminam por neutralizar tensões estruturais que, em vez de silenciadas, devem ser encaradas de frente. A constatação de uma suposta prevalência de genes nórdicos no DNA dos cearenses em nada contribui para alterar o fato de que o racismo estrutural permanece

8 Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/06/04/ser-preto-aqui-e-ter-sua-identidade-apagada-negros-relatam-como-o-racismo-afeta-o-cotidiano-de-quem-vive-no-ceara.ghtml>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

9 Disponível em: <<https://diarionordeste.verdesmares.com.br/seguranca/ceara-registrou-ao-menos-16-linchamentos-ou-tentativas-em-um-ano-diz-estudo-1.2965631>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

a atuar como um projeto que perpetua narrativas que colaboram para a grande desigualdade racial que se desenha no estado ainda nos dias de hoje.

Silvio Almeida (2019) nos chama atenção para o fato de que, dentro de um processo que entende como ideológico, a capacidade de produção de narrativas no sentido de acentuar uma *unidade social* se mostra como fundamental, o que evidentemente deixa de fora fraturas como a desigualdade de classes, o racismo e o sexismo. Para o autor, a construção de um imaginário concentrado nesse ideal de unidade social é parte da dimensão política e do exercício de poder levado a cabo por instituições como o próprio Estado, mas também por escolas, universidades e meios de comunicação de massa, incluindo as redes sociais. Tal dimensão se apresenta como parte da face política do racismo estrutural, que aciona narrativas unificadoras que têm por efeito o silenciamento dos cortes por ele produzidos no cotidiano dos indivíduos, racialmente segregados pelo próprio modo como a estrutura social se estabelece. De posse dessa perspectiva, é possível afirmarmos que a branquitude produz *comunidades imaginadas*, no sentido atribuído por Benedict Anderson (2008) ao termo, ou seja: imaginadas não porque são invenções falsas ou verdadeiras, pertencentes a um campo abstrato e fantasioso, mas porque são pensadas/imaginadas de determinadas formas e estilos visando se distinguirem umas das outras.

O Ceará, enquanto província e/ou território histórico instituído por uma ocupação social e política, é uma comunidade imaginada. Mas, tal como muitas dentro do Brasil – e mesmo como o próprio país –, ela é uma produção discursiva que parte de um determinado lugar dentro da rede de poder. Foi assim que, ao logo do tempo, as narrativas sobre o estado sempre priorizaram determinados modelos imagético-discursivos em detrimento de outros, produzindo a ideia de um lugar onde brancos predominariam na constituição étnico-cultural da população, sobretudo quando comparado a outros estados nordestinos. Mas, como toda narrativa constituída pelas elites brancas brasileiras, tais perspectivas estariam atravessadas por aquilo que Guerreiro Ramos (1995) define como *patologia social do branco brasileiro*. Segundo sua teoria, os indivíduos considerados brancos no Brasil (sobretudo os do Norte-Nordeste), por não disporem de uma linha de cor intransponível como nos EUA, que definiria a brancura pela ausência de mistura racial, tenderiam a manifestar um tipo de autopercepção marcada por uma espécie de insatisfação com sua própria condição étnica. Essa distorção na autoimagem, que o autor percebe como um fenômeno coletivo, é patológica na medida em que tais sujeitos se dedicam a buscar símbolos capazes de os tornar *mais brancos*, sejam eles signos de distinção econômica, intelectual ou aparatos estéticos capazes comunicarem de algum modo suas

origens enobrecedoras. Creio não ser exagero pensar a disseminação de um discurso sobre origens nórdicas como a expressão de uma patologia social que se manifesta na obsessão de parte da branquitude cearense não só em se perceber mais branca, mas também em estender essa brancura para a totalidade da população, se não pela cor, ao menos por meio dos genes – invisíveis, porém, legitimados pelo discurso científico.

Foucault (1996) nos chama atenção para o fato de que, ao analisarmos o discurso, um dos princípios a ele relacionados que devemos considerar é o da *especificidade*. Ou seja, o discurso não deve ser concebido como algo que o autor classifica como *um jogo de significações prévias*. Nesse sentido, ele não seria um mecanismo de decifração de um mundo que a nós se apresentaria previamente ao nosso bel prazer interpretativo. Em outras palavras, o mundo não seria uma produção alinhada a nossas próprias leituras em relação a ele ou, para o usar os termos do autor, não seria *cúmplice do nosso conhecimento*. O que sabemos a seu respeito, o modo como o enxergamos e o vivenciamos não é pré-discursivo, mas surge com as produções discursivas que criamos a seu respeito, ou com aquelas que nos são de algum modo legadas. Sob esse prisma, conforme Foucault (1996: 53), o discurso deve ser concebido “[...] como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nessa prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio da sua regularidade”.

Todo discurso, enquanto dispositivo de poder, produz um efeito de verdade que se ramifica e origina práticas e modos de pensar/fazer/sentir o mundo. Foi nessa dimensão que procurei pensar as narrativas a respeito da constituição étnica do cearense. Se a pesquisa com os genes de uma amostragem representativa dos cearenses indicou a prevalência de um elemento nórdico na população, creio que se faz necessário refletir sobre os limites dessa percepção, que, embora amparada por um determinado saber científico, não é a única possível, já que outras questões se mostram relevantes no processo de delimitação das características socioculturais de uma população. É preciso olhar para os diferentes discursos e narrativas possíveis sobre a origem da população do Ceará, no intuito de perceber que não há versão única, para então produzir uma perspectiva crítica em relação ao monopólio interpretativo da branquitude, que segue ainda expressando uma hegemonia discursiva no estado. Apesar disso, sabemos que os tensionamentos têm sido realizados com uma frequência crescente nos últimos tempos no Brasil, muito embora a branquitude ainda pouco questione os lugares privilegiados de produção e disseminação de discursos dos quais usufrui. Este texto é apenas uma tentativa de chamar atenção para isso,

visando abrir espaço para a circulação de outros discursos sobre o mundo que a nós se apresenta.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo, Sueli Careiro/Pólen, 2019.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2011.
- ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. *Escravidão e liberdade em Fortaleza, Ceará (Século XIX)*. Tese de doutorado, História, UFBA, 2009.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva. (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2016.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese de doutorado, Educação, USP, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Global, 2003.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALES, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. Diáspora Africana, Editora Filhos da África, 2018.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia social do branco brasileiro. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1995.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar raça em Sociologia. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 29, n. 1, jan./jun. 2003, pp. 93-107.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 33, 1990, pp. 109-117.
- MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo, Annablume Editora, 2012.
- MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (Org.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Curitiba, Appris, 2017.
- MARQUES, Janote Pires. A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da lei 10.639/2003. *Poiésis*. Tubarão, v. 7, n. 12, jun./dez. 2013, pp. 247-366.

- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. *Tempo Social*. São Paulo, v. 19, n. 1, nov. 2006, pp. 287-308.
- NETO, João Leite. Índios e terras – Ceará: 1850-1880. Tese de doutorado, História, UFPE, 2006.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de doutorado, Psicologia, USP, 2012.
- SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. *Irmandade e festa: rosário dos pretos de Sobral (1854–1884)*. Fortaleza: Edições NUDOC/Expressão Gráfica Editora, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo, Claro Enigma, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez, 1997.

Recebido em: 24/03/2021

Aprovado em: 19/11/2021

Como citar este artigo:

- CASTRO, Thiago Silva de. A *origem nórdica do cearense* e os efeitos da branquitude no estado do Ceará. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 2, maio - agosto. 2022, pp. 569-595.





O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E O DISCURSO ANTIMANICOMIAL¹

Roberta de Oliveira Soares²

Marcos César Alvarez³

Resumo: No Brasil, o Centro de Atenção Psicossocial é utilizado como principal serviço de tratamento psicossocial aos indivíduos diagnosticados com transtornos mentais severos e/ou persistentes. Nesse contexto, é produzido um discurso antimanicomial. A análise do discurso de documentos produzidos pelo Ministério da Saúde e por uma unidade do Centro de Atenção Psicossocial permite compreender o funcionamento da instituição, pois essas produções escritas são utilizadas como diretrizes. O discurso antimanicomial produzido é influenciado e influencia práticas no que diz respeito à institucionalização da saúde mental no Brasil.

Palavras-chave: tratamento psicossocial. discurso. saúde mental. Centro de Atenção Psicossocial. Brasil.

THE PSYCHOSOCIAL CARE CENTER AND THE ANTI-ASYLUM DISCOURSE

- 1 Este texto apresenta parte das reflexões desenvolvidas em uma pesquisa de mestrado em sociologia, defendida em 2018. A pesquisa foi realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- 2 Departamento de Fundamentos da Educação – Universidade de Montreal (UdeM) – Montreal – Canada – roberta.de.oliveira.soares@umontreal.ca – <https://orcid.org/0000-0002-4995-7909>
- 3 Departamento de Sociologia – Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil – mcalvarez@usp.br – <https://orcid.org/0000-0001-5984-9082>

Summary: *In Brazil, the Psychosocial Care Center is used as the main psychosocial treatment service for individuals diagnosed with severe and/or persistent mental disorders. In this context, an anti-asylum discourse is produced. The discourse analysis of documents produced by the Ministry of Health and by a unit of the Psychosocial Care Center allows us to understand the functioning of the institution, as these written productions are used as guidelines. The anti-asylum discourse produced is influenced by practices and influence practices regarding the institutionalization of mental health in Brazil.*

Keywords: *psychosocial treatment. discourse. mental health. Psychosocial Care Center. Brazil.*

EL CENTRO DE ATENCIÓN PSICOSOCIAL Y EL DISCURSO ANTI-ASILO

Resumen: En Brasil, el Centro de Atención Psicosocial se utiliza como el principal servicio de tratamiento psicosocial para las personas diagnosticadas con trastornos mentales graves y / o persistentes. En este contexto, se produce un discurso anti-asilo. El análisis del discurso de los documentos elaborados por el Ministerio de Salud y por una unidad del Centro de Atención Psicosocial permite comprender el funcionamiento de la institución, ya que estas producciones escritas se utilizan como pautas. El discurso anti-asilo producido está influenciado por prácticas y prácticas de influencia sobre la institucionalización de la salud mental en Brasil.

Palabras clave: tratamiento psicosocial. discurso. salud mental. Centro de Atención Psicosocial. Brasil.

Introdução: luta antimanicomial, reforma psiquiátrica e Centro de Atenção Psicossocial

No Brasil, como consequência do processo de luta antimanicomial e de reforma psiquiátrica, foram criados os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como um serviço de tratamento psicossocial oferecido aos indivíduos diagnosticados com transtornos mentais severos e/ou persistentes. Trata-se do resultado de um processo que se desenrola desde a década de 1960, com o movimento da antipsiquiatria, até a década de 1980, que trouxe a primeira conferência nacional de saúde mental e a abertura do primeiro CAPS (Amarante, 2010). Nesse contexto, um discurso antimanicomial tem sido produzido sobre a institucionalização da saúde mental e sobretudo sobre o CAPS.

Diversas pesquisas têm se dedicado a compreender essa produção discursiva, escrita ou não, concernente ao processo de luta antimanicomial e de reforma psiquiátrica do Brasil (Amarante e Nunes, 2018; Lüchmann; Rodrigues, 2007), tanto com relação à participação dos atores sociais como parte do movimento social (Espírito Santo, Wanda Luiza Peregrino Do e colab., 2012; Espírito Santo, Wanda e colab., 2016) quanto no cotidiano dos serviços de saúde mental (Alencar, 2019; Koda, 2002).

No que diz respeito ao discurso produzido pelos atores sociais que se relacionam com os serviços psicossociais, verifica-se que tanto usuários quanto trabalhadores produzem discursos tendo como referência a luta antimanicomial e, mais especificamente, os serviços de saúde mental no Brasil. Existe uma reprodução do discurso do direito à saúde mental desinstitucionalizada. No entanto, nota-se também conflitos e ambiguidades, sobretudo entre o discurso político “militante” e o discurso clínico dos profissionais da saúde (Koda, 2002). Além disso, do ponto de vista discursivo, houve uma passagem de paciente a usuário e, mais precisamente, usuário ativista, pois há uma expectativa de que o usuário tenha uma postura ativa no processo de luta antimanicomial (Alencar, 2019).

No entanto, essas pesquisas não analisam necessariamente o discurso antimanicomial produzido pelo governo sobre o CAPS em diálogo com o discurso produzido pelos próprios atores sociais no cotidiano da instituição. Assim, o artigo busca analisar o discurso (Foucault, 1971; Keller e Martineschen, 2021) presente em documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Saúde sobre a institucionalização da saúde mental e sobre o CAPS, bem como documentos informais, produzidos por atores sociais de uma unidade CAPS. Assim, pretende-se analisar os efeitos da luta antimanicomial na atualidade e algumas de suas tensões e conflitos presentes no cotidiano institucional.

Problema, objetivo e metodologia de pesquisa

O artigo objetiva compreender de que forma o discurso antimanicomial, tanto no seu aspecto oficial quanto não oficial, informa sobre aspectos da saúde mental e de sua institucionalização no Brasil, sobretudo em relação ao CAPS. Para isso, utiliza-se de pesquisa documental (Cellard, 1997; May, 2011) e da perspectiva do discurso (Foucault, 1969; Keller e Martineschen, 2021).

Com relação aos discursos, segundo Foucault (1971), esses devem ser observados como práticas que possuem regras próprias e, ao mesmo tempo, produzem efeitos de saber e de poder. O autor entende a arqueologia e, posteriormente, a genealogia como procedimentos para analisar os discursos e seus efeitos de

verdade e de poder. Trata-se de compreender como um discurso se legitimou dentro de um determinado campo de saber e como produz novos discursos (Foucault, 1969). Foucault não hierarquiza os discursos, pois considera todos importantes para análise, seja produzido pela mídia, por um especialista de um determinado campo de saber ou por leigos, pois importa conhecer também os documentos que são comumente desconsiderados pela sociedade (Foucault, 1969). Questiona-se: quem fala, de onde fala, por que fala e para quem fala, isto é, quais são as condições e os objetivos de produção do discurso (Foucault, 1969).

Keller e Martineschen (2021), ao colocarem a perspectiva de Foucault em diálogo com a Sociologia, consideram que abordar discursos implica em analisar ordens simbólicas específicas, ou seja, observar a criação e a estabilização de significados que contribuem para a construção social da realidade. Sem ignorar o papel ativo dos atores sociais e o caráter conflituoso e controverso das atribuições de sentido, uma abordagem em termos de discurso busca alcançar aspectos dos processos sociais e das práticas discursivas da construção da realidade que envolvem tanto elementos linguísticos quanto históricos e sociais. Busca-se, desse modo, recuperar os sentidos construídos por determinados discursos e as formas de classificação aí presentes; caracterizar os atores envolvidos como produtores e destinatários dos enunciados; as formas de socialização, de circulação e de institucionalização dos enunciados; as tensões e disputas que se manifestam em todos esses planos etc.

Nesse artigo, cinco documentos governamentais foram coletados enquanto discurso “oficial” sobre o CAPS que contempla uma lei, dois manuais, um documento com dados quantitativos e uma portaria. O critério principal de seleção desses documentos foi a pertinência para refletir sobre a instituição CAPS. Também se escolheu trabalhar com o discurso informal, segundo sugestão do próprio Foucault (1969), que considera importante levar em consideração discursos produzidos que possam ser desconsiderados pela sociedade. No caso, utilizaram-se produções escritas de murais de atividades na instituição e publicações em um blog. Ambos os discursos, oficiais e informais, são considerados sem hierarquização. De forma complementar, os comentários relativos à observação participante realizada em campo permitem verificar e analisar ambos os tipos de discurso no cotidiano das interações sociais na instituição.

Discurso antimanicomial “oficial” sobre o CAPS

A instituição CAPS pode ser considerada como uma nova forma de lidar com o tratamento institucional de transtornos mentais severos e/ou persistentes,

uma vez que os pacientes são considerados como usuários de um serviço psicossocial e podem participar, até certo ponto, da tomada de decisão concernente ao tratamento psicoterapêutico. Assim, a reforma psiquiátrica brasileira produziu um novo discurso sobre a loucura ou a doença mental, que sustenta e existência do CAPS.

Cada país possui suas especificidades em relação ao processo de reforma psiquiátrica e de desinstitucionalização, ainda que haja pontos em comum. Durante o final do Século XX, diversos países e também o Brasil passaram por um processo de Luta Antimanicomial em defesa dos direitos humanos de indivíduos diagnosticados como pessoas com *transtornos mentais severos e/ou persistentes* (Amarante, 2010; Ministério da Saúde, 2004).

Alguns fatores foram essenciais no desenrolar da Reforma Psiquiátrica no país. Em 1978, surgiu o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental. Nesse mesmo ano, vieram ao Brasil, para o I Congresso Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições, vários pensadores importantes do movimento de antipsiquiatria, como Basaglia, Castel, Goffman, Szasz, entre outros (Amarante, 2010). A antipsiquiatria constrói uma crítica à psiquiatria, isto é, à instituição e suas práticas e ao saber-poder psiquiátrico no geral (Prado Filho e Lemos, 2012).

Em 1987, aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental que foi desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Em 2001, foi aprovada no Brasil a Lei n. 10.216, que defende o tratamento não asilar a esses indivíduos, que deveria ocorrer principalmente por meio do CAPS. A Lei n. 10.216 foi aprovada em 2001, após 12 anos de tramitação. Porém, antes da aprovação da Lei, surgiu o primeiro CAPS do Brasil, em 1986, em São Paulo, chamado CAPS Professor Luiz da Rocha Cerqueira (Amarante, 2010; Ministério da Saúde, 2004).

A fim de compreender o discurso antimanicomial considerado como “oficial” sobre saúde mental e especificamente sobre o CAPS, os seguintes documentos foram escolhidos para análise: *Lei n. 10.216* (República Federativa do Brasil, 2001)⁴, *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial* (Ministério da Saúde, 2004)⁵, *Manual de estrutura física dos Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA como lugares da atenção psicossocial nos territórios* (Ministério da Saúde, 2013)⁶, *Saúde*

4 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em: 24 jun. 2022.

5 Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

6 Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/sistemas/sismob/manual_ambientes_caps_ua.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

mental em dados 12 (Ministério da Saúde, 2015)⁷ e *Portaria n. 3.588, de 21 de dezembro de 2017* (Ministério da Saúde, 2017)⁸.

Esses cinco documentos permitem refletir sobre o que seria o discurso oficial sobre o CAPS, por serem considerados como parte dos resultados do processo da reforma psiquiátrica brasileira. Esses documentos informam sobre a visão oficial do Ministério da Saúde a respeito da reforma psiquiátrica e, especificamente, da centralidade do CAPS como principal estratégia desse processo.

Esses documentos proiciam um recorte recente no interior do que tem sido produzido nos últimos vinte anos, especificamente nos anos de 2001, 2004, 2013, 2015 e 2017. Além disso, trata-se de diferentes tipos de documentos: uma lei que dispõe sobre os direitos das pessoas com transtornos mentais; duas publicações sobre o CAPS, que funcionam como manuais direcionados aos profissionais da área da saúde; um documento com foco quantitativo a respeito da saúde mental brasileira; e, por fim, uma portaria que atualiza a discussão sobre o CAPS. Esses documentos informam a respeito de discursos da reforma psiquiátrica brasileira e, fornecem informações recentes publicadas pelo Ministério da Saúde. O recorte analítico também levou em consideração o interesse na instituição CAPS, isto é, foram escolhidos documentos que tratassem diretamente do CAPS. Assim, esses documentos são os mais indicados para refletir a respeito da saúde mental no Brasil de forma mais geral e especificamente sobre o CAPS. Os documentos governamentais brasileiros a respeito da saúde mental podem englobar diversas instituições que fazem parte da Rede de Atenção Psicossocial, como as Residências Terapêuticas, entre outros. Porém, como o CAPS é considerado como estratégia central dessa rede na substituição dos hospitais psiquiátricos, foi realizado o recorte em questão (Ministério da Saúde, 2004, 2013, 2015, 2017; República Federativa do Brasil, 2001).

A *Lei 10.216* de 2001 foi um marco na reforma psiquiátrica brasileira, pois essa lei passou a defender os direitos de pessoas com transtornos mentais severos e/ou persistentes (República Federativa do Brasil, 2001). Já a publicação *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial* de 2004 tem como principal objetivo informar profissionais da área da saúde sobre o funcionamento do CAPS (Ministério da Saúde, 2004). O maior atrativo do *Manual de estrutura física dos Centro de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento* de 2013 é informar a respeito de como deve ser a estrutura dessas instituições

7 Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/outubro/20/12-edicao-do-Saude-Mental-em-Dados.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

8 Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html>. Acesso em: 24 jun. 2022.

(Ministério da Saúde, 2013). Quanto ao documento *Saúde mental em dados 12* de 2015, ele oferece dados estatísticos sobre a saúde mental no Brasil (Ministério da Saúde, 2015). Finalmente, a *Portaria n. 3.588, de 21* de dezembro de 2017 (Ministério da Saúde, 2017) atualiza a discussão sobre a centralidade do CAPS enquanto modelo assistencial em saúde mental.

A análise dos documentos é focada no quanto eles podem auxiliar a identificar a produção discursiva sobre o CAPS. Os documentos mencionados são públicos e abertos, pois intencionam informar a respeito da reforma psiquiátrica brasileira e da saúde mental no país, e foram obtidos por meio da internet, diretamente nos sites oficiais do governo federal.

Com o objetivo de reforçar o discurso antimanicomial oficial do CAPS, os primeiros quatro documentos replicam principalmente os seguintes enunciados: 1) o CAPS deve “oferecer acolhimento”; 2) o CAPS deve servir para “evitar internações” por meio do “acolhimento” na própria instituição; 3) o CAPS deve promover a “autonomia” e o “protagonismo” dos usuários; 4) o CAPS deve promover a “participação” dos usuários, da família e da sociedade; 5) os “direitos humanos” de pessoas com transtornos mentais severos e/ou persistentes devem ser respeitados; 6) o CAPS é “substitutivo” do modelo asilar representado pelo hospital psiquiátrico; 7) o CAPS mantém suas “portas abertas”, isto é, a instituição não é fechada como um hospital psiquiátrico; e 8) a “quantidade” de unidades CAPS têm aumentado ao passo que os leitos psiquiátricos têm diminuído (Ministério da Saúde, 2004, 2013, 2015; República Federativa do Brasil, 2001). Assim, esses documentos reforçam o discurso antimanicomial de que a reforma psiquiátrica brasileira aconteceu, não de forma completa, mas com resultados “satisfatórios” e que demonstram uma “evolução constante”, como dizem os documentos, em todo território brasileiro, ainda que de forma desigual, sobretudo desde o surgimento dos CAPS como estratégia central da Rede de Atenção Psicossocial para substituição dos hospitais psiquiátricos (Ministério da Saúde, 2004, 2013, 2015; República Federativa do Brasil, 2001).

Os documentos citados anteriormente reforçam o discurso do CAPS enquanto instituição central da reforma psiquiátrica no Brasil. Porém, a *Portaria n. 3.588, de 21* de dezembro de 2017 (Ministério da Saúde, 2017), vai na contramão, pois defende um discurso que contradiz o discurso dos outros documentos mencionados, como veremos a seguir em profundidade.

De qualquer forma, todos os documentos são assinados pelo Ministério da Saúde, com exceção da Lei n. 10.216, que é assinada pela República Federativa do Brasil, fala-se em nome de e pelos usuários, familiares, profissionais da saúde e, também, sociedade no sentido amplo.

De forma complementar à análise do discurso dos documentos oficiais mencionados, são também compartilhados dados empíricos pertinentes do campo com base em uma pesquisa qualitativa em sociologia em que foram realizadas observações em uma unidade do CAPS de 2014 a 2016, uma média de seis horas por semana, sobretudo observações das interações entre usuários e funcionários da equipe multidisciplinar. Por uma questão de sigilo, a unidade pesquisada não é identificada, mas ela está localizada na cidade de São Paulo, atende unicamente adultos e permanece aberta 24 horas por dia, todos os dias da semana; portanto, atende às situações de crise na própria instituição.

Enfatiza-se também que a pesquisa em questão foi realizada em um momento diferente do atual em termos políticos, isto é, desde a chegada à presidência de um governo considerado como de extrema direita e contrário às conquistas recentes em termos de avanço dos Direitos Humanos. Embora o contexto político seja diferente, os documentos aqui discutidos continuam válidos enquanto discurso oficial e discurso produzido pelos atores sociais. Ainda assim, supõe-se que o ativismo dos atores sociais que defendem que o CAPS tenha crescido devido ao contexto político atual. O contexto político não modificou a dinâmica notada em campo, mas há sempre ameaças de mudanças ao funcionamento do CAPS e mesmo a um possível retorno ao modelo asilar, o que já pode ser notado também no discurso governamental desde a *Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017* (Ministério da Saúde, 2017).

Lei n. 10.216 (2001)

A Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001, contém treze artigos e dispõe sobre os direitos e a proteção de pessoas com transtornos mentais e trata da questão da saúde mental no Brasil. O principal enunciado do documento é que esses indivíduos possuem direitos (República Federativa do Brasil, 2001). Segundo o psiquiatra Pedro Delgado (2011), essa lei possibilitou sobretudo o debate sobre a saúde mental por parte de todos atores sociais envolvidos e não só entre especialistas, como costumava acontecer.

Dois pontos se destacam nessa Lei, com relação ao CAPS, que dialogam com a questão sobre a produção discursiva e seus efeitos enquanto prática: 1) a participação da família e da sociedade em relação à instituição e aos atores sociais concernentes; e 2) a importância de a internação não ser asilar (República Federativa do Brasil, 2001).

A participação da família e da sociedade no tratamento das pessoas com transtornos mentais consta na Lei como um direito. Segundo a Lei, cabe ao

Estado o desenvolvimento de uma política de saúde mental e o tratamento objetiva reinserção social (República Federativa do Brasil, 2001). Na unidade acompanhada, a participação da família no cotidiano da instituição se dá principalmente de forma indireta, por meio de visitas domiciliares ou de reuniões com usuários e familiares; e a reinserção social é incentivada por saídas em grupo ou individuais, programas de geração de renda, entre outros.

No que diz respeito à internação não asilar, o documento enfatiza o direito ao tratamento terapêutico em estabelecimentos de saúde mental não asilar, por “meios menos invasivos possíveis” e sendo a internação indicada somente “quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes”. Quando a internação for julgada necessária, ela não poderá acontecer em instituições “com características asilares” (República Federativa do Brasil, 2001).

O CAPS é um tipo de instituição que oferece recursos extra-hospitalares. Na unidade pesquisada, a equipe procura utilizar os meios disponibilizados pelo próprio CAPS para lidar com as situações de crise dos usuários, principalmente pelo acolhimento integral, isto é, não se trata de uma internação, mas de um acolhimento realizado diretamente na instituição. Ainda assim, características de uma internação podem ser encontradas no acolhimento, uma vez que os usuários tendem a ter suas escolhas limitadas. Além disso, embora haja a possibilidade de acolhimento dentro da própria instituição, um usuário pode ser encaminhado para outra instituição, porque nem toda unidade CAPS oferece a possibilidade de acolhimento integral.

Em resumo, a Lei apresenta treze artigos, dos quais três tratam do tema dos direitos de pessoas com transtornos mentais e seis do tema da internação. Os outros quatro artigos são variados: o artigo 10 informa que transferências, acidentes, falecimentos etc. de pacientes devem ser comunicados à família e à autoridade sanitária em até 24 horas; o artigo 11 expõe que as pesquisas científicas só podem ser realizadas com o consentimento do paciente, da instituição e do Conselho Nacional de Saúde; o artigo 12 confirma que o Conselho Nacional de Saúde irá acompanhar a implementação da Lei; e o último artigo diz que a Lei entrará em vigor na data de sua publicação (República Federativa do Brasil, 2001). Assim, além desses artigos que se concentram em questões burocráticas, parte dos artigos da Lei se dedica a informar sobre os direitos de pessoas com transtornos mentais. Porém, a Lei parece ser mais centrada nas regras da internação, caso necessária, do que nos direitos relacionados ao tratamento de saúde mental não asilar.

Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial (2004)

O principal enunciado do documento *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial* é que o CAPS é “a principal estratégia do processo de reforma psiquiátrica” para substituir o modelo hospitalocêntrico (Brasil, 2004: 09), ou seja, trata-se de um dispositivo que se torna o centro de uma rede ligada a outros dispositivos, como: Residências Terapêuticas, Hospital Geral, Unidades Básicas de Saúde, entre outros.

Fora a repetição discursiva da centralidade do CAPS na reforma psiquiátrica brasileira, há outros três importantes enunciados nesse documento. O CAPS deve: 1) oferecer acolhimento aos usuários; 2) incentivar o protagonismo e a autonomia dos usuários; e 3) procurar integrar os usuários ao território, isto é, incentivar a apropriação da cidade por parte dos usuários.

Quanto ao CAPS oferecer acolhimento, no texto, as palavras “acolher”, “acolhedor” e “acolhimento” são citadas diversas vezes nesse e em outros documentos. Esse documento afirma que o ambiente do CAPS deve ser “acolhedor” e que, ao iniciar o vínculo com a instituição, isto é, quando a pessoa se torna usuária do CAPS, ela passa por um “acolhimento” inicial. Os CAPS de tipo I e II só oferecem acolhimento diurno e os CAPS de tipo III oferecem acolhimento 24 horas por dia, todos os dias da semana. Porém, o acolhimento noturno e em finais de semana existem para situações especiais, como, por exemplo, o acolhimento integral de um usuário em situação de crise. Segundo o documento, faz parte dos objetivos do CAPS o acolhimento “bem-sucedido” das crises para evitar as internações (Ministério da Saúde, 2004). A equipe da unidade pesquisada utiliza com frequência a palavra acolhimento, sobretudo para se referir ao acolhimento inicial, quando um indivíduo se torna usuário da instituição, e ao acolhimento integral em períodos de crises de usuários. Porém, garantir que o acolhimento das crises seja bem-sucedido, como diz o texto, é algo difícil de afirmar, pois é complexo lidar com as situações de crise e variam as opiniões dos usuários sobre a instituição ser acolhedora ou não, sobretudo nessas situações.

Quanto a incentivar o protagonismo e a autonomia dos usuários, o texto trata da participação dos usuários em relação ao funcionamento da instituição e mesmo em seus tratamentos, mas sobretudo podendo opinar sobre a participação nas atividades terapêuticas: “Os usuários devem ser chamados a participar das discussões sobre as atividades terapêuticas do serviço” (Ministério da Saúde, 2004: 28). O documento também diz que os usuários devem procurar os técnicos sempre que tiverem dúvidas e entende a participação na assembleia como indicador de bom relacionamento com a instituição: “A participação dos

usuários nas Assembleias muitas vezes é um bom indicador da forma como eles estão se relacionando com o CAPS” (Ministério da Saúde, 2004: 18). Na unidade, há usuários que consideram a assembleia uma atividade importante para se participar de forma ativa, embora outros participem mais como ouvintes. Ainda outros evitam participar, embora os técnicos incentivem a participação de todos.

Quanto à integração dos usuários ao território, a instituição procura integrá-los ao território, isto é, integração “a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu ‘território’, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares” (Ministério da Saúde, 2004: 09). Essa integração varia de um usuário para outro, uma vez que alguns comumente se relacionam com o território, enquanto outros parecem ter mais dificuldades com esse tipo de integração. Por essa razão, uma das atividades promovidas pela instituição é justamente saídas em grupo pela cidade, isto é, o grupo planeja e organiza saídas culturais, entre outras.

Além disso, de acordo com esse documento, os CAPS também precisam considerar as questões de estigma, (re)inserção social, cidadania, entre outros, isto é, o documento afirma que os projetos terapêuticos precisam incluir trabalhos de inserção social a fim de diminuir o estigma e promover o protagonismo dos usuários (Ministério da Saúde, 2004). Assim, pode-se verificar que há diversas questões que são reunidas em um mesmo documento ou até em um mesmo parágrafo, de forma resumida (Ministério da Saúde, 2004).

Trata-se de um documento que contém 86 páginas, das quais 56 páginas são de anexos. Nas primeiras 30 páginas, o Ministério da Saúde apresenta o que é um CAPS, seus tipos, suas atividades, entre outros, e o que se pode dele esperar, isto é, um tratamento não asilar, e como as pessoas podem participar, não só os usuários, enquanto pacientes, mas também familiares e comunidade. Os anexos apresentam informações já abordadas na primeira parte do documento e também em outros documentos, como: regras de como organizar um CAPS; portarias, isto é, normas aplicáveis à instituição; glossário de palavras comuns da área da saúde mental; dados quantitativos a respeito do CAPS no país; e informações de contato de diversas Coordenações de Saúde e de unidades CAPS em funcionamento pelo país (Ministério da Saúde, 2004).

Assim, esse documento é bastante informativo e detalhado no que diz respeito à instituição CAPS no Brasil. Trata-se de um documento que procura legitimar a importância dessa instituição na reforma psiquiátrica brasileira e apresenta como devem ser os papéis dos diversos atores sociais envolvidos, sobretudo dos usuários e dos membros da equipe multiprofissional.

Manual de estrutura física dos Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA como lugares da atenção psicossocial nos territórios (2013)

O *Manual de estrutura física dos CAPS e UA* é um manual de como planejar a estrutura física de um CAPS e de uma Unidade de Acolhimento (UA). Devido ao foco do presente artigo, a análise se concentrou na parte do documento dedicada ao CAPS. O documento inicia com explicações a respeito do que é o CAPS e seu contexto histórico; em seguida, apresenta as regras a respeito da estrutura física e da composição de uma equipe multiprofissional (Ministério da Saúde, 2013). Há dois enunciados mais importantes relacionados ao CAPS: o CAPS como instituição substitutiva do modelo asilar e o caráter aberto da instituição CAPS.

O documento afirma que a instituição CAPS é “substitutiva” do modelo asilar e que representa uma estratégia de “superação” desse modelo e se refere ao CAPS como “um novo lugar social para as pessoas com a experiência de sofrimento, decorrentes de transtornos mentais, incluindo aquelas com necessidades relacionadas ao uso de álcool e de outras drogas” (Ministério da Saúde, 2013: 10). Uma vez que o CAPS é produto da reforma psiquiátrica, muito mais do que parte de um processo de desinstitucionalização, é possível considerá-lo como uma instituição não asilar, mas não necessariamente se trata de uma superação desse modelo.

Como já mencionado, há ainda hospitais, clínicas e leitos psiquiátricos, embora novas regras sobre o período de internação tenham sido estabelecidas, como vimos com a Lei 10.216. Existe também a reivindicação de que algumas unidades do CAPS funcionem dentro de uma lógica asilar. Porém, no caso da unidade pesquisada, chama a atenção o ativismo dos técnicos com relação à saúde mental e os usuários tendem a considerar que essa unidade é de boa qualidade, em comparação com um hospital psiquiátrico.

Esse enunciado se relaciona também com a questão do caráter aberto da instituição CAPS. O documento enfatiza várias vezes esse caráter, por exemplo, ao dizer que deve se tratar de um “cuidar em liberdade” (Ministério da Saúde, 2013: 24), ou que: “As práticas dos CAPS são realizadas em ambiente de ‘portas abertas’, acolhedor e inserido nos territórios das cidades, dos bairros” (Ministério da Saúde, 2013: 08). O documento também discorre sobre os diversos objetivos do CAPS, que são: cuidar, apoiar, criar projetos de vida e permitir o exercício de direitos dos usuários. Os CAPS são: “espaços de cuidar e apoiar

pessoas com experiências do sofrimento e, ao mesmo tempo, espaço social no sentido de produção de projetos de vida e de exercício de direitos, e de ampliação do poder de contratualidade social” (Ministério da Saúde, 2013: 17).

Pela experiência de observação, verifica-se que a afirmação de que se trata de um ambiente de “portas abertas” é relativa, pois isso não significa que qualquer pessoa pode entrar ou sair da instituição quando quiser ou que as portas sempre se mantêm abertas. Há regras que os usuários precisam seguir e, sobretudo, em períodos de crise esse caráter aberto é revisto, pois, em prol do “bem” dos usuários, a equipe pode tomar decisões em nome dos usuários, como, por exemplo, fechar as portas da instituição para garantir que um usuário não saia durante um período de crise.

A segunda parte do documento informa sobre o que um CAPS e uma UA necessitam possuir fisicamente. No caso do CAPS, trata-se de: recepção, salas de atendimento e de atividades, banheiros, sala de medicação, posto de enfermagem, quartos coletivos para acolhimento noturno, refeitório etc. (Ministério da Saúde, 2013). A infraestrutura do CAPS é uma questão que costuma ser discutida em reuniões administrativas e também em assembleia. Algo que já foi criticado nas assembleias por técnicos é que, às vezes, os usuários preferem, por exemplo, discutir as opções de refeições em vez de discutir questões relacionadas à luta antimanicomial. Podem acontecer reclamações, por parte de usuários, de que algo está quebrado e ainda não foi consertado e, menos comum, pedidos a respeito de melhorias, como aumentar as opções de refeições oferecidas ou contratar TV por assinatura, embora haja usuários bastante engajados na luta antimanicomial.

Saúde mental em dados 12 (2015)

O documento *Saúde mental em dados 12* traz dados quantitativos a respeito da saúde mental no Brasil. Há dados sobre CAPS, UA, Serviços Residenciais Terapêuticos, leitos de saúde mental em Hospitais Gerais, entre outros (Ministério da Saúde, 2015). No final de diversos documentos sobre saúde mental do Ministério da Saúde, é comum encontrar dados quantitativos a respeito do crescimento, principalmente, de unidades CAPS. Porém, nesse documento, isso é mais destacado. Por exemplo, há um gráfico que mostra a expansão dos CAPS de 1998 a 2014, sendo: 148 unidades em 1998 e 2209 em 2014. O documento faz questão de enfatizar que “houve um constante crescimento” (Ministério da Saúde, 2015: 09). Também na tabela que mostra os tipos de CAPS se fala em

“evolução da implementação” dos CAPS (Ministério da Saúde, 2015: 10). No entanto, as menores quantidades dessa “evolução” são de CAPS III e CAPSad III.

Os CAPS III são os estabelecimentos que ficam abertos 24 horas por dia todos os dias da semana e, portanto, são considerados apropriados para acolhimento integral, isto é, diurno e noturno (Ministério Da Saúde, 2015). Assim, apesar dos documentos do Ministério da Saúde enfatizarem a importância do acolhimento, os dados desse documento apresentam uma deficiência em CAPS III (Ministério da Saúde, 2015).

Os dados a respeito dos CAPS se encontram na seção “Atenção Psicossocial Estratégica”, que informa a quantidade de unidades CAPS por ano, por tipo, por região etc., com o objetivo de mostrar sua “evolução”, enquanto, sob a seção “Estratégias de Desinstitucionalização”, constam as informações a respeito das Residências Terapêuticas⁹, do Programa de Volta para Casa¹⁰, dos Leitos em Hospitais Psiquiátricos e da “Mudança no Perfil dos Hospitais Psiquiátricos”. A chamada mudança de perfil diz respeito à quantidade de leitos. Por um lado, o documento procura demonstrar que houve um aumento de Residências Terapêuticas e do Programa de Volta para Casa; por outro lado, demonstrar que houve uma diminuição dos leitos em hospitais psiquiátricos e uma migração de leitos em hospitais de menor porte (Ministério da Saúde, 2015).

Assim, o documento objetiva apresentar dados que comprovem que o que precisa aumentar está aumentando, ou seja, os CAPS, as UA, as Residências Terapêuticas, entre outros e o que precisa diminuir está diminuindo, isto é, a troca de leitos em hospitais psiquiátricos por leitos de saúde mental em hospitais gerais. No entanto, as unidades que proporcionam “tecnologia de cuidado contínuo” (Ministério da Saúde, 2015: 10), os CAPS de tipo III, não crescem na velocidade que se esperaria. Logo, a possibilidade do acolhimento integral não é acessível a todos.

Portaria n. 3.588 (2017)

A Portaria n. 3.588, de 21 de dezembro de 2017, dispõe sobre alterações na Rede de Atenção Psicossocial, no qual o hospital psiquiátrico é considerado como parte integrante da rede. A portaria amplia o número de leitos psiquiátricos em

9 Residências Terapêuticas são moradias “inseridas na comunidade, destinadas a acolher pessoas egressas de internação de longa permanência (dois anos ou mais ininterruptos)” que visam a uma inclusão social progressiva (Ministério da Saúde, 2015: 22).

10 O “Programa de Volta para Casa” é o pagamento de um benefício que também faz parte da reinserção social para pessoas que passaram por longas internações psiquiátricas (Ministério da Saúde, 2015).

vez de ampliar as unidades do Centro de Atenção Psicossocial; portanto, defende uma cultura de hospitalização. A portaria pode ser considerada um retrocesso da Reforma Psiquiátrica Brasileira, pois não continua o movimento de diminuição de leitos psiquiátricos. O discurso, presente nos documentos anteriores analisados, de superação do modelo centrado no hospital psiquiátrico, desaparece nessa portaria e o contrário é reforçado (Ministério da Saúde, 2017).

Além disso, o discurso do texto dessa portaria se concentra sobretudo no discurso médico sem levar em consideração outros profissionais que trabalham na área da saúde mental. A portaria também não leva em consideração a participação dos usuários visados pela própria portaria e de órgãos relacionados como o Conselho Nacional de Saúde. Portanto, não há nesse documento o discurso presente na reforma psiquiátrica desde a aprovação da Lei 10.216 de 2001 da importância do diálogo com a sociedade. Assim, diversas medidas tomadas pela portaria indicariam um retorno à lógica manicomial (Ministério da Saúde, 2017).

Discurso antimanicomial informal do CAPS

O artigo discute tanto o discurso oficial quanto o discurso “informal” do CAPS, de certo modo, seguindo a sugestão de Foucault de considerar diferentes manifestações discursivas, incluindo aquelas manifestações que são julgadas secundárias pela sociedade justamente por não serem necessariamente legitimadas institucionalmente. Nesse sentido, é importante analisar diferentes tipos de discurso e de diferentes fontes, sem hierarquizá-los.

Além da documentação oficial produzida pelo Ministério da Saúde, emergem também os discursos dos atores sociais, tanto dos membros da equipe como especialistas em saúde mental quanto dos usuários, cujos discursos podem ser por vezes desconsiderados devido ao status de pessoas com transtornos mentais. Neste artigo, faz-se uso do termo informal para se referir aos discursos não oficiais produzidos pelos atores sociais no cotidiano da instituição.

O discurso oficial e o discurso informal se relacionam. Até certo ponto, o discurso oficial dos documentos governamentais é reproduzido no cotidiano da instituição pelos atores sociais, sobretudo pela equipe técnica multiprofissional, mas também por usuários. Porém, existe também um discurso sobre a loucura produzido pelos atores sociais e sobretudo pelos usuários que podem ser notados em produções escritas como murais de atividades da instituição e publicações de blog.

Assim, a pesquisa escolheu considerar duas fontes de discurso informal produzidas pelos atores sociais: testemunhos por escrito resultantes de informações presentes nos murais de atividades da instituição e produções escritas por

usuários da unidade publicadas em um blog resultante de uma das atividades na unidade, de cunho terapêutico e artístico. No blog, há postagens de imagens e de textos, mas, sobretudo, de poesias, incluindo produções de sarais. Uma vez que o blog pode ser facilmente acessado, seu nome não é mencionado para não expor os atores sociais em questão. Pelo mesmo motivo, evitou-se fazer citações diretas de postagens do blog. O blog e os testemunhos dos usuários e de membros da equipe foram os discursos informais possíveis de serem acessados e são representativos do discurso cotidiano presente na instituição.

O discurso informal da equipe técnica multiprofissional tende a repetir informações que são encontradas em documentos oficiais, como o fato de o CAPS não ser e não poder ser como um hospital psiquiátrico, isto é, funcionar dentro de uma lógica asilar. Parece haver um cuidado, por parte da equipe, para que isso não ocorra, embora, de forma geral, eles tendam a admitir que a lógica manicomial pode ser reproduzida no comportamento de todos no cotidiano. Assim, é como se os técnicos procurassem ter uma postura sempre vigilante em relação às práticas cotidianas.

Já o discurso informal dos usuários, de forma geral, tende a defender a qualidade da unidade CAPS da qual são usuários, embora isso não os impeça de fazer reclamações e discordar dos técnicos nas interações no cotidiano da instituição ao questionar seus projetos terapêuticos, como a participação nas atividades, a medicação e as regras da instituição como um todo.

O discurso principal produzido no blog é que a arte pode ser praticada por todos. O ato de escrever postagens no blog que foi criado é considerado pela equipe e pelos usuários como um processo criativo que pode ser benéfico no tratamento psicossocial dos usuários. Comumente, os membros da equipe não participam das atividades de forma ativa e igualitária aos usuários. Os membros da equipe justificam esse distanciamento dizendo que as atividades são voltadas para o tratamento psicossocial dos usuários. Mas também fica claro que eles procuram criar uma separação evidente entre equipe e usuários no que diz respeito a compartilhar informações íntimas durante tais atividades artísticas. Especificamente nessa atividade, técnicos e usuários participam do processo de criação. Porém, na prática, os técnicos direcionam o desenvolvimento da atividade e não se expõem tanto quanto os usuários, como pode ser verificado na própria produção escrita publicada no blog.

Assim, os técnicos também produzem, por exemplo, poesias, assim como os usuários, mas seus escritos não os expõem tanto quanto alguns usuários o fazem. Os técnicos utilizam frases de outros autores para se expressarem e, no máximo, mencionam algumas coisas que preferem ou que desgostam, enquanto

os usuários – nem todos – tendem a expor mais seus sentimentos e suas falhas. Os técnicos não parecem esquecer que a atividade faz parte do trabalho deles e existe para auxiliar os usuários com suas expressões artísticas. Aliás, os técnicos são facilitadores em todas as atividades da instituição.

O blog apresenta conteúdo de temas diversos: o que os usuários gostam de fazer, como podem aproveitar melhor o espaço da cidade, entre outros, mas também surge o tema da loucura e sua internação, sobretudo no mês em que acontece o Ato Nacional da Luta Antimanicomial. Esse ato é um momento importante anualmente na instituição como um todo, pois o tema é trabalhado em diversas atividades como a preparação para participação no Ato, além de acontecer uma reflexão mais aprofundada sobre a loucura.

O dia nacional da Luta Antimanicomial é 18 de maio de cada ano, desde 1987, e seu lema principal é “Por uma sociedade sem manicômios”. Em 1987, aconteceu o primeiro ato como resultado do II Congresso Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental (Amarante, 2010). Anualmente, no Ato, é comum usuários segurarem cartazes com dizeres como: “Por um tratamento em liberdade” (Trecho do blog). A questão da loucura e sua liberdade é tratada em várias atividades, sobretudo nesse período. Por exemplo, em uma postagem do blog, um usuário diz que prefere “ser louco” do que viver uma “vida entediada” e termina dizendo: “Ser louco não é doença. Ser louco é ser saudável. Mas quem não aceita as diferenças não é capaz de perceber” (Trecho do blog).

Também é válido compartilhar testemunhos que podem ser encontrados nos murais da instituição. Esses murais contêm informações sobre as atividades, assim como testemunhos de usuários que participam das atividades. Por exemplo, uma usuária disse que gosta de participar das atividades do CAPS porque “a mente não trabalha para o outro lado, o ruim” (Trecho do mural). É comum usuários falarem do “lado ruim” e dizer que nem sempre são capazes de reconhecê-lo. Por isso, nem sempre aceitam tomar as medicações conforme indicado pela equipe. Nesse mesmo raciocínio, um usuário escreveu no blog: “Loucura. Loucura. Loucura. Low cura. Low cura. Low cura” (Trecho do blog). A palavra *low* em inglês significa baixo/a, assim dando a entender que não há cura para loucura, mas apenas medicações que se propõem a ajudar no cotidiano dos usuários.

Logo, verifica-se que os técnicos, mas sobretudo os usuários, produzem falas no cotidiano da instituição a respeito do funcionamento do CAPS e da saúde mental como um todo. Os usuários especificamente costumam expressar suas opiniões a respeito de seus projetos terapêuticos e das atividades terapêuticas das quais participam ou deixam de participar, e o fazem, comumente, em comparação com a realidade de um hospital psiquiátrico.

Além disso, nem sempre os usuários se expressam apenas por falas, mas também por ações, quando aceitam ou recusam as regras da instituição. Há usuários que se expressam mediante espaços formais como a assembleia; outros utilizam qualquer atividade para se expressar; e ainda outros o fazem em outros espaços como os corredores e diante da porta da sala da equipe técnica multiprofissional.

Assim, pode-se afirmar que o discurso informal e o discurso oficial do CAPS são relacionados entre si e se relacionam, por sua vez, com as interações sociais cotidianas na instituição. Não apenas os documentos produzidos pelo Ministério da Saúde a respeito da saúde mental brasileira e, especificamente sobre o CAPS, e os discursos informais de técnicos e usuários presentes em ferramentas como o blog, mas também os discursos que puderam ser verificados nas interações sociais cotidianas da instituição informam sobre a instituição e seu funcionamento.

Considerações finais

A análise da dinâmica do discurso antimanicomial, tanto oficial quanto informal, produzido a respeito da saúde mental e sua institucionalização no Brasil, e especificamente sobre o CAPS, revela um esforço de reforçar que o CAPS não é um hospital psiquiátrico, isto é, não é uma instituição de modelo asilar que feriria os direitos humanos dos usuários. A necessidade de repetição desse discurso é facilmente compreendida ao se acompanhar o cotidiano da instituição na prática, pois pode-se de fato considerar que a instituição repete determinadas características de um hospital psiquiátrico, sobretudo com relação ao gerenciamento de crises dos usuários. Neste aspecto, nota-se uma dissonância entre o discurso oficial e o discurso informal. No discurso oficial, é possível identificar essa repetição de como o CAPS é uma instituição nova e completamente diferenciada do hospital psiquiátrico, um modelo asilar. No discurso informal, sobretudo com base em relatos escritos dos atores sociais (usuários e membros da equipe) de uma unidade do CAPS, nota-se uma preocupação em não reproduzir o modelo asilar no cotidiano das práticas da instituição, algo que se mostra um desafio constante. Portanto, se, no discurso oficial, o CAPS já é uma fórmula nova implementada, no discurso informal, aparece ainda uma luta constante para não reproduzir o discurso manicomial no cotidiano das interações sociais na instituição.

Trata-se de um desafio significativo não apenas porque os atores sociais envolvidos reconhecem o modelo asilar, mas também devido às ameaças constantes de grupos políticos que insistem no retorno ao modelo asilar, inclusive atualmente, de forma pública e mesmo oficial. Assim, como verificamos, desde

a Portaria n. 3.588, de 21 de dezembro de 2017 (Ministério da Saúde, 2017), o discurso da centralidade do CAPS como modelo não asilar passa a ser questionado. O discurso já defendido nessa portaria mostra um ataque aberto ao CAPS como um modelo assistencial em saúde mental. Neste artigo, ao considerar igualmente tanto o discurso oficial quanto o discurso informal, buscou-se caracterizar algumas tensões entre as orientações dos documentos governamentais e discursos produzidos por atores presentes no cotidiano do CAPS como modelo de serviço psicossocial implementado.

Referências

- ALENCAR, Roselene de. *De pacientes a usuários: direitos e conquistas na Luta Antimanicomial*. 2019. Tese de doutorado, Instituto de Saúde Coletiva – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2019.
- AMARANTE, Paulo. *Saúde mental e atenção psicossocial*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2010.
- AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 23, n. 6, pp. 2067-2074, jun. 2018.
- CELLARD, André. L'analyse documentaire. In: POUPART, J. e colab. (Org.). *La recherche qualitative: enjeux épistémologiques et méthodologiques*. Montréal, Gaëtan Morin, pp. 251–271, 1997.
- DELGADO, Pedro. Saúde mental e direitos humanos: 10 anos da Lei 10.216/2001. *Arquivos brasileiros de psicologia*, v. 63, n. 2, 2011, pp. 114-121.
- ESPIRITO SANTO, Wanda Luiza Peregrino Do; ARAÚJO, Inesita Soares De; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Movimentos sociais e novas tecnologias: o Youtube e a luta antimanicomial. *Reciis*, Accepted: 2013-03-21T17:57:06Z, v. 6, n. 4, 2012.
- ESPIRITO SANTO, Wanda; ARAUJO, Inesita Soares De; AMARANTE, Paulo. Communication and mental health: a discursive analysis of posters of the National Anti-Asylum Campaign Movement in Brazil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 23, n. 2, pp. 453-471, jun. 2016.
- FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris, Gallimard, 1969.
- FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours: leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Paris, France, Gallimard, 1971.
- KELLER, Reiner; MARTINESCHEN, Daniel. Sobre a práxis da Análise do Discurso da Sociologia do Conhecimento. *Pandaemonium Germanicum*, v. 24, n. 44, pp. 475-518, out. 2021.

- KODA, Mirna Yamazato. *Da negação do manicômio à construção de um modelo substitutivo em saúde mental: o discurso de usuários e trabalhadores de um núcleo de atenção psicossocial*. 2002. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 12, n. 2, pp. 399-407, abr. 2007.
- MAY, Tim. *Social research issues, methods and process*. 4. ed. Maidenhead, Open University Press, 2011.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Manual de estrutura física dos centros de atenção psicossocial e unidades de acolhimento: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA como lugares da atenção psicossocial nos territórios*. Brasília, DF: Governo do Brasil, 2013.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Portaria n. 3,588, de 21 de dezembro de 2017*. Brasília, DF: Governo do Brasil, 2017.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Saúde mental em dados 12*. Brasília, DF: Governo do Brasil, 2015.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Saúde mental no SUS: os Centros de Atenção Psicossocial*. Brasília, DF: Governo do Brasil, 2004. (Série F--Comunicação e educação em saúde).
- PRADO FILHO, Kleber; LEMOS, Flavia. Uma breve cartografia da luta antimanicomial no Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 2, n. 1, pp. 45-63, 2012.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*. Brasília, DF: Governo do Brasil, 2001.

Recebido em: 12/07/2021

Aprovado em: 20/11/2021

Como citar este artigo:

- SOARES, Roberta de Oliveira e ALVAREZ, Marcos César. O Centro de Atenção Psicossocial e o discurso antimanicomial. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 2, maio - agosto. 2022, pp. 597-616.

Resenhas





Engajamento intelectual e dissonâncias políticas

Deni Ireneu Alfaro Rubbo¹

Danielle Tega²

Resenha do livro:

TRAVERSO, Enzo. *Onde foram parar os intelectuais?* Belo Horizonte/Veneza, Âyiné, 2020.

O que se entende por “intelectual” e suas funções é algo que tem passado por profundas alterações nas últimas décadas. Ao tentar responder *Onde foram parar os intelectuais?*, título do livro publicado originalmente em 2013 na França [*Où sont passés les intellectuels?*], Enzo Traverso busca fazer um balanço sobre o papel, as atribuições históricas e o declínio dessa figura, expressando, ao mesmo tempo, o anseio por reinventá-la. Além de discutir desafios atuais das ciências sociais, a pergunta não deixa de ser uma indagação sobre o próprio ofício do autor enquanto intelectual.

Nascido na Itália e licenciado em História pela Universidade de Gênova, Traverso fez seu doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, onde foi orientado pelo sociólogo franco-brasileiro Michael Löwy. Sua tese é concluída em 1989, ano da queda do muro de Berlim – momento crucial na história recente e trabalhado pelo autor em várias de suas intervenções. Desde então, o historiador italiano já publicou cerca de vinte livros, e suas obras foram traduzidas para diferentes idiomas, consolidando-o como um dos mais

1 Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) – Dourados – Brasil - deni_out27@uol.com.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9150-6565>

2 Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados – Brasil - dani.tega@uol.com.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8607-7188>

renomados especialistas em história intelectual e política do Século XX. Após anos de docência em ciência política na França, Traverso se institucionalizou na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, e atuou como professor visitante na Espanha, Bélgica, Alemanha, México e Argentina.

Em grande medida desconhecida por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, sua produção oferece contribuições originais para pensar as sociedades contemporâneas. O primeiro livro de Traverso publicado no Brasil foi *Melanconia de esquerda: marxismo, história e memória* (2018), obra que oferece uma reflexão crítica sobre as derrotas históricas da esquerda revolucionária, conjugando experiências catastróficas e utopias vividas (Rubbo; Tega, 2021). São da mesma casa editorial tanto o livro ora resenhado como *As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita* (2021). Trata-se, assim, de uma excelente iniciativa da editora ítalo-brasileira Âyiné em prol da circulação da obra do historiador.

Onde foram parar os intelectuais? é resultado de uma longa entrevista com o jornalista Régis Meyran, na qual Traverso é instigado a discorrer sobre questões políticas e culturais que compõem as metamorfoses da representação intelectual pelo tempo. A natureza desse livro-entrevista possui uma dinâmica peculiar que contrasta com a de seus trabalhos anteriores, como *À Feu et à sang: De la guerre civile européenne (1914-1945)*, de 2007, ou *L'histoire comme champ de bataille: Interpréter les violences du XXe siècle*, de 2011, cujos conteúdos expõem as metodologias adotadas nas investigações. No caso em questão, como costuma ocorrer nesse tipo de interlocução, há tanto perguntas nem sempre respondidas satisfatoriamente como respostas que explanam para além do indagado. Nesse movimento, o livro, dividido em três partes, realiza uma historicização crítica com base no ponto de vista do entrevistado.

Na primeira parte (“Do nascimento ao eclipse dos intelectuais”), tendo como base referências teóricas e empíricas exclusivamente europeias, Traverso faz uma reconstrução da noção de intelectual desde o final do Século XIX. Como tem sido comum nos estudos sobre sociologia e história dos intelectuais, o autor discorre sobre o “momento fundador” dessa figura que emergiria no afamado caso Dreyfus na França e sua imediata repercussão política e ética – episódio que opera “a transformação do adjetivo ‘intelectual’ em substantivo” (p. 13). O *status* de intelectual dreyfusiano havia se assentado mais do que o de “homens de letras” iluministas, sobretudo por conta da industrialização das sociedades europeias: enquanto os filósofos das Luzes tinham como interlocutores a aristocracia e a burguesia para a difusão e a circulação de suas ideias, a emergência da “sociedade de massa” alterava significativamente os condicionantes políticos,

sociais, econômicos e culturais de então. Nesse processo de urbanização e expansão capitalista, a divisão entre esquerda e direita na arena política e o *boom* da imprensa em grande escala moldaram o advento de intelectuais.

Nesse contexto, a mudança de condição de intelectuais é entendida pelo pertencimento material e simbólico de um grupo social (ou elite) e por certa autonomia conquistada, pois poderiam viver de sua pluma, gozando de um mercado de ideias e de um público receptíveis a suas produções, independentes de reis e príncipes como outrora. A comparação entre os compositores Mozart e Beethoven, pelo contraste de suas trajetórias musicais em relação ao contexto social, é ilustrativa: enquanto o primeiro era integralmente subordinado à sociedade da corte, o segundo não depende da camada aristocrática e, por isso, almeja reconhecimento popular de sua arte. Para Traverso, essas primeiras fusões entre bens culturais e mercado cumpriram um tipo de “emancipação”, embora o mercado “já se tornara indissociável da exploração e do colonialismo” (p. 17), o que revelava claramente as contradições no tecido social europeu do final do Século XIX.

Além da produção de uma obra, o historiador aponta que o espaço público foi outro campo fundamental para que intelectuais exercessem sua função crítica. Baseado na definição habermasiana, esse “lugar intermediário entre Estado e sociedade civil, entre esferas do privado e das trocas econômicas e das instituições”, permitia uma crítica que construía “seu espaço entre o campo de produção e o da decisão” (p. 15). O autor ainda sublinha que essa arena do espaço público sempre foi um “campo magnético em que se enfrentam forças e correntes antagônicas” (p. 18), disseminando não apenas ideias “contra a ordem”, mas também ideias imperialistas, eurocêntricas e racistas.

Traverso discorre sobre um conjunto de intelectuais de esquerda e de direita que vão se constituindo na paisagem sociocultural europeia por meio de tomadas de posições nas experiências históricas. A Grande Guerra, a Revolução Russa e a Segunda Guerra são acontecimentos que desencadeiam cataclismos e mutações significativas no plano intelectual. São momentos de conflitos ideológicos e polarizações entre revolucionários comunistas e fascistas intensificados pela ascensão dos regimes autoritários que obrigam intelectuais a assumir suas posições publicamente. Mesmo a corrente “pacifista”, expressiva nos anos 1920, passa a tomar partido com a escalada fascista, como é o caso de Albert Einstein. Outro nome lembrado pelo autor é Thomas Mann, que, outrora conservador, alteraria sua trajetória, representada especialmente em seu romance *A montanha mágica*, e passaria a ser conhecido pelo seu antifascismo. Ainda fazendo referência a esse período histórico, Traverso afirma que “[o] anti-intelectualismo

é um lugar comum da *intelligentsia* de direita” (p. 23). Mesmo que tivessem características suficientes para essa definição, pois viviam de sua pena e da defesa de suas ideias, “intelectuais de direita” não era uma expressão compartilhada, naquele momento, pelos sujeitos que a integrariam. Essa recusa em se identificar ou se definir enquanto “intelectual” pode ser observada no nacionalismo “facistóide” do escritor alemão Ernst Jünger e também em franceses como Charles Maurras, Maurice Barrés e Leon Daudet: o termo conteria uma carga altamente pejorativa, pois remeteria a um espírito “cosmopolita” e aos princípios filosóficos herdados do iluminismo – tudo aquilo que combatiam.

Nesse sentido, uma das contribuições de Traverso está no modo como analisa a luta antifascista enquanto fenômeno da história intelectual do Século XX. Ele discorda da tese de François Furet, segundo a qual o antifascismo seria uma “máscara” do comunismo soviético, para afirmar que, “antes de ser uma política, o antifascismo é um *ethos* coletivo; a virada antifascista do comunismo, que desembocava na política das frentes populares, não é sua matriz, mas sua consequência” (p. 31). Ademais, Traverso explicita a diversidade naquele contexto político: de antifascistas e anticomunistas, como o escritor Upton Sinclair, a antifascistas que, não sendo anticomunistas, eram abertamente antistalinistas, como os surrealistas, os participantes da *Partisan Review*, os irmãos Rosselli.

É também com base nessa relação que Traverso apresenta uma série de “imagens”, como também ofertaria em *Melancolia de esquerda*, para transmitir a mensagem indissociável entre intelectuais e engajamento político – seja George Orwell com um fuzil pendurado no ombro durante a Guerra Civil Espanhola, Marc Bloch na resistência francesa ou ainda Edward Said atirando pedras contra um posto de controle em Israel. Para construir a categoria de *intelectual crítico* que busca defender durante a entrevista, o historiador repensa duas caracterizações elaboradas por Norberto Bobbio: a do intelectual “filósofo-rei”, de caráter platônico, que busca entrar na política para assumir o poder e, por isso, “causa temor” borrando a diferença entre intelectual e poder; e a do “conselheiro do rei”, que assume um caráter de colaborador oferecendo seu conhecimento específico para o poder público. Em seguida, sugere uma terceira via, justamente a que marcaria a história do Século XX: a do “intelectual como crítico do poder”, aquele que “questiona o poder, contesta o discurso dominante, provoca discórdia, introduz um ponto de vista crítico” (p. 12), manifestando tais pontos de vista em sua obra e no debate público, instaurando, metaforicamente, a dissonância na harmonia musical.

No pós-guerra, a referência desse intelectual é a de Jean Paul Sartre, que se transforma em um “guru intelectual de uma geração”. Seu nome foi sinônimo

de rompimento com conformismo e “seu engajamento era forte, mas não o engessava em uma armadura ideológica, que hoje seria incompreensível; ele sabia preservar sua independência e sua voz singular”; “sempre atacou o anticomunismo [...] mas sua relação com o Partido Comunista era conflituosa” (p. 35). Sendo o intelectual sartreano uma expressão do intelectual crítico capaz de revelar problemas tanto à esquerda quanto à direita, Traverso lamenta certa “banalização antisartreana”, como comparações descontextualizadas e caricaturais entre o filósofo existencialista e Albert Camus: “Hoje em dia, o paradigma da lucidez é um liberalismo morno e insípido, projetado a *posteriori* sobre o passado como um tipo de sabedoria atemporal. Nem Sartre nem Camus merecem tal tratamento” (p. 37).

Nesse ponto da entrevista, há uma importante questão de Régis Meyran, que problematiza o acesso ao poder de intelectuais engajados. Apesar de ser perceptível o apreço do historiador italiano pelas mais diversas versões do “intelectual revolucionário”, que seria, a seus olhos, “uma figura bem mais fascinante”, Traverso não se esquivava da provocação e adverte ser necessário “reconhecer que sua ascensão ao poder foi muitas vezes catastrófica”. Durante as revoluções, intelectuais se tornaram “mártires” ou “cúmplices” na escalada totalitária, especialmente durante o stalinismo, que “exerceu coerção pesada sobre o pensamento dos intelectuais” (p. 43). Mesmo Leon Trótski, que expressaria as virtudes do intelectual crítico como opositor do regime stalinista, uma vez à frente do Exército Vermelho, instituição que definiu a execução de reféns, militarizou os sindicatos e legalizou a censura, teria revelado “a incompatibilidade entre o intelectual e o poder, os mal-entendidos e os perigos do entrelaçamento de papéis” (p. 45).

A segunda parte (“A ascensão dos neoconservadores”) é dedicada ao período que acelera o eclipse dos intelectuais, notadamente após a década de 1980. Como aponta Traverso, contradições históricas que se acumularam ao longo do tempo demarcariam a crise dos intelectuais e a necessidade de repensar sua função nesse novo contexto. Para expor tal diagnóstico, o autor entrelaça diferentes questões, como a universidade de massa e a proletarianização intelectual, o fortalecimento da mídia enquanto dispositivo que sequestraria o debate intelectual, o desinteresse de partidos políticos pelos intelectuais em preferência a publicitários, o fim do ciclo histórico com a queda do muro de Berlim, que se traduziria como triunfo do capitalismo.

Traverso não considera a “universidade de massa” como algo negativo; contudo, observa que, com seu advento, teria havido uma alteração do *status* social do intelectual, o qual sofreria um “rebaixamento” e seria mais um dentre tantos

atores que teria se sub-proletarizado, principalmente ao pensar “na quantidade impressionante de jovens pesquisadores em situação de penúria” (p. 49). Esse tipo de contradição já havia sido assinalado pelo autor ao pontuar, em outro contexto histórico, o desenvolvimento da sociedade capitalista e a expansão do mercado editorial. Atualmente, intelectuais são docentes de universidades com inúmeras tarefas em atividades de ensino, extensão e pesquisa, que recebem constrangimentos para alcançar índices de alta produtividade e, nesse sentido, em constante disputa com sua própria categoria.

A segunda questão está relacionada aos meios midiáticos e ao processo de reificação do espaço público enquanto êxito de certa “cultura da imagem” que chegaria a “colocar em questão o estatuto do escrito e, ato contínuo, a função dos intelectuais” (p. 59). Um “dono” de canal no YouTube pode influenciar milhares de pessoas com discussões teóricas e debates políticos sem depender de uma carreira acadêmica e de seu reconhecimento. A autoridade teórica do intelectual é paulatinamente diluída com o acesso instantâneo de informações a um clique. Hoje, o termo intelectual designa, com frequência, personagens midiáticos que, geralmente, não se enquadram na tipologia tradicional apresentada na primeira parte do livro: não são especialistas de governo; não são específicos ou pesquisadores; tampouco são críticos – pois ajudam a legitimar o poder. Assim, o intelectual engajado, aquele que encarnava a autonomia racional, a produção de utopias, a transgressão à ordem vigente, que era educador e solidário com as lutas sociais, passa a ser substituído pela figura do “intelectual midiático”, palatável (e inofensivo) em uma era “pós-ideológica” e “pós-totalitária”.

Um terceiro agravante está na crise dos partidos políticos. Enquanto estavam orientados por intelectuais “orgânicos”, nos termos de Antonio Gramsci, esses estruturavam os debates em jornais e revistas. Contudo, as organizações políticas passaram a direcionar seus esforços “segundo as flutuações de opinião medidas por sondagens”, desprezando a figura do intelectual e os substituindo por “gerentes de comunicação” e de publicidade (p. 52).

Por último, mas não menos importante, Traverso aponta a intrínseca relação desses problemas ao “fim de um ciclo histórico”, concretizado pela queda do Muro de Berlim em 1989, que atravessaria profundamente as subjetividades de intelectuais críticos. Esse divisor de águas teria antecedentes políticos dentro da própria trajetória da esquerda radical no Século XX. Como uma testemunha ocular, o autor assinala que “[o] silêncio dos intelectuais críticos advém efetivamente da interiorização de uma derrota. Tínhamos marchado em 1975 contra a guerra americana no Vietnã e descobrimos, quatro anos depois, as va-las comuns dos khmers. Isso nos atingiu profundamente” (p. 57). Além disso, o

fracasso histórico do comunismo e a hegemonia neoliberal tiveram como consequências, por um lado, o desaparecimento do engajamento revolucionário e, por outro, o surgimento do neoconservadorismo.

O primeiro ponto é elucidado por Traverso com base no debate sobre direitos humanos que, assim como a “democracia”, viraram uma espécie de marca a ser veiculada e produto a ser instituído pelas guerras. Se o engajamento do antigo intelectual crítico estava em causas revolucionárias, antifascistas e anti-colonialistas, agora ele não passaria de um “humanista” na defesa dos direitos humanos. Essa postura impacta as possibilidades utópicas de outrora: “O intelectual crítico imaginava a sociedade futura. Desde os anos 1980, porém, ele capitaneia uma celebração quase religiosa do passado e se encarrega de elaborar a memória” (p. 75).

Nesse mesmo contexto de retorno do anticomunismo, deflagra-se uma onda de intelectuais neoconservadores, muitos dos quais “ex-comunistas” ou oriundos da “extrema esquerda”. Embora com posturas bastante diversas, Traverso destaca certa atitude “anticonformista” assumida pelos neoconservadores que, por exemplo, “atacam o antirracismo como expressão do ‘pensamento único’ e propagam o mito da decadência em uma sociedade multicultural, mestiça, privada de seus valores fundadores, cortada de suas raízes” (p. 73).

Na terceira e última seção (“Quais são as alternativas para o futuro?”), Traverso transita pelas novas tipologias de intelectuais que emergiram nas últimas décadas e analisa recentes correntes políticas e movimentos sociais. Aqui, aparece a figura do “intelectual específico”, noção elaborada por Michel Foucault na década de 1970 a respeito do cientista que não intervém por valores universalistas; por outro, em consonância à tendência de setorização dos saberes, surge o “intelectual especialista” como uma pequena peça na fábrica das universidades de massa, moldado por uma aparente neutralidade analítica e pela linguagem técnica e hermética. Distante da autonomia crítica, converte-se numa figura frequente em programas televisivos, comentarista e intérprete de temáticas específicas, sem jamais questionar as contradições do sistema capitalista. Essa figura pode se tornar um *expert*, adotando uma linguagem corporativa na sociedade contemporânea que, semelhante ao papel de gestor técnico, integra o dispositivo governamental “a serviço dos tomadores de decisão”.

A preocupação de Traverso, contudo, “não é tanto a especialização dos saberes e o advento do intelectual específico (que é fruto daquela), mas sim sua contraposição ao intelectual universal, pois isso significa, na maioria dos casos, uma prática da expertise que exclui a crítica” (p. 84). O autor busca fornecer uma síntese entre o intelectual crítico e específico como um modo de redefinir

o papel do intelectual à luz de uma sociedade cada vez mais distópica, pois “a dominação, a opressão e a injustiça não desapareceram, e o mundo seria inabitável se ninguém as denunciasse” (p. 88).

Vale lembrar que esse conjunto de temas presente na última seção do livro-entrevista foi também discutido por intelectuais brasileiros. Em *O silêncio dos intelectuais*, organizado por Aduino Novaes (2006), foram debatidos a crise dos intelectuais “no campo da cultura e também como ponto de partida para discutir a crise dos universais, o relativismo, o ceticismo e outros problemas postos para a política e para o pensamento” (Novaes, 2006:11).

Nas páginas finais, o historiador italiano é perguntado sobre o crescente desencontro entre intelectuais críticos e movimentos sociais. Ele recorre, num primeiro momento, às lutas travadas desde a década de 1960 pelos chamados “grupos dominados”, como “negros americanos, mulheres e homossexuais” (p. 89), e como elas foram precípuas para a mudança de perfil nos departamentos de ciências sociais e história das universidades estadunidenses, “cada vez menos *wasp*”, cada vez mais asiático, negro e latino. A crítica ao colonialismo e ao eurocentrismo de Edward Saïd, de origem palestina, e que se coloca a favor dos dominados, “mostra que o surgimento do pensamento pós-colonial não coloca em xeque a figura do intelectual crítico” (p. 91). O que estaria em aberto, segundo a visão do autor, é se a crítica pós-colonial teria condições de transcender a universidade e gerar uma influência política de grande alcance, como ocorreu com o anticolonialismo e anti-imperialismo das décadas de 1950 e 1960.

Em seguida, ele recorda que as derrotas históricas das revoluções do Século XX deixaram os movimentos sociais órfãos. “O paradoxo de nossa época é que ela é obcecada pela memória”, afirma, enquanto os movimentos de contestação “não têm memória alguma” (p. 98), já que não se inscreveriam na linhagem dos movimentos revolucionários do Século XX. Para Traverso, os indignados da Espanha, a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, entre tantos outros não escapariam de uma vida efêmera, de uma “formação de agregados temporários de indivíduos reunidos pela contingência de um único dano e dispersados logo que litígio é resolvido”. Embora suas ações abram um espaço utópico alternativo à globalização neoliberal, seriam demasiadas momentâneas. Laconicamente, afirma: “os movimentos de contestação hoje oscilam entre Scylla e Charybdis, entre a recusa do passado e ausência de futuro” (p. 103).

Resulta interessante a observação de Traverso sobre os movimentos atuais, especialmente ao apontar os perigos de mobilizações quando elas não apresentam propostas alternativas ou estão descoladas de pontos de referência política. Trata-se de uma questão que o autor aprofundaria em *Melancolia de esquerda*:

marxismo, história e memória (2018), livro originalmente publicado em 2016, no qual salienta que, “uma vez que as utopias acabam, um luto bem-sucedido também poderia significar uma identificação com o inimigo: um socialismo perdido é substituído por um capitalismo aceito” (Traverso, 2018: 117). Ainda nessa obra, o historiador italiano propõe “despatologizar” a melancolia, concebendo-a como premissa imprescindível ao processo de elaboração de luto, como um passo capaz de ajudar o sujeito a se tornar ativo novamente, na “*aposta* por uma melancolia que não seja nem paralitante, nem circunscrita em si mesma, mas como estímulo à autorreflexão crítica diante de uma visão trágica da história” (Rubbo; Tega: 3).

Apesar disso, *Onde foram parar os intelectuais?* deixa uma série de inquietações, pois as respostas de Traverso assinalam a falta de potencialidades em movimentos que, muitas vezes, entram em cena de maneira radical contra as ofensivas neoliberais. A despeito de concordarmos com sua análise de que a noção de identidade tenha começado a substituir a de “classe” nas ciências sociais, especialmente em consequência da crise do marxismo e do fim do “socialismo real”, não nos parece razoável considerar “identitários” movimentos contestatórios feministas ou antirracistas que lutam contra desigualdades sociais estruturais. Pode-se argumentar que muitos desses movimentos tenham se tornado massivos após a primeira edição do livro em tela, ou que tenham assumido maior relevância em países que não façam parte do recorte adotado na entrevista. Seriam os casos, por exemplo, de mobilizações como o *Ni una menos*, que alçaram protestos multitudinários contra a violência de gênero na Argentina, Chile e Uruguai em junho de 2015; ou da *International Women’s Strike*, que teve a adesão de mais de 50 países em março de 2017. Mas valeria ponderar que várias dessas articulações foram possíveis por conta de processos que já estavam em pauta, inspirados por experiências de assembleias e construções menos hierarquizadas que forjaram nova geração de intelectuais e de militantes pelo mundo, especialmente após a crise de 2008.

Concentrando-se quase que exclusivamente na história europeia, outras questões ficam pendentes, como quais seriam as *causas universais* defendidas pelo “intelectual engajado”. Dois tipos aparecem nesse cenário: quem intercede por uma universalidade abstrata (colonial e masculina), apologeta da modernidade capitalista e da ideologia do progresso; e quem intervém por uma universalidade concreta em mudança, crítico da modernidade e do progresso. Essa diferenciação poderia ter sido mais aprofundada pelo historiador italiano, pois acreditamos que seu argumento em defesa do intelectual crítico, específico e universal, esteja nessa segunda opção. Outro problema que advém do recorte regional é a

ausência de um pensamento sobre a emergência de intelectuais negras, negros e indígenas, tema que problematizaria ainda mais as contradições das universidades de massa. Pensando no caso do Brasil, por exemplo, observamos como as políticas de cotas vieram acompanhadas por uma crescente demanda de produtividade calcada em ideais individualistas e competitivos, dificultando a inserção profissional de intelectuais das comunidades negras e indígenas.

Outras lacunas poderiam ser evitadas caso a obra apresentasse um prefácio à edição brasileira com explicações sobre a história da criação do livro-entrevista, sua proposta inicial, seu desenvolvimento, seu público alvo e qual a relação entre entrevistador e entrevistado. O prefácio de Régis Meyran tampouco situa o local e como se deu a conversa com o entrevistado, ainda que as notas possam conduzir a um aprofundamento da leitura.

Por fim, mas não menos importante, valeria à pena perguntar a Traverso “onde estão *as* intelectuais?”. De nossa parte, há um evidente incômodo na leitura do livro causado pela escassez de intelectuais mulheres. Ainda que o recorte seja europeu, o destaque a Sartre contrasta com a quase ausência de Simone de Beauvoir, intelectual que inspirou mais de uma geração de intelectuais (e) feministas, seja pelos temas trabalhados em sua obra, seja por seu engajamento político. Poucas menções são feitas a Hannah Arendt, outra intelectual pública que não escapava de polêmicas com a esquerda ou com a direita. Mesmo quando percorre momentos dos EUA e aborda questões raciais e de gênero, não há uma palavra direcionada a Angela Davis; ao abordar debates mais recentes, nenhuma declaração é feita sobre Judith Butler. Dentre tantos outros nomes possíveis, essas breves provocações não estão descoladas das demais inquietações acima apresentadas.

O livro-entrevista possui uma dimensão autobiográfica e reflexiva: Traverso fala do seu lugar de intelectual crítico que, no conjunto da produção sobre intelectuais, apresenta não apenas um resumo sobre essa figura, mas defende um ponto de vista engajado, tal como muitos dos intelectuais por ele referidos. Por outro lado, ainda que não lhe falte erudição ou rigor teórico, o foco no debate europeu, branco e masculino oculta uma série de perspectivas sobre as quais o historiador poderia trazer contribuições. Não deixa, desse modo, de ser uma obra necessária para uma reflexão histórica e sociológica sobre o papel de intelectuais, suas metamorfoses, ilusões e utopias..

Referências

NOVAES, Adauto (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

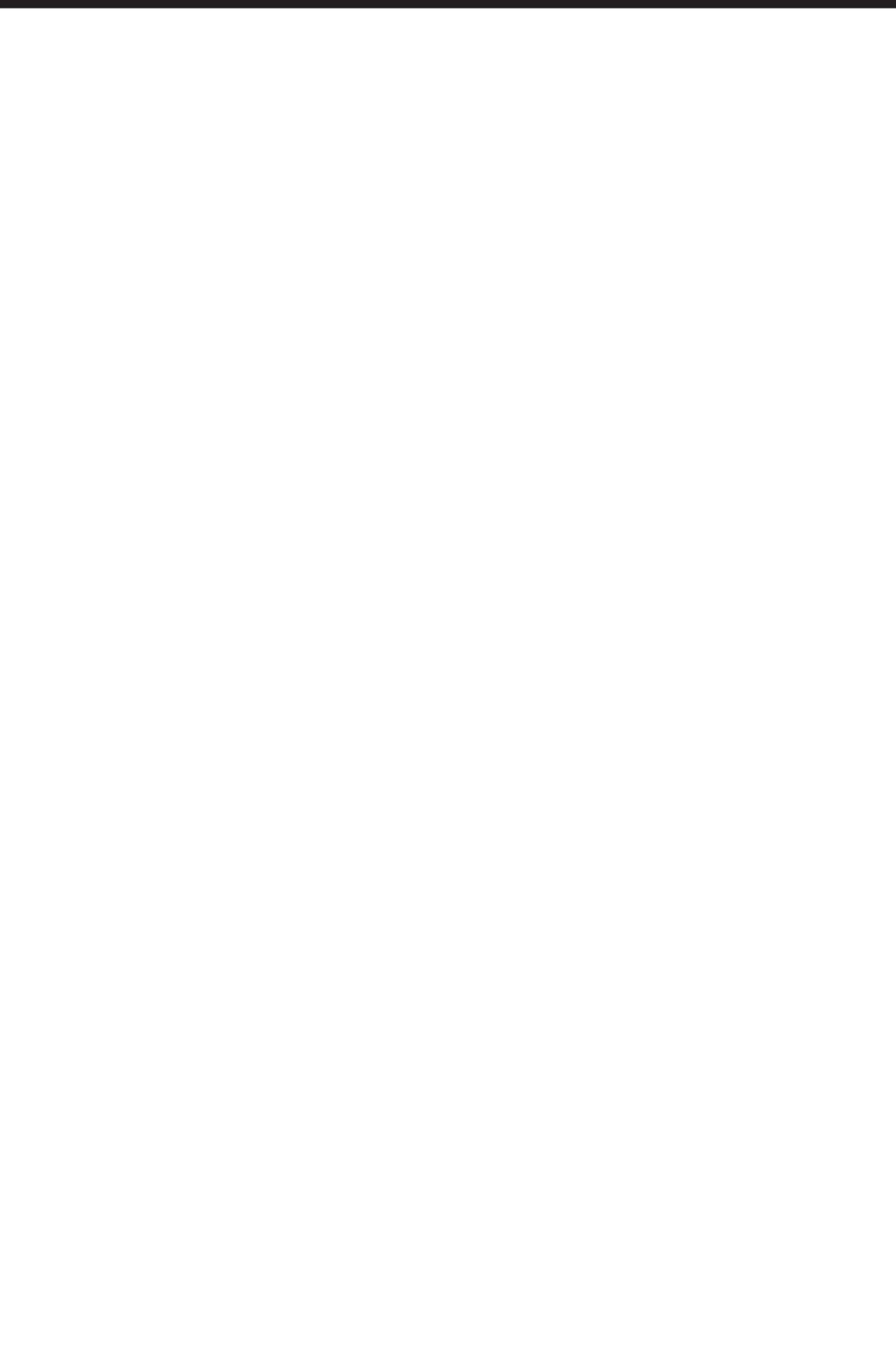
- RUBBO, Deni Ireneu Alfaro.; TEGA, Danielle. Cartografias da derrota: lembranças marxistas e melancolia política. *Revista de História*, n. 180, p. 1-13, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.176817.
- TRAVERSO, Enzo. *As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita*. Belo Horizonte/Veneza, Âyiné, 2021.
- TRAVERSO, Enzo. *Onde foram parar os intelectuais?* Belo Horizonte/Veneza, Âyiné, 2020.
- TRAVERSO, Enzo. *Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte/Veneza, Âyiné, 2018.
- TRAVERSO, Enzo. *Où sont passés les intellectuels?* Paris, Éd. Textuel, 2013, coll. Conversations pour demain.

Recebido em: 15/01/2022

Aprovado em: 14/04/2022

Como citar esta resenha:

- RUBBO, Deni Ireneu Alfaro e TEGA, Danielle. Engajamento intelectual e dissonâncias políticas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 2, maio - agosto. 2022, pp. 619-629.





Zora Neale Hurston e Olualê Kossola: o encontro entre a diáspora forçada e diáspora voluntária

Carolina Nascimento de Melo¹

Resenha do livro:

HURSTON, Zora Neale. *Olualê Kossola: As Palavras do Último Homem Negro Escravizado*. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 2021.

Quando Zora Neale Hurston (1891-1960) iniciou suas pesquisas antropológicas na Bernard College e, depois, na Columbia University, ela já era reconhecida por ser uma das personagens principais do movimento cultural e político *Harlem Renaissance* e proeminente escritora, sobretudo, da vida cotidiana da população negra do sul dos Estados Unidos e da cidade de Nova York. E mesmo que, naquele período, a Antropologia fosse conhecida como a disciplina dos estudos sobre seres “exóticos”, ela se tornou um percurso acadêmico compatível com os desejos da jovem escritora de registrar as expressões culturais negras que ela já havia experienciado durante sua infância em Eatonville.

Em 1927, dirigindo seu próprio carro e armada com uma espingarda contra as possíveis violências racistas, ela vai para a cidade Africatown, única cidade fundada por e para africanos sequestrados durante o comércio transatlântico, conhecer Olualê Kossola, considerado o último sobrevivente sequestrado que atravessou o atlântico. Foi com base nesse encontro que Hurston e Kossola dão origem ao livro *Olualê Kossola*, originalmente conhecido como *Barraccon: The Story of the Last “Black Cargo”*.

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade federal de São Carlos (PPGS/UFSCar) – São Carlos – Brasil - melo.n.carolina@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-4644-3918>

O manuscrito fica pronto em 1931, mas é publicado em 2018 e lançado no Brasil em 2021. A edição brasileira possui *Prefácio* da escritora Alice Walker, *Introdução* por Deborah G. Plant, crítica literária, e *Introdução à Edição Brasileira* pelo pesquisador e antropólogo Messias Basques. Diante do aumento de traduções de escritoras e pensadoras negras, faz-se necessário esse trabalho minucioso daquela que abriu caminho para Alice Walker, Patricia Hill Collins, bell hooks, Audre Lorde e tantas outras já conhecidas no Brasil. Ainda há a preocupação da edição brasileira em trazer o protagonismo para Olualê Kossola no título e não apenas para o evento do sequestro em si, como na publicação original.

Na *Introdução*, a autora argumenta que houve um crescimento de uma literatura historiográfica sobre “(...) o capítulo mais dramático da existência humana” (Hurston, 2021: 57). Todavia, os arquivos foram produzidos, principalmente, por aqueles que, de alguma forma, corroboraram para a manutenção do comércio e escravização de ambos lados do Atlântico. Dessa maneira, a etnografia com Kossola possibilita dar voz àqueles que nunca foram escutados.

Sua ética se faz presente ao chamá-lo por seu nome africano, o que o deixa emocionado, pois, desde que chegou em solo americano, era chamado de Lewis Cudjo. E, também, pelo respeito à forma de se expressar de Kossola. A autora faz questão de não “corrigi-lo”. Nesse primeiro encontro, Kossola demonstra profunda solidão e, ao longo do livro, chora inúmeras vezes. Isso porque a sensação de não-pertencimento e deslocamento atravessam sua experiência nos Estados Unidos.

Kossola inicia sua história pela sua ancestralidade por acreditar que, em África, não se poderia falar de si sem trazer toda sua linhagem coletiva. Hurston, por sua vez, fica receosa dele desviar dos assuntos e perguntas feitas por ela, mas prefere escutá-lo. Tal escuta sensível lhe permite acessar pistas sobre a organização social do país, atual Benim, do protagonista em determinado período histórico.

No capítulo *A Chegada do Rei*, a autora leva de presente um repelente porque, no encontro anterior, ela percebeu os mosquitos na casa de Kossola. Tanto neste quanto nos *III e IV Capítulos*, Kossola explica sobre os diferentes rituais fúnebres de seu povo. Desde execuções às mortes naturais, música, dança e canto são presentes e fundamentais em todos eles. Se W. E. B. Du Bois (1868-1963) teoriza sobre a contribuição sócio-cultural da população negra/africana com base na música (1903), Hurston a demonstra com a história de Kossola.

Ele, que exerce o papel de *griô* em Africatown, conta inúmeras histórias e parábolas que ouvia de seus familiares mais velhos para Hurston que compilou algumas delas no *Apêndice* do livro. Além de contar, é ele quem dita as regras

das informações que quer dar e quando. Aos quatorze anos, por exemplo, ele começa a ser treinado para fazer parte do exército que defende sua população. Jovens eram treinados desde cedo para desempenhar esse papel, provavelmente, por considerarem o Reino de Daomé bélico. Esse momento também é informado pelas iniciações para se “tornar homem”. Assim, é possível observar que havia divisões sociais de gênero em tal sociedade, mesmo diferente do que esse termo significa hoje para nós. De qualquer maneira, Kossola só participa da primeira etapa de tal inserção sócio-cultural.

Nos capítulos V e VI, o protagonista conta que, durante a juventude, gostava de ir ao mercado flertar com meninas jovens. Em um desses dias, três soldados do Reino de Daomé chegam ao mercado solicitando a colheita do povo; caso contrário, o resultado seria uma guerra. Plant, editora do livro, revela que Hurston cometeu um erro de localização da comunidade de Kossola, o que demonstra a dificuldade de precisão dos registros históricos e as diferenças linguísticas de tradução dos nomes das localidades. Hurston imaginou ter encontrado o local e, também, a razão que teria provocado o massacre que se sucedera.

O Rei de Daomé era comerciante de escravos e organizou um massacre surpresa, utilizando, inclusive, artilharia francesa durante o ataque. O relato chocante de violência, guerra e morte é, até aquele momento, inédito e contado vividamente por alguém que nunca conseguiria esquecer. Ele narra sua chegada em Abomei, atual capital de Benim e demonstra aflição ao lembrar a quantidade de crânios expostos na entrada do reino como demonstração de poder bélico e vitórias. Segundo Kossola, “não é permitido que ele [o guerreiro] fale sobre qualquer vitória, a menos que tenha as cabeças para mostrar” (Hurston, 2021: 117). Seus familiares e amigos que foram decapitados tiveram suas cabeças levadas junto com os sobreviventes para Abomei, o que causou terror em Kossola e nos outros.

Quando eles chegam ao barracão, chamado de jaula por ele, eles se alimentam e descansam da longa caminhada. Porém, pouco depois, eles voltam a caminhar, rumo ao porto de Uidá, na costa atlântica, onde os compradores brancos estrangeiros os esperam. É a primeira vez que Kossola vê pessoas brancas. Ao chegar no navio, suas roupas são arrancadas e, depois, em solo americano, são chamados de selvagens por estarem pelados.

As leis contra o comércio transatlântico não impediram os inúmeros barcos e navios de chegarem à costa de África e levar para o Novo Mundo milhares de pessoas sequestradas. Todavia, o Clotilda foi planejado para ser o navio mais rápido do mundo naquele período. Isso faz com que eles façam a viagem em, aproximadamente, três meses. Quando eles chegam aos Estados Unidos, são

levados a outro barco e o Clotilda é queimado, pois há um medo dos responsáveis de serem pegos pelo governo. Os africanos são divididos entre os conspiracionistas Foster e irmãos Meaher. Ao contar esse momento, Kossola diz que são tantos pesares que é impossível não chorar no momento em que tudo ocorreu e enquanto ele relembrava. Todos choram e entoam músicas de acalanto, provavelmente a semente das *spiritual songs*.

Em solo americano, conforme o capítulo VII. *Escravidão*, eles recebem o mínimo para sobreviver e Kossola diz que nunca trabalhou tanto quanto na América. Ele explica que Jim Meaher é um pouco melhor que seus irmãos, porque ele não deixa, vejam, que seus supervisores açoitem os escravizados a todo momento. Já Timothy e Burns Meaher têm um “supervisor com chicote” mais violento e relata um dia no qual todos se unem contra ele e o chicoteiam por tentar agredir uma mulher. Esse momento demonstra tanto a solidariedade africana quanto uma, entre outras tantas, maneira de rebelião e resistência.

Kossola passou quase seis anos escravizado. Pouco depois de sua chegada aos Estados Unidos, inicia-se a Guerra de Secessão (1861-1865) e só sabem que estão livres quando são expulsos das propriedades de Meaher. Segundo Kossola, “a gente num tem nenhuma mala então a gente faz as trouxas. A gente num tem nenhuma casa então alguém fala pra gente dormi na casa dos empregados. A gente fez isso até a gente poder tê um lugar pra ir. Cudjo num s’importa: ele é um homem livre então” (Hurston, 2021: 130).

No capítulo VIII. *Liberdade*, porém, há festejos em comemoração à libertação e África permanece nas danças, músicas e batidas de tambor. A questão principal, agora, era relacionada aos possíveis locais de moradia, pois não tinham terras. A primeira opção foi trabalhar, juntar dinheiro e retornar à África. A exploração é tanta que não conseguem juntar a quantidade necessária. Então, organizam-se para comprar um pedaço de terra de Timothy Meaher. Conforme a constituição, transformam o lugar em uma corporação municipal com leis próprias, denominada Africatown. O nome é escolhido porque não podem retornar à África, mas querem lembrá-la em solo americano.

Em IX. *Casamento*, o foco é na constituição da família do protagonista. A conversa sobre sua família se inicia antes que Hurston possa perguntar, o que demonstra a confiança conquistada em relação ao Kossola. Sua esposa, Abila, também é africana e foi trazida sequestrada. Apesar de todos os atravessamentos, ambos fazem de tudo para criar felicidade entre eles. Eles têm seis filhos e todos possuem um nome africano, para não se esquecer do lar, e um nome americano, para não causar estranhamento. No momento desta conversa, já não restava mais ninguém de sua família.

Kossola explica que as crianças sofreram todo o tipo de violência racial contra africanos e ainda são considerados violentos por não deixarem ser humilhados. Aqui é importante ressaltar que, por se tratar de uma sociedade segregada, eles conviviam, em sua maioria, com pessoas negras. Nesse sentido, grande parte da violência sofrida por ele, sua família e amigos vinham de tal grupo. Por isso, nota-se um possível rancor quando Kossola se refere às “pessoas de cor” durante seu depoimento.

A primeira vez que a morte bate à sua porta é com a morte de sua única filha. Durante o velório, membros da igreja cantam *Shall We Meet Beyond the River* e ele o faz também, mas seu coração o lembra das canções africanas. Depois de nove anos, seu filho caçula é assassinado pelo xerife local. Ambos lutos se misturam e as perdas são irreparáveis.

No capítulo seguinte, X. *Kossola aprende sobre a lei*, ele explica que foi atropelado por um trem, sendo necessário o auxílio de um advogado para conseguir a indenização. Ele sai vitorioso, apesar do valor ser, muito provavelmente, abaixo do comumente pago. Todavia, o advogado some com o dinheiro. Kossola, que não pode mais trabalhar, torna-se sacristão da igreja. Pouco depois, seu filho Davis é morto ao ser atropelado por um trem no mesmo local do atropelamento. Seu outro filho, Poe-lee, sente, com razão e coração, uma enorme raiva e frustração e, dias depois, ele desaparece. As lágrimas de Kossola são impossíveis de serem contidas: ele não sabe se o filho foi assassinado.

Nesse mesmo encontro, Hurston pede para fotografá-lo. Kossola se sente feliz e ansioso para, finalmente, ver como ele era em fotografia e por poder ficar com uma foto sua. Ele escolhe o melhor terno, mas tirou os sapatos porque queria ficar igual em África – era lá que ele queria estar. Também pede para ser fotografado no cemitério, entre os túmulos de sua família.

No último capítulo, XII. *Sozinho*, é contado como Seely falece após sonhar com seus filhos. Pouco antes de falecer, ela chora porque não queria deixar Kossola sozinho. No mês seguinte, o mesmo acontece com seu filho mais velho. Então, segundo ele, está igual quando é trazido de África: sem ninguém. Ao mesmo tempo, há o apoio da comunidade e ele passa a ser visitado constantemente para contar histórias que ele ouviu e viveu.

Hurston passou dois meses com Kossola tentando encontrar respostas para inúmeras perguntas. Muitas vezes, comiam juntos e conversavam; algumas vezes, somente um ou outro; outras, nenhum dos dois, porque ele queria ficar sozinho e resolver suas coisas. Para ela, “o presente era muito urgente para deixar o passado se intrometer” (Hurston, 2021: 162). A narrativa de Kossola proporciona olhar para as diferentes experiências da coletividade do que se considera

negro e, naquele período, abre oportunidade para se pensar com base nas *diferenças* constitutivas da própria humanidade desse grupo. As projeções de um *novo negro* que tinha como horizonte África foram atravessados pela realidade das identificações étnicas que geravam distâncias narrativas e diferenças ideológicas que tornaram um grupo étnico capaz de considerar outro “estrangeiro” ou “inimigo”.

A saudade profunda e a sensação de perda e luto são pungentes na narrativa de Kossola ao longo do livro. Como afirma Hartman (2020), tais sensações informam a diáspora africana e, por isso, as narrativas de retorno à África estão presentes em trabalhos de diversos intelectuais afro-americanos. Todavia e de fato, Kossola é um dos milhões de africanos que passaram pela Passagem do Meio e foram separados de seus familiares para serem escravizados no Novo Mundo. Mesmo que o evento passado delimite profundamente a experiência individual do protagonista e a coletiva diaspórica, o foco é nele no *presente* e suas criações de estratégias de (sobre)vivência.

O livro evidencia uma possibilidade única: o encontro da diáspora forçada e da diáspora africana. Mesmo sendo seu primeiro trabalho antropológico, Hurston se dedica a mapear outras fontes históricas, demonstrando a pulverização das fronteiras nacionais e epistemológicas que caracterizam as experiências e os estudos diaspóricos² antes de serem nomeados como tal. Hurston exerceu um papel crucial de intervenção na academia e definiu o terreno do que hoje conhecemos como etnografia e Antropologia (hooks, 2019). O rompimento com a noção de *objetividade* e a proposta de seguir um padrão de observação participante informou todo seu trabalho antropológico em um contexto no qual se defendia que a distância entre o “pesquisador” e “objeto”.

A obra *Olualê Kossola: as palavras do último homem negro escravizado* nos permite olhar diferentes aspectos sóciohistóricos em retrospecto: comércio transatlântico, escravidão, mudanças sociais e acadêmicas experienciados por duas pessoas que estiveram no centro de acontecimentos fundamentais da nossa sociedade. Não se pode afirmar que o desejo de Kossola em ser reconhecido em África ocorreu. Porém, desse lado do Atlântico, ele e sua história são lembradas graças, principalmente, ao trabalho de Zora Neale Hurston.

2 No artigo *The Uses of Diaspora* (2001), o pesquisador Edwards faz uma genealogia dos usos do termo diáspora nas universidades e na sociedade desde a década de 1960. No Brasil, recentemente, a Revista Contemporânea (2020) foi responsável pela organização do dossiê sobre diáspora africana organizado pelos pesquisadores Valter Roberto Silvério, Andreas Hofbauer, Érica Aparecida Kawakami e Cauê Gomes Flor. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/issue/view/28>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

Referências

- BACK, Les; TATE, Maggie. A Cor da Imaginação Sociológica: W.E.B. Du Bois, Stuart Hall e a Sociologia De-Segregante. *Revista ABPN*, São Paulo, v. 12, n. 33, pp. 623-648, ago., 2020. Disponível em: <<https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1022/897>>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- HARTMAN, Saidiya. Tempo da Escravidão. *Revista Contemporânea*. São Carlos, v. 10, n. 3, pp. 927-948, set./dez., 2020. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1017/pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- HOOKS, bell. preservar a cultura popular: Zora Neale Hurston como antropóloga e escritora. In: _____. *anseios: raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Elefante, 2019, p. 264 - 280.
- HURSTON, Zora Neale. *Olualê Kossola: As Palavras do Último Homem Negro Escravizado*. Rio de Janeiro, São Paulo, Record. 2021.

Recebido em: 10/05/2022

Aprovado em: 02/06/2022

Como citar esta resenha:

MELO, Carolina Nascimento de. Zora Neale Hurston e Olualê Kossola: o encontro entre a diáspora forçada e diáspora voluntária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 2, maio - agosto. 2022, pp. 631-637.

Diretrizes para Autores

A Revista Contemporânea publica artigos em português,
inglês, espanhol e francês.

Normas para o envio de originais:

Para a submissão de textos, é exigida dos autores a titulação mínima de mestre. Fomentamos publicações de interesse acadêmico e social, redigidas de forma coerente, objetiva, gramaticalmente adequada, e que apresente consistência teórico-metodológica e argumentativa.

A submissão de um artigo a *Contemporânea* implica que o mesmo não tenha sido publicado total ou parcialmente como parte de livros ou em revistas e que não tenha sido enviado simultaneamente a outro periódico. Manuscritos publicados em anais de eventos científicos são considerados inéditos: nesses casos, os autores devem informar em nota de rodapé os dados completos dos anais do evento no qual o trabalho foi apresentado.

Todos os trabalhos devem ser inéditos, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo das obras assinadas é de responsabilidade exclusiva dos autores, assim como a seleção dos descritores (palavras-chave).

Artigos – em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhados de resumo (no máximo sete linhas) palavras-chave (no máximo cinco) e título, em português, inglês e espanhol; Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

Resenhas – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Dossiês - A organização dos Dossiês se inicia com o Comitê Editorial definindo a temática a ser abordada na sessão Dossiê e o convite de um/a

pesquisador(a)/professor(a) responsável por coordená-la. Dessa maneira, a partir das normas gerais para a sessão Dossiê – número de cinco artigos no mínimo e seis no máximo, todos originais, avaliados por pares - o coordenador tem liberdade para definir sua composição e redigir a apresentação.

Apresentação da Filiação Institucional - Na folha de rosto, o/a autor/a deverá informar seu vínculo institucional seguindo o modelo da revista: nome da universidade ou instituto de pesquisa por extenso e, entre parêntesis, sua sigla, traço, cidade da instituição, país, e-mail. Exemplo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos - Brasil - xxxxx@ufscar.br - ORCID:

Indicação do Financiamento da Pesquisa - Caso se trate de resultado de pesquisa financiada adicionar curta nota de rodapé - a partir do título - indicando o financiamento segundo as regras do/a financiador/a.

Citações – As citações, preferencialmente, deverão estar na língua em que o artigo foi escrito. Se houver necessidade de colocar a citação na língua original, ela deve vir como nota de rodapé.

Notas de Rodapé - Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

Referências Bibliográficas - As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders- Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A cultura na esteira do tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da “fina flor da mocidade brasileira”. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

E-mail da Revista para Envio de Originais: revcontemporanea@gmail.com

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar está online, no sistema Open Journal, no endereço: www.contemporanea.ufscar.br

Processo de Avaliação pelos Pares

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editorial, que avalia a titulação mínima dos autores; a adequação textual dos trabalhos; a originalidade e o enquadramento dos mesmos no foco e escopo da revista. Após esse primeiro processo, o Comitê Editorial encaminha as peças para dois consultores *ad hoc* no sistema de avaliação dupla cega. No caso de concordância entre os consultores, os pareceres - que podem aceitar o artigo, recusar o artigo ou propor mudanças - são encaminhados pelo Comitê Editorial ao autor. Quando há pareceres contraditórios entre estes consultores, o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Conforme a legislação brasileira - Lei nº 9.610/1998 - não será aceita qualquer forma de plágio. Em caso de denúncia de plágio, o comitê editorial usará um programa específico para detectar o plágio - software CopySpider – (<https://copyspider.com.br/main/pt-br>) . Se confirmado, o artigo será retirado da revista.

O tempo estimado para uma decisão final é de 3 meses no caso de artigos que sejam rejeitados na avaliação pelo Comitê Editorial (que avalia aspectos formais, assim como a adesão do artigo ao escopo da revista). Para os artigos enviados para pareceristas *ad hoc*, o tempo médio entre a submissão e a decisão final é de 10 meses.

A revista recebe um número cada vez maior de submissões e desde início de 2020 tem se esforçado para reduzir o tempo de avaliação dos artigos.

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Revisão:

Tamires Bonani

Diagramação:

Casa de Ideias
www.casadeideias.art.br

Projeto Gráfico e Capa:

Diagrama Editorial
www.diagramaeditorial.com.br

